



Relatório de Gestão 2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
David Wu Tai

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Gerência de Planejamento e Gestão
Ana Cristina Martins Bruno

Sumário

Mensagem da Presidente do IBGE

1 Visão geral, organizacional e ambiente externo

- 1.1 Identificação do IBGE e declaração da sua missão e visão
- 2.2 Estrutura organizacional
- 2.3 Ambiente externo
- 2.4 Modelo de negócios
- 2.5 Cadeia de valor

2 Estratégia e Governança

- 2.1 Estratégia e alocação de recursos
- 2.2 Estrutura de governança
- 2.3 Apoio da estrutura de governança à capacidade do IBGE de gerar valor
- 2.4 Relacionamento com a sociedade

3 Riscos, oportunidades e perspectivas

- 3.1 Gestão de riscos e controles internos

4 Resultados e desempenho de gestão

- 4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos
- 4.2 Gestão orçamentária e financeira
- 4.3 Gestão de pessoas
- 4.4 Gestão de licitações e contratos
- 4.5 Gestão patrimonial e infraestrutura
- 4.6 Gestão da tecnologia da informação
- 4.7 Gestão de custos
- 4.8 Sustentabilidade ambiental

5 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

- 5.1 Demonstrações contábeis
- 5.2 Notas explicativas

The background of the slide features a decorative geometric pattern composed of various shades of blue triangles. These triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some triangles pointing upwards and others downwards, forming a complex, interlocking design. The pattern is most prominent in the top-left and bottom-right corners, with a lighter, less dense arrangement in the center where the text is located.

Mensagem da Presidente do IBGE



Susana Cordeiro Guerra
Presidente do IBGE em 2019

"Os IBGEANOS têm gosto pelos desafios e, em 2019, juntos, superamos muitos deles, cumprindo, com muita seriedade, nossa missão institucional."

Mensagem da Presidente do IBGE

É uma grande honra assumir o desafio de liderar uma organização com o porte, a qualidade do corpo técnico e com 83 anos de uma bonita história de desafios e conquistas. Uma história que não corre linearmente, pois sempre foi marcada por saltos, seja em termos de independência e autonomia, saltos tecnológicos, saltos na transparência da informação.

O IBGE possui três características raras e admiráveis em uma Organização: a primeira é a tradição de excelência e de independência institucional; a segunda é sua capacidade de inovação; e a terceira o gosto pelo desafio.

O ano de 2019 foi um ano de muitos desafios, mas, também, de muitas conquistas. Mesmo em um contexto difícil, de fortes restrições de recursos, conseguimos concluir etapas importantes para o planejamento da mais complexa e grandiosa operação estatística realizada pelos países no mundo todo: o Censo Demográfico. Em 2019, garantimos o orçamento necessário à realização da operação e os necessários processos seletivos simplificados tão esperados e finalizamos o projeto da operação, visando assegurar sua cobertura e qualidade.

Em março de 2020, contudo, em função das orientações do Ministério da Saúde relacionadas ao quadro de emergência de saúde pública causado pela COVID-19, o IBGE decidiu adiar a realização do Censo Demográfico para 2021. Para tanto, o IBGE estabeleceu formalmente sob a forma de ofício para o Ministério da Economia a disponibilização do orçamento do Censo 2020 em prol

das ações emergenciais de enfrentamento ao coronavírus, implementadas nesse Ministério. Registre-se, ainda, que foi suspenso o processo seletivo para contratação de recenseadores e supervisores.

As decisões levam em consideração a natureza de coleta do Censo, domiciliar e predominantemente presencial, com estimativa de visitas de mais de 180 mil recenseadores a cerca de 71 milhões de domicílios em todo o território nacional. Considera, também, a impossibilidade de realização, em tempo hábil, de toda a cadeia de treinamentos para a operação. Com o apoio de um Conselho Diretor composto de servidores experientes e determinados, conseguimos traçar um futuro promissor para o IBGE na próxima década, tendo o Censo Demográfico como alavanca de modernização, potencializado pela implementação criteriosa de três áreas estratégicas: a ampliação e o aprimoramento dos procedimentos para recepção e uso dos **registros administrativos**; os investimentos para inovar e fortalecer a **tecnologia** disponível; e o reforço às **pesquisas amostrais** existentes. Nossa estratégia central reside na transformação do IBGE, por meio de recursos estruturantes, tendo os investimentos para a realização do Censo Demográfico como principais alavancas para modernização do Instituto como um todo.

No que se refere ao uso e integração de **registros administrativos**, em agosto de 2019, foi realizado o workshop "O Futuro da Estatística: uma discussão sobre o uso de registros administrativos no Brasil", em parceria com o Banco Mundial, evento que contou com palestras de institutos de estatísticas internacionais e a participação dos principais produtores de dados do País, que compartilharam

suas experiências no tema e discutiram quanto às demandas e desafios para uso de registros administrativos para fins de produção estatística.

Como desdobramentos das negociações, acertamos acordos estruturantes junto a Ministérios estratégicos. Com o Ministério da Cidadania, firmamos parceria para integração das bases do IBGE com as bases dos programas sociais, criando o maior banco de dados sobre famílias de baixa renda no país, o que permitirá ao IBGE melhorar a identificação da pobreza e da desigualdade no Brasil. Com o Ministério da Saúde, estabelecemos parceria para a integração das nossas bases com as do DATASUS e para investimentos comuns em pesquisas na área da saúde. A parceria resultou em investimentos em Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs) que serão utilizados, primeiramente, no Censo Demográfico e, posteriormente, serão encaminhados ao Ministério, para uso em suas próprias pesquisas, o que contribuirá para a eficiência e a economicidade das ações entre órgãos públicos.

As negociações junto ao Banco Central e ao Tesouro Nacional, iniciadas em 2019, indicam que outras parcerias devem vir a ser firmadas em 2020. Há avanços, também, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Previdência e Secretaria da Receita Federal.

Em relação à **tecnologia**, o IBGE, alinhado aos movimentos internacionais, caminha em direção ao *Big Data*, ao uso de novas ferramentas de coleta, como o *Web Scraping*, e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados.

Em 2019, investimos muito e vamos continuar investindo para modernizar nossas pesquisas, otimizar a atividade de campo e fazer com que o IBGE dê um salto tecnológico expressivo nas atividades de coleta e análise dos dados.

Projetos de cooperação com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trouxeram investimentos significativos que nos permitem identificar métodos mais eficientes de coleta, tecnologias e melhores mecanismos de supervisão e atualização do cadastro de endereços, importante insumo para as pesquisas de campo. Nesse sentido, estão previstos investimentos em um sólido programa de capacitação no uso de tecnologias de dados (*Data Science*).

Os investimentos realizados no Censo Demográfico permitirão ao IBGE produzir e disponibilizar informações mais precisas, mais frequentes, mais transparentes, informações em nível local, levando a uma transformação gradual na forma como as políticas públicas são formuladas e acompanhadas no país, contribuindo para estreitar o relacionamento entre provedores de políticas locais e o cidadão brasileiro.

Por fim, ressaltamos nosso foco estratégico no aprimoramento e fortalecimento das **pesquisas amostrais** existentes. As parcerias firmadas permitirão ao IBGE produzir suplementos de pesquisas amostrais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, e disseminar dados em níveis mais desagregados, em estratos geográficos menores, contribuindo para um maior detalhamento para cidadãos e gestores municipais. Um exemplo desse avanço foi um re-

trato inédito do mercado de trabalho do interior do país, divulgado pela PNAD Contínua, mostrando que o desemprego no interior é menor que nas regiões metropolitanas em 18 estados.

Paralelamente aos investimentos e foco nas ações estratégicas, em 2019 não deixamos de realizar o que o IBGE faz de melhor: retratar o Brasil.

Entre os destaques do ano está a divulgação dos resultados definitivos do Censo Agropecuário. Também disponibilizamos o trajeto dos recenseadores e o cadastro dos estabelecimentos rurais de mais de 5 milhões de propriedades rurais identificadas durante a coleta.

No âmbito das estatísticas, divulgamos os primeiros resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, uma importante pesquisa que atualizou as informações sobre os aspectos básicos do perfil de consumo das famílias brasileiras. Concluímos a coleta da 4ª edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar e iniciamos a coleta da Pesquisa Nacional de Saúde, ambas em parceria com o Ministério da Saúde. Tais pesquisas são essenciais para o País e irão revelar um retrato da saúde e do bem-estar da população brasileira.

Nas geociências, divulgamos o Mapa de Biomas e Sistema Costeiro-Marinheiro do Brasil em escala compatível com 1:250.000, atualizando o conhecimento de Biomas do Brasil que constava no mapa de 2004 em escala 1:5.000.000. Disponibilizamos a quarta atualização do mapeamento de todo o território brasileiro na escala 1:250.000, por meio da publicação Base Cartográfica Contínua do Brasil, versão 2019. Essa é uma base de dados geo-

espaciais digitais de referência que oferece uma visão integrada do território nacional para múltiplos usos públicos ou privados.

Na educação superior, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, formamos 57 alunos nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Também lançamos o primeiro curso on-line para capacitação no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), a plataforma interativa de visualização de dados das pesquisas produzidas pelo Instituto. Com isso, continuamos a entregar um importante valor público para a sociedade: a geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

Sob o ponto de vista da gestão, no ambiente de contínua redução do quadro de novos servidores em função das aposentadorias, sem a autorização de novos concursos públicos que compensem a perda de recursos humanos, conseguimos firmar parcerias importantes para a movimentação de pessoal e força de trabalho provenientes do BNDES, da Infraero, Dataprev e outros órgãos. Essa estratégia, embora não resolva nosso déficit de pessoal, contribui para minimizar seus efeitos.

Finalmente, buscando o aprimoramento constante da comunicação com a sociedade, reestruturamos o portal do IBGE (www.ibge.gov.br), o hotsite do Censo 2020 (censo2020.ibge.gov.br), que seguirá adaptado para continuar relevante na versão excepcional do "Censo 2021", a página da Agência IBGE de Notícias e do Portal Países, de modo a facilitar o acesso aos dados do Instituto, permitindo aos usuários encontrarem mais rapi-

damente as informações relevantes e úteis, atendendo melhor as demandas e necessidades de interesse público. Destacamos o lançamento do Painel de Indicadores (www.ibge.gov.br/indicadores), que passa a disponibilizar séries históricas e diversas informações sobre os dados mais procurados em uma única página.

Em síntese, são 83 anos de muito trabalho e dedicação por parte de todos os colaboradores e em 2019 os esforços coletivos nos permitiram manter o compromisso com a qualidade, a excelência e independência institucional, alcançar o uso mais eficiente de recursos públicos e firmar parcerias estratégicas, inovando processos de trabalho. Os IBGEANOS têm gosto pelos desafios e, em 2019, juntos, superamos muitos deles, cumprindo, com muita seriedade, nossa missão institucional.

Para 2020 a expectativa era grande, quando seria realizado nosso mais ambicioso e desafiador projeto, o Censo Demográfico, agora adiado para 2021. Ao mesmo tempo, continuaremos a trabalhar no avanço das parcerias, no compartilhamento e uso de registros administrativos para fins estatísticos, bem como na construção de um IBGE mais inovador e moderno, que aplique a inteligência institucional em benefício do Estado brasileiro e seus cidadãos.

Convido todos à leitura deste Relatório, que apresenta um pouco mais de nossa trajetória e os resultados alcançados em 2019, bem como as perspectivas para o futuro.

Boa leitura.



1 Visão geral, organizacional e ambiente externo



Fachada da Sede no Rio de Janeiro
Foto: Helena Pontes

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

MISSÃO

Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional com informações públicas, facilitando o acesso e o uso aos cidadãos.

VALORES

Ética e profissionalismo; respeito à confidencialidade; imparcialidade e independência; qualidade e transparência; foco nos usuários; respeito ao informante; valorização dos talentos.

Quem somos

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica, socioeconômica e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Suas principais atribuições incluem coordenar as atividades do sistema estatístico e cartográfico nacionais, bem como realizar pesquisas, levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento

da realidade física, econômica, social e ambiental do País. Tais competências visam, prover insumos para o planejamento econômico e social e à segurança nacional, sendo o IBGE o principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

É no desempenho de suas principais atribuições que o IBGE oferece uma visão completa e atual do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Onde estamos

O IBGE está presente em todo o território brasileiro, por meio de uma rede nacional de pesquisa e disseminação.

Norte

	agências
Acre	3
Amapá	1
Amazonas	13
Pará	22
Rondônia	5
Roraima	1
Tocantins	9
Total	54

Nordeste

	agências
Alagoas	10
Bahia	50
Ceará	19
Maranhão	19
Paraíba	11
Pernambuco	20
Piauí	14
Rio Grande do Norte	9
Sergipe	6
Total	158

Centro-Oeste

	agências
Distrito Federal*	4
Goiás	21
Mato Grosso	16
Mato Grosso do Sul	11
Total	52

Sudeste

	agências
Espírito Santo	10
Minas Gerais	76
Rio de Janeiro	26
São Paulo	95
Total	207

Sul

	agências
Paraná	38
Santa Catarina	21
Rio Grande do Sul	38
Total	97

26
estados + DF

5570
municípios

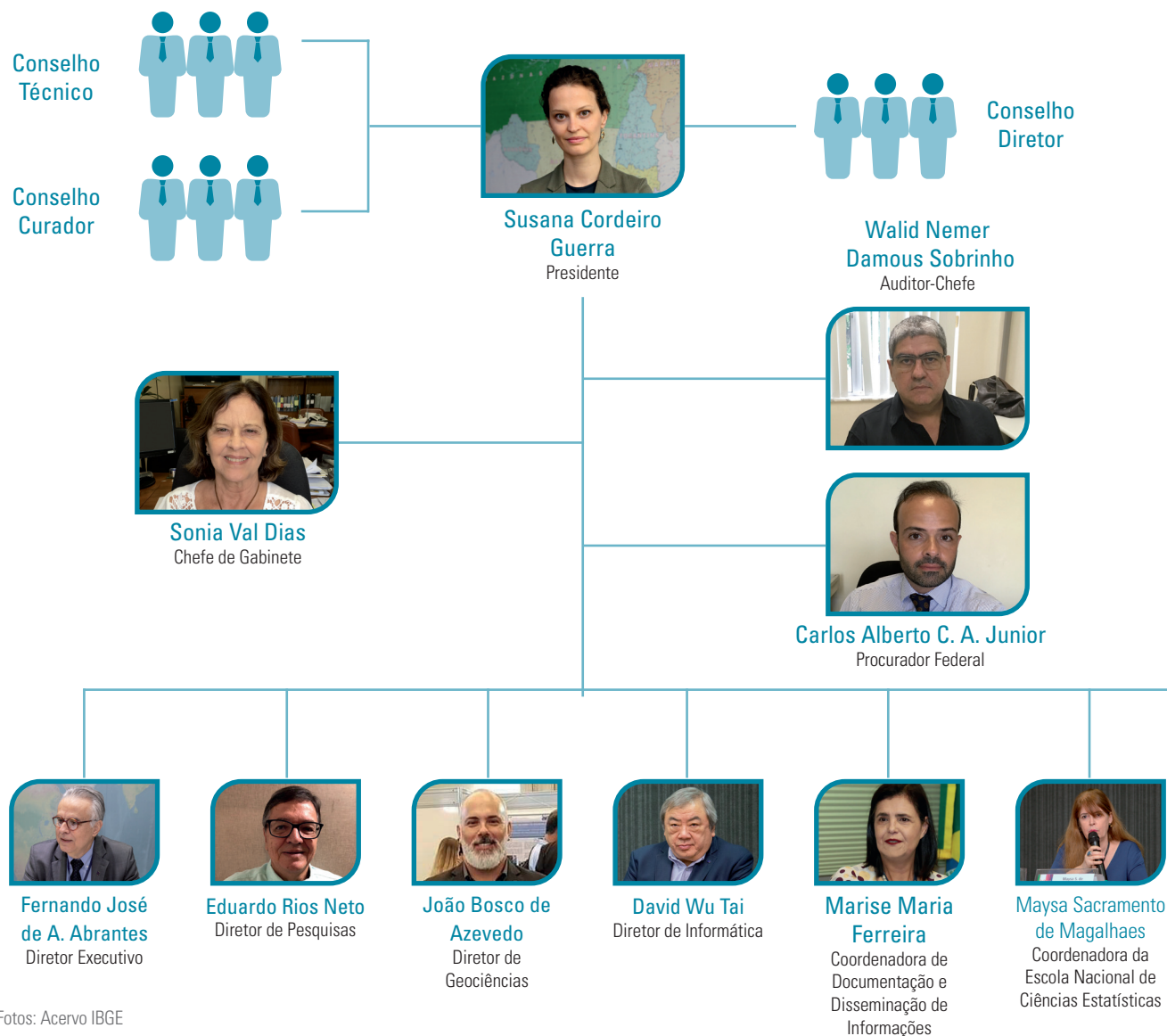
27
unidades estaduais

568
agências

* O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

Fonte: IBGE, 2019

Estrutura organizacional



Fotos: Acervo IBGE

Chefes das Unidades Estaduais do IBGE

Marco Fábio de Sousa Esteves (AC)
Alcides Jerônimo de Almeida Tenório Júnior (AL)
José Ilcleson Mendes Coelho (AM)
Haroldo Canto Ferreira (AP)
Artur Ferreira da Silva Filho (BA)
Francisco José Moreira Lopes (CE)
Silvio Rogério Potier dos Santos (DF)
Max Athayde Fraga (ES)
Edson Roberto Vieira (GO)
Marcelo Virgínio de Melo (MA)
Maria Antônia Esteves da Silva (MG)
Mario Alexandre de Pinna Frazeto (MS)
Millane Chaves da Silva (MT)
Rony Helder Nogueira Cordeiro (PA)
Roberto Salgado Beato (PB)
Gliner Dias Alencar (PE)
Leonardo Santana Passos (PI)
Sinval Dias dos Santos (PR)
José Francisco Texeira de Carvalho (RJ)
Damiao Ernane de Souza (RN)
Luiz Cleyton Holanda Lobato (RO)
Roberto Maykot Kuerten (RR)
Jose Renato Braga de Almeida (RS)
Roberto Kern Gomes (SC)
Adriane Almeida do Sacramento (SE)
Francisco Garrido Barcia (SP)
João Francisco Severo Santos (TO)

Ambiente de atuação

O IBGE é a instituição oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação está voltada fundamentalmente à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade e a relevância de seu papel devem-se ao fato de o IBGE produzir essas informações como bens públicos e de disponibilizá-las para toda a sociedade, com regularidade, confiabilidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras instituições e empresas. É isso que torna os produtos do IBGE um poderoso instrumento de suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

Conhecer o ambiente de atuação, possibilita identificar oportunidades e desafios que influenciam nas escolhas estratégicas da instituição. Dentre as oportunidades identificadas no ambiente externo, encontram-se:

- a crescente demanda por informações para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas em diferentes estratos geográficos;
- os movimentos internacionais para o uso das tecnolo-

gias digitais e de geoprocessamento na captura e tratamento das informações, como Big Data e Web Scraping;

- a intensa e emergente utilização de informações geoespaciais integradas às estatísticas;
- o fortalecimento do papel do IBGE de coordenador do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional;
- o avanço internacional na construção de modelos genéricos para adoção de estruturas e processos com maior garantia de uniformidade, harmonização e qualidade; e
- o maior interesse de organismos nacionais e internacionais em parcerias para o fortalecimento da infraestrutura do processo de produção estatística.

Além disso, desafios se fazem presente no ambiente externo provocando a necessidade de reflexão e definição de estratégias adequadas. Os principais desafios observados são:

- as pressões por maiores volumes de informação, cobrindo novos temas, com maior detalhamento temático e espacial, maior frequência e menor prazo;
- a dificuldade crescente de obter informações básicas e cooperação dos informantes;
- a dificuldade de sistematizar o compartilhamento entre os principais produtores de dados e registros administrativos no Brasil, para fins de produção estatística;
- a possibilidade de surgimento de novos agentes concorrentes na produção de informações decorrentes do uso massivo de tecnologias digitais e de geoprocessamento;

- a reposição insuficiente do quadro de servidores frente às aposentadorias; e
- a incerteza e limitação na disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros.

Cenário Nacional e Internacional de 2019

O ano de 2019 foi desafiador tanto para o país quanto para o IBGE, em virtude da reestruturação e organização administrativa do Governo Federal, bem como do aspecto financeiro em decorrência das restrições orçamentárias.

Esse cenário, levou a readequações de alguns compromissos firmados ou na iminência de serem firmados, bem como a realização de ajustes internos, para adequá-los à realidade orçamentária e financeira. Todas as mudanças foram realizadas de forma a priorizar as atividades finalísticas. Vale ressaltar, que parcerias importantes com outras instituições governamentais se mostraram cruciais, apoiando e financiando pesquisas relevantes para o país.

Mesmo em um contexto externo de dificuldades, o IBGE não apenas cumpriu a sua missão, mas continuou ocupando posições relevantes, dentro e fora do país. A singularidade e representatividade do Órgão confere ao Instituto um papel de destaque nos cenários nacional e internacional.

Como uma instituição de excelência, o IBGE mantém amplo diálogo com as instituições similares em todo mundo, representando o Brasil no ambiente estatístico e geocientífico internacional.

Em 2019, o Instituto foi escolhido para representar o Brasil na Comissão de Estatística das Nações Unidas (ONU) durante os próximos quatro anos (2020-2023), após eleição promovida pelo Conselho Econômico e Social da ONU, no início de maio. O Brasil será um dos 24 integrantes do gru-

po e se juntará a Colômbia, México e Peru como representantes da América Latina e do Caribe. A representação permitirá ao Órgão contribuir para o desenvolvimento do sistema estatístico global, que enfrenta desafios como a elaboração de indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a análise de Big Data e a integração entre a geografia e a estatística.

A participação em eventos nacionais e internacionais reforçam o papel de excelência da Instituição.

Eventos com participação do IBGE

- 16ª Reunião do Comitê de Estatísticas e Políticas Estatísticas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- 67ª Reunião Plenária da Conferência dos Estatísticos Europeus (CES).
- 2ª Reunião do *Friends of the Chair Group on Economic Statistics*, da ONU.
- 76ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP),
- Visita técnica ao *Statistics Canada*, no Canadá, e ao *US Census Bureau*, nos Estados Unidos.

Eventos promovidos pelo IBGE

- Workshop “Uso e compartilhamento de registros administrativos: a experiência internacional e o desafio brasileiro”.
- Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (REES).

- Workshop “Novas Tecnologias Digitais e Alternativas de Mensuração”.

- Workshop “O Futuro da Estatística: uma discussão sobre o uso dos registros administrativos no Brasil”.

Além disso, o IBGE, em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sediou o Simpósio Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) 2019, evento que reuniu as principais organizações internacionais nos campos da Geodésia e Ciências da Terra e contou com a participação de especialistas renomados da comunidade científica e tecnológica internacionais. O simpósio debateu a adoção do SIRGAS para adequação ao Quadro de Referência Geodésico Global, cuja adoção é recomendada pelas Nações Unidas (ONU), gerando informações fundamentais para a gestão de mudanças climáticas e desastres naturais. Também cabe destacar que o Órgão assumiu outro desafio, que é a presidência do SIRGAS no período 2019-2023.

O IBGE também atuou em um episódio que marcou o país. Cumprindo o papel de principal provedor oficial de informações, o Instituto contribuiu para ajudar no resgate das vítimas em Brumadinho (MG), divulgando de forma antecipada as coordenadas geográficas dos domicílios rurais e estabelecimentos agropecuários em Brumadinho e outros 17 municípios da região para ajudar no resgate das vítimas do rompimento de uma das barragens da Mina do Feijão, bem como outras informações geoespaciais sobre a região atingida. As coordenadas e as rotas contribuíram para dimensionar a população atingida pelos resíduos, assim como facilitou o deslocamento das equipes de resgate.

O Modelo de Negócios do IBGE e a Cadeia de Valor Institucional

O modelo de negócios do IBGE apresenta o sistema em prática para a transformação de nossos capitais (humanos, organizacionais, intelectuais, tecnológicos) e recursos financeiros em produtos, disponibilizados gratuitamente à sociedade, com regularidade, transparência e tempestividade.

Para que o IBGE cumpra sua missão e seus objetivos estratégicos e entregue valor aos usuários, a instituição realiza um conjunto de 26 macroprocessos, que se desdobram em 74 processos. Os macroprocessos estão organizados em 5 linhas de negócio, a saber: Governança; Suporte Corporativo; Melhoria e Inovação; e duas linhas finalísticas: Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas; e Ensino Superior, Pesquisa e Extensão. Todo esse conjunto está representado na Cadeia de Valor do IBGE.

A produção de informações estatísticas e geocientíficas resulta em produtos como levantamentos geocientíficos e diversas estatísticas sociais, econômicas, demográficas e de multidomínio. A produção do IBGE é fundamental para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentado, da paz e da segurança, sendo relevante insumo aos governos municipais, estaduais e federal e ao próprio cidadão. Por oferecer respostas efetivas e úteis às necessidades e demandas da sociedade é, também, de interesse de universidades, institutos de pesquisa e da iniciativa privada. São valores públicos gerados por essa linha de negócios: o “retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do

Brasil”; e a “garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais”.

O Ensino Superior, a Pesquisa e a Extensão são atividades coordenadas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE, onde são formados profissionais para o mercado de trabalho em níveis de Graduação (Bacharelado em Estatística), Especialização (Análise Ambiental e Gestão do Território), Mestrado e Doutorado (em População, Território e Estatísticas Públicas). Como valor público gerado por esta linha de negócios destacam-se a “geração e difusão do conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências”.

O trabalho do IBGE é regulado pelo respeito aos valores institucionais e pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do servidor público do IBGE, do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e dos Princípios compartilhados que orientam a Gestão da Informação Geoespacial.

O grande interesse da sociedade e a expressiva repercussão da produção institucional podem ser comprovadas pelo número de matérias sobre o IBGE em diversos veículos de comunicação, como sites de internet, televisão, rádio, jornais e revistas, bem como pelos milhões de usuários únicos da Agência IBGE Notícias e do Portal do IBGE.

Em 2019 nossos **Capitais e Recursos** aplicados às **Linhas de Negócio e Macroprocessos** resultaram em **Produtos**



Humanos

4.563

Servidores ativos

6.334

Contratos temporários



Financeiros

R\$ 639 milhões

em valores empenhados em pessoal ativo

R\$44 milhões

em convênios firmados

R\$ 358 milhões

em valores empenhados em custeio

R\$181 milhões

em valores empenhados em investimentos



Tecnológicos

2 Pbytes

de capacidade de armazenamento

1.215

entre servidores físicos e virtuais



Organizacionais

568

Agências

27

Unidades Estaduais

1

Reserva Ecológica



Intelectuais

2.541.123

questionários aplicados

8.510.821 km²

mapeados

412.774

dados para correção de posicionamento GPS

593

alunos matriculados

35

bolsas de estudos

Produção de Informações Estatísticas e Geocientíficas

Especificar necessidades

Planejar

Construir

Coletar

Processar

Analisar

Disseminar

Avaliar

Ensino Superior, Pesquisa e Extensão

Gerir a organização acadêmica

Gerir e executar o ensino

Acompanhar egressos

Desenvolver pesquisas acadêmicas e extensão

e apoiados por processos de

GOVERNANÇA

MELHORIA E INOVAÇÃO

SUPOORTE CORPORATIVO

disponibilizados gratuitamente, com regularidade, transparência e no tempo devido.

Estatísticas

Socias

- População
- Trabalho
- Educação
- Saúde
- Habitação
- Rendimento, despesa e consumo
- Administração pública e participação político-social
- Justiça e segurança
- Proteção social

Econômicas

- Agricultura, pecuária e outros
- Indústria e Construção
- Comércio
- Serviços
- Preços e custos
- Setor informal
- Contas nacionais
- Finanças públicas
- Outras estatísticas econômicas

Demográficas e de multidomínio

- Condições de vida, desigualdade e pobreza
- Ciência, tecnologia e inovação
- Empreendedorismo
- Gênero
- Cultura, recreação e esporte
- Turismo
- Meio ambiente

216 Resultados divulgados

Levantamentos geocientíficos

- Organização do território
- Posicionamento geodésico
- Atlas
- Modelos digitais de superfície

- Cartas e mapas
- Imagens do território
- Informações ambientais
- Métodos e documentos de referência

28

Informações divulgadas

fundamentais para subsidiar, acompanhar e avaliar políticas públicas.

E Profissionais graduados e pós graduados

Bacharelado em Estatística **23**

Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território **4**

Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas **30**

Gerando

Valor público

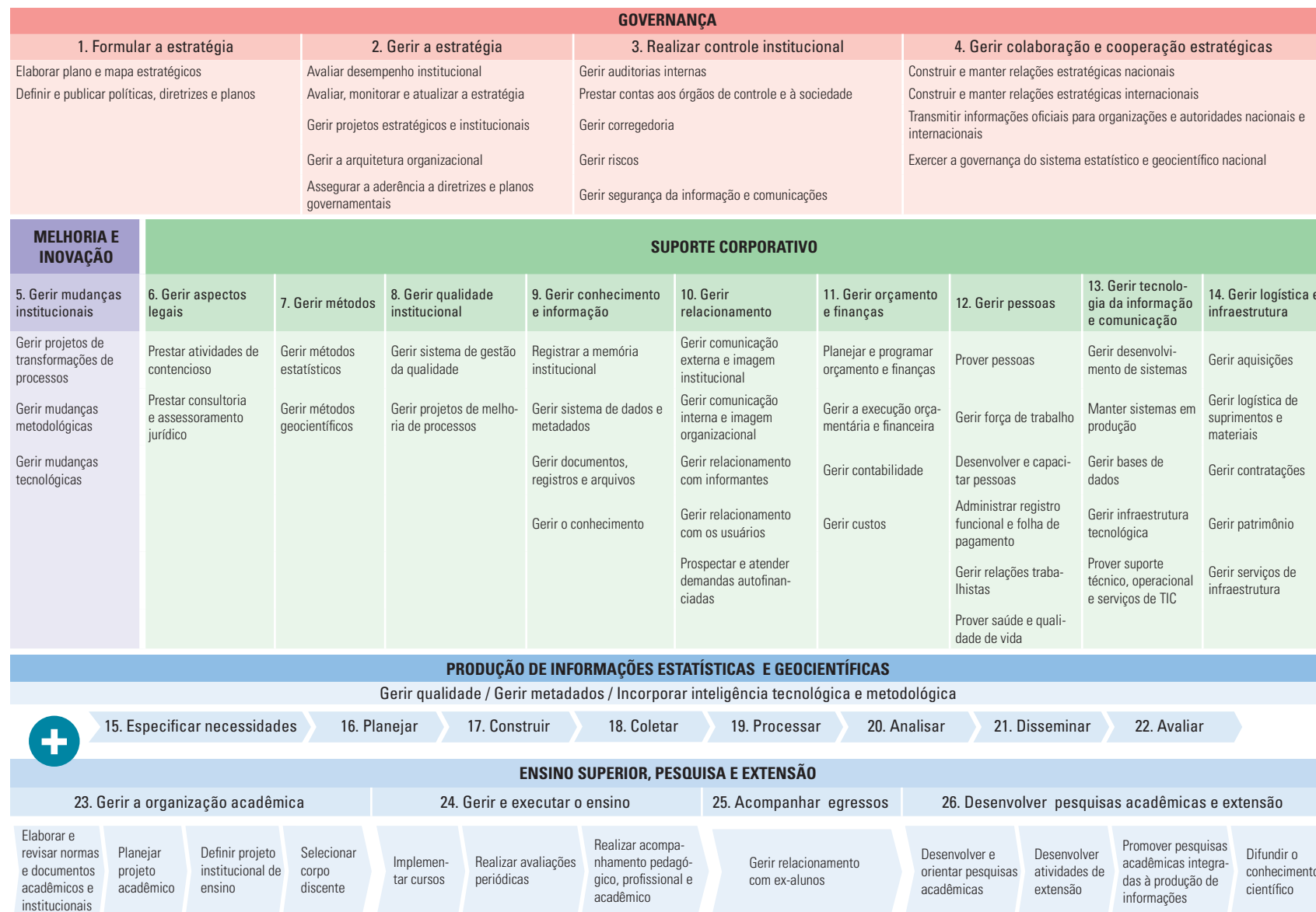
Retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

Garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas Nacionais

Geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

à toda a sociedade: Estado, iniciativa privada, academia e cidadãos

CADEIA DE VALOR DO IBGE



VALOR PÚBLICO GERADO

► Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

► Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

► Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica

	15. Especificar necessidades	16. Planejar	17. Construir	18. Coletar	19. Processar	20. Analisar	21. Disseminar	22. Avaliar
Modelo Genérico do Processo de Produção Estatística - GSBPM	Identificar as Necessidades Consultar e Confirmar as Necessidades Estabelecer os Objetivos Identificar os Conceitos Verificar a Disponibilidade de Dados Preparar o Plano de Ação	Desenhar os Resultados Definir as Variáveis Definir a Metodologia de Coleta Especificar o Cadastro e a Amostragem Definir o Processamento e a Análise Desenhar Fluxograma e Sistema de Produção	Construir os Instrumentos de Coleta Construir / Melhorar os Componentes do Processamento Construir / Melhorar os Componentes da Disseminação Configurar Fluxos de Trabalho Testar os Sistemas de Produção Testar o Processo Estatístico de Produção Finalizar os Sistemas de Produção	Criar os Cadastros e Selecionar as Amostras Preparar a Coleta Coletar Finalizar a Coleta	Integrar Dados Classificar e Codificar Revisar, Validar e Criticar Editar e Imputar Derivar Novas Variáveis e Unidades Calcular os Pesos Calcular Resultados Agregados Finalizar os Arquivos de Dados	Preparar os Resultados Validar os Resultados Interpretar e Explicar os Resultados Assegurar a Confidencialidade Finalizar os Resultados	Atualizar Sistemas de Resultados Produzir os Resultados para Disseminação Gerenciar a Disseminação Promover os Produtos de Disseminação Gerenciar o Suporte ao Usuário	Reunir as Informações de Avaliação Realizar a Avaliação Acordar um Plano de Ação
Modelo Genérico de Processos de Produção de Geoinformação - GGIBPM	Identificar as Necessidades Identificar as Necessidades de Melhorias Estabelecer Objetivos e Conceitos Confirmar as Necessidades Verificar a Disponibilidade dos Dados Verificar a Viabilidade de Produzir os Dados Elaborar o Relatório de Viabilidade do Produto	Definir os Resultados Esperados Definir a Metodologia de Coleta e Produção Definir os Requisitos para Processamento e Análise Definir a Modelagem de Dados Definir os Requisitos de Infraestrutura Tecnológica Elaborar o Modelo de Publicação Elaborar o Plano de Ação	Construir/Melhorar Instrumentos de Coleta Construir/Melhorar Sist. Comp. Proces. e Análise Construir/Melhorar o Ambiente da Disseminação Elaborar Material de Treinamento Capacitar Equipes Testar o Ambiente de Produção Definir Teste Piloto Executar o Teste Piloto	Preparar Coleta/ Levantamento de Dados Primários Coletar/Levantar Obter Dados Secundários Validar Conjunto de Dados Integrar Conjunto de Dados	Preparar Dados para Processamento Processar Descrever, Tabular e Espacializar Validar os Resultados do Processamento	Conformar os Resultados do Processamento Interpretar e Sintetizar os Resultados do Processamento Consolidar a Análise Gerar Metadados	Preparar Produtos para Editoração Carregar os Metadados Editorar Produto Produzir Material Promocional Preparar Produtos para Formatos Online Publicar Promover o Produto	Reunir as Informações Avaliar a Satisfação do Usuário Avaliar o Fluxo Geral do Processo Acordar Ações para Melhoria do Processo



2 **Estratégia e Governança**

Estratégia

Para onde a Organização deseja ir e como pretende chegar lá?

O Planejamento Estratégico de uma instituição serve de referencial para todos aqueles que envidam esforços para a realização de sua missão. Em se tratando de uma instituição oficial de produção de informações estatísticas e geocientíficas, como o IBGE, o plano estratégico representa não apenas um direcionamento para os seus servidores, como, também, um veículo de transparência de suas intenções e atividades ao governo e à sociedade.

O processo de Planejamento Estratégico e seu Plano resultante são, necessariamente, dinâmicos e são impactados pelas alterações no ambiente interno e no contexto externo, levando a mudanças de percurso, no decorrer de sua implementação. Periodicamente, portanto, são previstas ações de análise crítica e ajustes na estratégia, nas iniciativas e nos projetos planejados.

Ao longo do ano de 2019, o IBGE concentrou esforços no planejamento de seu mais importante, complexo e desafiador projeto institucional: o **Censo Demográfico**, que acontecerá em 2020. Ao longo do exercício, foram priorizadas iniciativas que assegurem o **sucesso da operação censitária** no próximo ano, ao mesmo tempo que potencializem o IBGE como um todo, iniciando um necessário e ambicioso movimento de **modernização institucional**. Nesse contexto, em 2019, foram envidados esforços para garantir uma



operação censitária mais simples e mais ágil, que cumpra com qualidade sua função principal e assegure ampla cobertura populacional. Para isso, **investimentos estruturantes** foram feitos em **tecnologias e ferramentas de coleta** de dados,

iniciando uma transformação gradual da maneira como são coletadas as informações e produzidas as estatísticas no Brasil.

Assim, podemos destacar **três importantes programas priorizados** ao longo de 2019:

- a) investimentos em ações que levem à **agilidade**, à **otimização** e à **eficiência da coleta em campo**;
- b) negociação com demais órgãos da administração pública federal que produzem informações para avanços no **compartilhamento e uso de registros administrativos** para a produção de estatísticas;
- c) **potencialização das pesquisas amostrais existentes**.

Neste sentido, podemos citar **parcerias firmadas em 2019** que levaram à abertura de registros administrativos: com o **Ministério da Cidadania**, para integração das bases do IBGE com as bases dos programas sociais, o que permitirá ao IBGE melhorar a identificação da pobreza e da desigualdade no Brasil; com o **Ministério da Saúde**, para integração das bases do IBGE com as bases do DATASUS e, também, para investimentos comuns em pesquisas na área da saúde e em equipamentos que, em 2020, serão utilizados para a operação censitária e, depois, sejam entregues ao

Ministério para condução de pesquisas próprias, o que contribui para a economicidade das ações entre órgãos públicos. As parcerias permitirão ao IBGE produzir suplementos à PNAD Contínua e disseminar dados em níveis mais desagregados, contribuindo para um maior detalhamento para cidadãos e gestores municipais.

Avanços também podem ser registrados junto ao Banco Central e Tesouro Nacional e negociações em andamento indicam que outras parcerias devem ser fortalecidos no próximo ano, e exemplo do Ministério da Agricultura, Previdência e Receita Federal.

A **modernização institucional** promovida pelos investimentos para o censo demográfico devem resultar em informações mais precisas, mais frequentes e mais transparentes, transformando gradualmente a maneira como as políticas públicas são formuladas e acompanhadas no país.

Em 2019, **projetos de cooperação** com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trouxeram investimentos para o IBGE, permitindo identificar métodos mais

eficientes de coleta, tecnologias que permitam melhores mecanismos de supervisão e atualização mais eficiente do cadastro de endereços.

O convênio com o Ministério da Saúde também inclui um programa de capacitação em Data Science, ao longo dos próximos 3 anos.

Podemos dizer que a **visão de futuro** é um IBGE mais inovador e moderno, que transforme e otimize seus processos de trabalho, que incorpore novas tecnologias, mantenha uma produção relevante e afirme seu papel como Coordenador do Sistema Nacional de Informações Estatísticas e Geocientíficas. Para isso, que possa obter e gerir os recursos necessários, primando pela qualidade do gasto de recursos públicos.

Como a estrutura de governança da Organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos?

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

Estrutura de governança

Órgãos colegiados de direção superior

CONSELHO DIRETOR

Previsto no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e regido pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Órgão colegiado ao qual cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente

Sonia Val Dias
Chefe de Gabinete

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor-Executivo

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto
Diretor de Pesquisas

João Bosco de Azevedo
Diretor de Geociências

David Wu Tai
Diretor de Informática

Marise Maria Ferreira
Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações

Maysa Sacramento de Magalhães
Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

CONSELHO CURADOR

Previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

Órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe, também, o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Atua com reuniões ordinárias, duas vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria de seus membros.

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente

Celso José Costa Junior
Representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE-ME)

Rafael Cavalcanti de Araújo
Representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Leonardo Lima dos Santos
Representante do Banco Central do Brasil (BACEN)

Edson Wanderlei Fontana
Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

Elis Regina Manhabosco Allegranzi
Representante do Quadro de Pessoal Permanente do IBGE

CONSELHO TÉCNICO

Está previsto no art. 13, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

Órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Atua com reuniões ordinárias, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Atualmente, está em andamento o processo de obtenção das indicações por parte dos Ministérios para uma nova formação do Conselho.

Órgão de assistência direta e imediata do presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Previsto no art. 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É o órgão que assiste à presidência na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Sonia Val Dias
Chefe de Gabinete

Órgãos seccionais

PROCURADORIA FEDERAL

Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, § 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE e prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Carlos Alberto Pires Carvalho Albuquerque Junior
Procurador Federal

AUDITORIA INTERNA

Órgão seccional que, no exercício de suas competências, vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, conforme estabelecido no Parágrafo único do art. 37 do regimento interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

A atuação da Auditoria Interna está sujeita à supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos que o integram.

A atividade de auditoria interna tem como finalidade agregar valor e melhorar as operações da organização, mediante a prestação de serviços de avaliação que compreendem a análise objetiva de evidências pelo auditor interno, com vistas a fornecer opiniões ou conclusões em relação à execução das metas previstas no plano plurianual; à regularidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos, bem como fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras do IBGE.

Walid Nemer Damous Sobrinho
Auditor-Chefe

DIRETORIA EXECUTIVA

Previsto no art. 17 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral; de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros; de registros e análises contábeis; e de atividades de suporte às unidades descentralizadas

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor-Executivo

Órgãos específicos singulares

DIRETORIA DE PESQUISAS

Prevista no art. 18º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos

Eduardo Luiz Goncalves Rios Neto

Diretor de Pesquisas

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS

Prevista no art. 19º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

João Bosco de Azevedo

Diretor de Geociências

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Prevista no art. 20º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer às necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

David Wu Tai

Diretor de Informática

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Prevista no art. 21º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

É responsável por buscar o desenvolvimento de produtos e serviços com as informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

Marise Maria Ferreira

Coordenadora de Documentação e Disseminação de Informações

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIA ESTATÍSTICA

Prevista no art. 22º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento interno, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Instituição federal de ensino superior que promove atividades de pesquisa, atua em três níveis de ensino, oferece cursos avulsos de atualização e extensão, além de ser responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE

Maysa Sacramento de Magalhaes

Coordenadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Órgãos descentralizados

UNIDADE ESTADUAIS

O IBGE possui 27 Unidades Estaduais, sendo uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE. As UEs têm como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas do IBGE, no limite de suas jurisdições.

Essas Unidades contam, ainda, com 568 agências de coleta de dados, nos principais municípios brasileiros, para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as coletas de dados pelo IBGE.

Marco Fábio de Sousa Esteves
Chefe da Unidade Estadual do Acre

Alcides Jeronimo de Almeida Tenorio Junior
Chefe da Unidade Estadual de Alagoas

José Ilcleson Mendes Coelho
Chefe da Unidade Estadual do Amazonas

Haroldo Canto Ferreira
Chefe da Unidade Estadual do Amapá

Artur Ferreira da Silva Filho
Chefe da Unidade Estadual da Bahia

Francisco José Moreira Lopes
Chefe da Unidade Estadual do Ceará

Silvio Rogério Potier dos Santos
Chefe da Unidade Estadual do Distrito Federal

Max Athayde Fraga
Chefe da Unidade Estadual do Espírito Santo

Edson Roberto Vieira
Chefe da Unidade Estadual de Goiás

Marcelo Virgínio de Melo
Chefe da Unidade Estadual do Maranhão

Maria Antônia Esteves da Silva
Chefe da Unidade Estadual de Minas Gerais

Mario Alexandre de Pinna Frazeto
Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Millane Chaves da Silva
Chefe da Unidade Estadual do Mato Grosso

Rony Helder Nogueira Cordeiro
Chefe da Unidade Estadual do Pará

Roberto Salgado Beato
Chefe da Unidade Estadual da Paraíba

Gliner Dias Alencar
Chefe da Unidade Estadual de Pernambuco

Leonardo Santana Passos
Chefe da Unidade Estadual do Piauí

Sinval Dias dos Santos
Chefe da Unidade Estadual do Paraná

Jose Francisco Teixeira Carvalho
Chefe da Unidade Estadual do Rio de Janeiro

Damiao Ernane de Souza
Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Norte

Luiz Cleyton Holanda Lobato
Chefe da Unidade Estadual do Rondônia

Roberto Maykot Kuerten
Chefe da Unidade Estadual do Roraima

Jose Renato Braga de Almeida
Chefe da Unidade Estadual do Rio Grande do Sul

Roberto Kern Gomes
Chefe da Unidade Estadual de Santa Catarina

Adriane Almeida do Sacramento
Chefe da Unidade Estadual de Sergipe

Francisco Garrido Barcia
Chefe da Unidade Estadual de São Paulo

João Francisco Severo Santos
Chefe da Unidade Estadual do Tocantins

Principais instâncias internas de apoio à governança

COMISSÃO DE ÉTICA

Instituída pela Resolução nº 06 da Presidência, de 28 de junho de 2013, em consonância com a Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública.

As principais competências dessa comissão são:

- Atuar como instância consultiva do dirigente máximo, diretores e dos respectivos servidores do IBGE;
- Aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994;
- Representar o IBGE na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do Decreto nº 6.029, de 2007;
- Orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;
- Receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração, instaurando processo, se for o caso, para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;
- Esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;
- Aplicar a penalidade de censura ética ao servidor;
- Elaborar e propor alterações ao código de ética ou de conduta próprio e ao regimento interno da respectiva Comissão de Ética.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO E TREINAMENTO

Instituído pela Resolução nº 27 do Conselho Diretor, de 22 de dezembro de 2003.

É um fórum colegiado constituído por representantes de unidades setoriais, nomeados pelo Presidente do IBGE, para tomada de decisão sobre as políticas de treinamento da Instituição, bem como avaliar os pleitos de afastamentos

temporários de servidores para cursar programas de pós-graduação.

As principais competências do comitê são:

- Identificar e propor políticas e diretrizes de treinamento e aperfeiçoamento;
- Propor ações de treinamento;
- Coordenar os levantamentos das necessidades de treinamento dos servidores de todas as unidades organizacionais;
- Elaborar o Plano Anual de Treinamento, em conjunto com a Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (ENCE/CTA);
- Analisar e decidir quanto aos pedidos de afastamento de servidores para a realização de programas de formação e aperfeiçoamento;
- Acompanhar e avaliar, continuamente, os programas de treinamento e aperfeiçoamento do IBGE.

COMITÊ GESTOR DE PLANOS DE CARREIRAS E CARGOS

Instituído pela Resolução nº 10 do Conselho Diretor, de 10 de julho de 2007, considerando o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 82 e artigo 88, §§ 1º e 2º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, com a redação dada pela Medida Provisória nº 341, de 29 de dezembro de 2006.

Comitê com o objetivo de subsidiar o Conselho Diretor do IBGE na coordenação e no acompanhamento do Plano de Carreiras e Cargos de que trata o art. 70 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 e de auxiliar na execução da política de recursos humanos no âmbito da Fundação IBGE

COMITÊ DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Instituído pela Resolução nº 26 do Conselho Diretor, de 21 de outubro de 2015, em consonância com a Instrução Normativa nº 1 do Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência da República, de 13 de junho de 2008, que, em seu artigo 5.º, inciso VI, d, determina aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, em seu âmbito de atuação, instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

É responsável por reunir competências para elaboração e gestão permanente da Segurança da Informação e Comunicações do IBGE. Alinha ações e posturas relativas à segurança da informação com as estratégias e metas da Instituição para prestar um serviço público da mais alta qualidade, sempre considerando a Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE, que estabelece políticas, planos, normas e procedimentos para proteger as informações da Instituição, garantindo confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade.

COMITÊ DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL DOS CENSOS

Instituído pela Resolução nº 49 do Conselho Diretor, de 20 de dezembro de 2019.

Compete à CPO estabelecer a política geral e as diretrizes para planejamento e organização global das operações, bem como decidir sobre:

- programações orçamentárias e de desembolsos financeiros, segundo os exercícios fiscais, a serem submetidas ao Ministério da Economia;
- cronogramas gerais de atividades; e
- outros assuntos estratégicos.

COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Instituído pela Resolução nº 48 do Conselho Diretor, de 20 de dezembro de 2019, em consonância com Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019; e Portaria nº 778, de 04 de

abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

São as seguintes as competências do Comitê:

- Apreciar e encaminhar ao Conselho Diretor, para sua aprovação, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, com o objetivo de alinhar os investimentos nesta área com o planejamento e metas institucionais;
- Deliberar sobre diretrizes, normas, padrões, metodologias, planos, programas e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Criar grupos de trabalho para a atualização e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE;
- Convidar especialistas externos para subsidiar trabalhos quando necessário;
- Sanar eventuais dúvidas sobre assuntos relativos a Tecnologia da Informação e Comunicação.

COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE (CGRI)

Instituído pela Resolução nº 03 do Conselho Diretor, de 28 de fevereiro de 2020, em consonância com Art. 12 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003; Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.812, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; e Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016.

Comitê de Gestão de Riscos e Integridade (CGRI), órgão colegiado permanente e de natureza consultiva, que se reporta ao Conselho Diretor do IBGE para garantir a estrutura de governança necessária à promoção de ações integradas de gestão de riscos, incluindo riscos de integridade.

Apoio da estrutura de governança

Atuação da Auditoria Interna

No exercício de suas competências, a Auditoria Interna (AUD) vincula-se, administrativamente, ao Conselho Curador, nos termos do §3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.

Conforme Regimento Interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, são competências da Auditoria Interna:

- I. fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das Unidades Gestoras da Fundação IBGE: e
- II. comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Em dezembro de 2019 a AUD compunha-se de: Auditor-Chefe, Assistente Técnico, Secretária e Auditores, conforme figura 1.

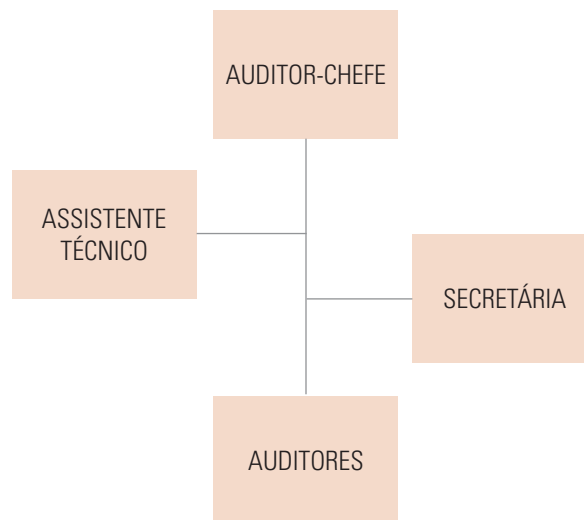


Figura 1 - Organograma – dez. 2019

A nomeação e exoneração do Auditor-Chefe é submetida pelo Presidente da Fundação IBGE ao Conselho Curador para aprovação e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União (CGU).

Atuando sob supervisão técnica e orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as atividades de auditoria são anualmente planejadas e consubstanciadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), em consonância com a Instrução Normativa CGU nº 9, de 09 de outubro de 2018. As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria são apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). Esse relatório é encaminhado à CGU/RJ para o exercício da supervisão técnica desse órgão.

O RAINTE 2019 se encontra disponível no site "Acesso à informação" do Portal do IBGE ou por meio do link: <https://acessoainformacao.ibge.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias.html>

Gerência de Processos Administrativos (GEPAD).

A Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (GEPAD) é a entidade responsável pela coordenação e apuração das irregularidades administrativas do quadro de servidores do IBGE, na forma da Lei 8.112/90 (servidores efetivos) e Lei 8.745/93 (servidores temporários), além de atuar com as atribuições de corregedoria geral, ainda não instituída pelo órgão.

Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

As atividades relacionadas a apuração de irregularidades são exercidas, via de regra, pelo pessoal lotado na Gerência, mas, em razão de carência de pessoal, em muitas ocasiões contam com a participação de servidores lotados em outras unidades estaduais ou mesmo em outros órgãos da Sede.

Nas Unidades Regionais, os processos de apuração são desenvolvidos por servidores locais, supervisionados pela Gerência de Processos Administrativos Disciplinares sempre que necessário,

excetuando-se aqueles que envolvem fatos de maior gravidade, para os quais a Administração determina que sejam apurados pela equipe de servidores que compõem a GEPAD, com maior experiência em procedimentos disciplinares mais complexos.

No exercício de 2019, verificou-se uma redução da atividade correccional no IBGE, quando feita a comparação com o ano anterior, uma vez que em 2018 foi realizado o Censo Agropecuário, com a contratação de cerca de 25 mil colaboradores temporários, dispensados ao final das atividades do Censo. Com base nessa sazonalidade, é esperado um aumento significativo do número de ocorrências que exigirão a intervenção da entidade responsável pela coordenação e apuração dos ilícitos disciplinares em 2020, ano em que será realizado o XIII Censo Demográfico do Brasil, com a contratação de cerca de 211 mil servidores temporários.

Ressalte-se que todos os procedimentos disciplinares foram devidamente registrados no sistema CGU/PAD, atendendo aos preceitos estabelecidos pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

42 procedimentos
registrados



2017

140 procedimentos
registrados



2018

68 procedimentos
registrados



2019

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO EM 2019

Assunto	Número de Procedimentos
Acumulação indevida de cargos	1
Assédio moral	1
Assédio Sexual	0
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	0
Ausência ou impontualidade ao serviço	3
BDE - A Classificar	0
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	1
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	18
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento público	0
Descumprimento de Regime de Dedicação Exclusiva	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
e-OUV - A Classificar	0
e-PAD - A Classificar	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	20
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapeço	0
Favorecimento próprio ou de terceiros	1
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	22
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	1
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	0
Monitor - A Classificar	0
Nepotismo	0
Reconhecimento de dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	0
Total de Procedimentos:	68

Fonte: CGU/PAD – janeiro de 2020

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Os casos de dano ao erário são apurados em processos administrativos próprios (termos circunstanciados administrativos - TCAs, sindicâncias ou PADs), e, uma vez comprovada responsabilidade de servidor, os relatórios das comissões responsáveis pelas apurações recomendam o encaminhamento dos autos aos setores responsáveis pelos cálculos do dano apontado e a respectiva emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU), para que seja feita a devida reposição ao erário. Nos casos de recusa do servidor em proceder o ressarcimento, os autos são encaminhados à Procuradoria Federal no IBGE, para a adoção das medidas judiciais cabíveis e inscrição na Dívida Ativa da União.

No exercício de 2019, dos 68 procedimentos disciplinares instaurados, 18 foram destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, correspondendo a 26,5% do total de procedimentos instaurados, dentro de uma média histórica verificada nos últimos exercícios.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especial, bem como não ocorreram fatos em apuração que, de acordo com a avaliação da unidade responsável, tenham elevado potencial de se converterem em Tomadas de Contas Especial.

68 procedimentos registrados



18 procedimentos de desaparecimento ou perecimento de bens públicos

Unidade de Gestão da Integridade do IBGE (UGI)

O IBGE, instituiu através da RCD nº 17/2019, a Unidade de Gestão da Integridade do IBGE (UGI), subordinada ao Gabinete da Presidência, tendo como finalidade: Coordenar as fases de instituição do Programa de Integridade (conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta) e sua formalização por meio do Plano de Integridade (documento, aprovado pelo Conselho Diretor, que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período de tempo, devendo ser revisado periodicamente), coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade, atuar na orientação e treinamento dos servidores do IBGE com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e promover outras ações relacionadas à implementação do Programa de Integridade, em conjunto com as demais áreas do IBGE.

A UGI atua junto às unidades com competências correspondentes aos seguintes processos e funções:

- a) Promoção da ética e de regras de conduta para todos os servidores;
- b) Promoção da transparência ativa e do acesso à informação;
- c) Tratamento de conflitos de interesses e nepotismo;
- d) Tratamento de denúncias;
- e) Verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria;
- f) Implementação de procedimentos de responsabilização.

O IBGE faz parte do Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI) do Ministério da Economia e acompanhou as discussões, recomendações dos assuntos pertinentes a integridade e estabelecendo o devido alinhamento para nortear suas ações sobre o tema. O CRTCI elaborou algumas resoluções das quais destaca-se:

Resolução CRTI nº 3, de 27 de junho de 2019, a qual menciona o primeiro levantamento de riscos à integridade no âmbito do Ministério da Economia e contempla um conjunto de 29 (vinte e nove) riscos que podem ser considerados como insumo para a gestão de riscos à integridade em cada órgão e entidade. Com a participação no Comitê de Governança, Conformidade e Riscos do IBGE, foi possível inserir na Metodologia de Gestão de Riscos do IBGE este conjunto de Riscos de Integridade.

Atuações da UGI:

O IBGE tem norteadado suas ações na busca da promoção de uma cultura de ética e integridade, objetivando a consolidação de um ambiente institucional ético, pautado por condutas íntegras. Citam-se as ações que evidenciam seu comprometimento com a melhoria contínua sobre o tema:

- a) Elaboração de conteúdos sobre ética e integridade para o Manual de Gestão do Posto de Coleta do Censo Experimental 2019;
- b) Colaboração com a promoção de palestra sobre Ética para o treinamento do Censo Experimental 2019, objetivando estabelecer um comportamento ético e íntegro na

operação censitária;

c) Elaboração de conteúdos sobre Ética e Integridade para o Manual do Recenseador e Supervisor e fechamento do roteiro do vídeo sobre o tema para o treinamento do Censo 2020;

d) Inserção do Código de Ética como conteúdo no processo seletivo do Censo, devido a importância do tema nas atividades;

e) Promoção de palestra sobre o tema “NEPOTISMO”, divulgada pela TV IBGE para todas as Unidades e agências;

f) Análise e parecer no processo referente ao trabalho realizado pelo TCU em Mato Grosso do Sul, que tratou de uma Auditoria Operacional sobre Suscetibilidade à Fraude e à Corrupção das Organizações Públicas, originando o Acórdão nº 958/2019;

g) Reunião com as Coordenações da Diretoria Executiva (Diretora Adjunta, CRM, COF, CRH, CPS), Auditoria Interna e Diretoria de Informática para discussão de questões relativas ao Acórdão do TCU nº 958/2019 referente ao trabalho realizado no Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando a elaboração do Plano de Ação, definindo como proposta inicial, que cada Coordenação documentasse os controles já existentes nos sistemas administrativos e identificasse pelo menos um sinal de alerta (**Red Flag**) a ser implementado, o que foi providenciado e deu origem ao Relatório de Avaliação de Riscos para a Integridade e Medidas de Tratamento;

h) Disseminação para todos as Unidades Estaduais do IBGE do trabalho piloto realizado pelo TCU no Estado de Mato Grosso do Sul, compartilhando o “Questionário” utilizado e o “Referencial de Combate à Fraude e Corrup-

ção”, para que as Unidades Estaduais se preparassem para uma futura abordagem do Tribunal, o que já teve início em alguns estados, fato relatado, com as devidas orientações prestadas, no Encontro realizado no Estado do Rio de Janeiro dos Chefes de Unidades Estaduais. Esse trabalho que está sendo realizado pelo TCU tem o objetivo de implementar boas práticas de combate à fraude e corrupção, com a adoção de medidas que melhorem o perfil dos gestores, com a consequente melhoria dos sistemas de proteção das organizações públicas contra a ocorrência desse tipo de ilícito.

Comissão de ética do IBGE

A Comissão de Ética do IBGE integra o Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal e tem a atribuição de prevenir, orientar e aconselhar os agentes públicos sobre a ética profissional, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio.

É composta por três servidores e seus respectivos suplentes – todos pertencentes ao quadro de pessoal do IBGE – e atua com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE, instituído e aprovado pela Resolução nº 04/2014 do Conselho Diretor, de 14 de janeiro de 2014. O Código de Ética do IBGE foi resultado de uma tarefa coletiva realizada pela Comissão de Ética do

IBGE e segue, de maneira estrita, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a ele agregando importantes princípios e particularidades inerentes ao trabalho realizado nesta Instituição.

O trabalho da Comissão visa a contribuir de maneira decisiva para a avaliação e profunda compreensão do papel de todos os agentes públicos lotados no IBGE, constituindo um esforço interno de promover um ambiente de trabalho mais ético. Dentre as suas atividades, recebe e avalia denúncias relacionadas à possível prática de desvios éticos e atua como instância consultiva.

No exercício de 2019, a Comissão de Ética disponibilizou na sua página da intranet uma Cartilha com conteúdo pedagógico sobre Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho, com o objetivo de orientar e prevenir essa conduta no IBGE.

Resumo Executivo referente a 2019:

Denúncia Recebidas 14	Procedimentos Preliminares 08	Processos de Apuração Ética 0
Consultas Recebidas 23	Consultas Respondidas 23	

Relacionamento com a sociedade

O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da so-

cidade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, oferecendo uma visão completa e atual do país.

O relacionamento com os usuários e a sociedade é um tema acompanhado com muita atenção no IBGE. Presente na estratégia da instituição, por

meio do objetivo 13, busca-se sempre o contato com esse público de maneira a conhecer e entender suas necessidades, bem como avaliar sua satisfação em relação às informações produzidas pelo Instituto.

Canais de acesso do cidadão

Para criar e manter essa proximidade, o IBGE possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade:



PORTAL DO IBGE
www.ibge.gov.br

Por meio do Portal do IBGE, na Internet, seu principal canal de comunicação, são disponibilizados os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas, arquivos para download e banco de dados.



ATENDIMENTO TELEFÔNICO
0800-721-8181

Informações rápidas são fornecidas por meio de call center, com tempo de espera da chamada de até 20 segundos.



ATENDIMENTO PRESENCIAL
<https://www.ibge.gov.br/novoportal-atendimento.html>

É realizado atendimento presencial, por meio das unidades de documentação e disseminação de informações nas capitais. Essas unidades são sinalizadas com o logotipo da Instituição e contam com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, como, também, bases de dados, com informações estatísticas e geográficas do país.



ATENDIMENTO POR E-MAIL
ibge@ibge.gov.br

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail, respondendo aos usuários em um prazo padrão de 5 dias.



ATENDIMENTO AO INFORMANTE
<https://respondendo.ibge.gov.br/>

A relação com o informante é entendida como uma questão de natureza estratégica para o IBGE, por isso o respeito ao informante é considerado um dos valores nos quais a Instituição se apoia. Isso porque a eventual resistência à prestação de informações incide de maneira crítica sobre os processos de trabalho da rede de coleta, tendo impactos diretos sobre os resultados. O canal **Respondendo ao IBGE** é destinado aos informantes, para tirar dúvidas, verificar a identidade do entrevistador e conhecer mais sobre nossas pesquisas.



BIBLIOTECA
<https://biblioteca.ibge.gov.br/>

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado, bem como ser feito o download de parte dele, no canal Biblioteca.



LOJA VIRTUAL
<https://loja.ibge.gov.br/>

Os produtos do IBGE são comercializados nas principais livrarias do país e, também, na Loja Virtual.



ATENDIMENTO À IMPRENSA
Agência IBGE Notícias
www.agenciadenoticias.ibge.gov.br
agencianoticias@ibge.gov.br
comunica@ibge.gov.br



MINUTO IBGE
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/minuto-ibge.html>

Programa de rádio semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de todo o país.



Mídias sociais

Com linguagem natural, adequada ao ambiente de rede, o IBGE está presente nas principais mídias sociais, que atualmente se configuram como um canal direto e interativo, capaz de estreitar o relacionamento e a comunicação com o cidadão.

A dedicação às nossas mídias sociais tem mobilizado cada vez mais seguidores, conforme apresentado a seguir:



Como atendemos



Os serviços de atendimento do IBGE são prestados a todo e qualquer cidadão, não sendo necessária a apresentação de nenhum documento nem requerida nenhuma informação obrigatória.

Nos atendimentos presenciais, os usuários são recepcionados por profissionais especialmente dedicados a prestar informações do IBGE, e acolhidos imediatamente seguindo as prioridades de atendimento aos idosos e gestantes. As unidades contam com limpeza, conforto e acessibilidade, voltados a possibilitar aos usuários condições adequadas de atendimento.

Cada solicitação é analisada pelas Equipes de Atendimento que, de acordo com o seu grau de complexidade, pode ser respondida imediatamente ou por meio da mediação das equipes responsáveis pelos estudos e pesquisas do IBGE. A qualquer momento, a consulta sobre o andamento das demandas pode ser feita por meio de chamadas telefônicas ou de e-mail. Havendo problema com qualquer desses meios, o usuário pode dirigir-se às demais formas de atendimento oferecidas pelo Instituto.

As respostas às solicitações são encaminhadas, preferencialmente, por e-mail, mas podem seguir pelos os mesmos canais utilizados pelo cidadão, no momento da sua manifestação, a saber: telefone ou atendimento presencial.

Sugestões e reclamações, dirigidas por telefone, correspondência ou pessoalmente, são registradas e encaminhadas à Coordenação Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) para posterior resposta ao cidadão.

O prazo máximo de atendimento às manifestações feitas ao IBGE é de 20 dias. Em caso de questões complexas, que demandem pesquisa aprofundada do tema, tal prazo pode ser estendido.

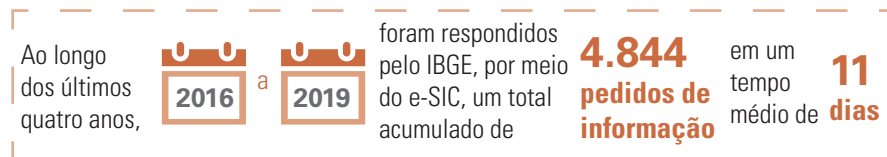


Acesso à Informação

Lei de Acesso à Informação

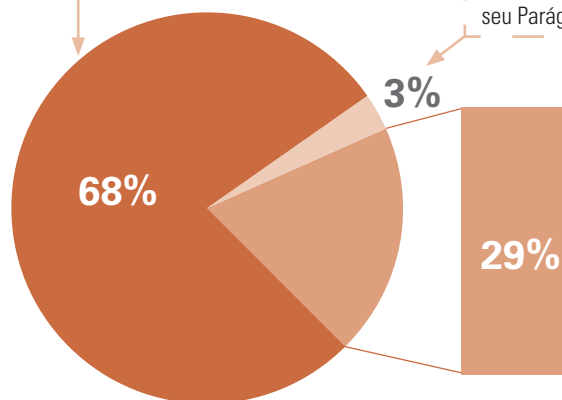
Visando garantir a efetividade do acesso à informação pública, o IBGE responde a pedidos de informação por correspondência, recebidos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Conforme o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 (que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), uma vez recebido o pedido, e estando a informação disponível, o acesso deverá ser imediato. Não sendo possível o acesso imediato, uma resposta deverá ser enviada, no prazo de até 20 dias.



dos casos, foi concedido o acesso integral ou parcial às informações pedidas.

dos pedidos tiveram o acesso negado por força da Lei nº 5.534 de 14 de novembro de 1968, em seu Parágrafo único, do Art. 1º. *

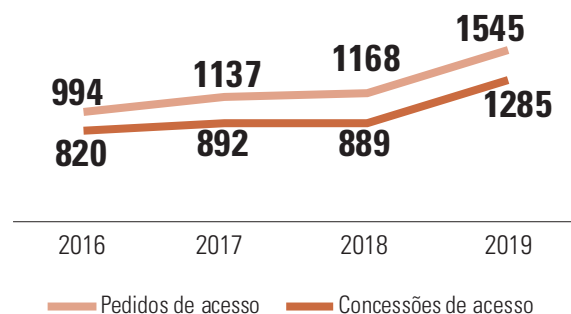


Os demais casos se dividiram entre:

- Pergunta duplicada/repetida;
- Órgão não tem competência para responder sobre o assunto;
- Não se trata de solicitação de informação; e
- Informação inexistente.

* Lei nº 5.534 de 14 de novembro de 1968 - As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos, e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial, excetuado apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei.

Número de pedidos e concessões (integrais e parciais) de acesso à Informação



Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic)

Tempo médio de resposta aos pedidos de informação recebidos por meio do e-SIC



Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic)

O serviço de informação ao cidadão, prestado pelo IBGE por meio do e-SIC, vem crescendo ao longo dos últimos 3 anos, merecendo destaque o tempo médio de resposta, inferior ao definido em lei, e o baixo índice de acessos não concedidos às informações solicitadas.

Satisfação dos Usuários

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma **Pesquisa de Satisfação dos Usuários** nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizadas nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os dados dessa pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição, por meio do indicador **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**.

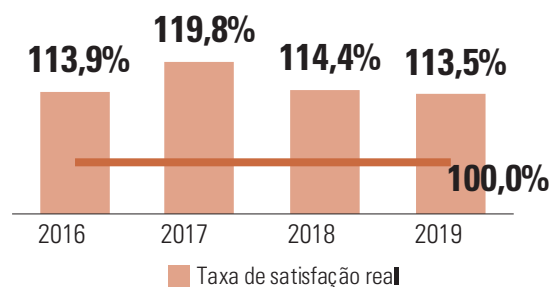
De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

9,9 Avaliação do serviço prestado

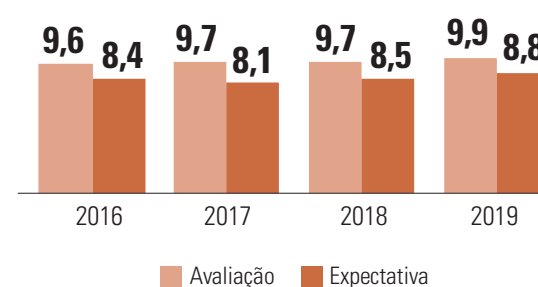
113,5% Taxa de satisfação dos usuários

Pesquisa de Satisfação dos Usuários 2019

Realizada desde 2003, a pesquisa apresenta resultados com taxas que variam entre 113,1% e 119,8%, indicativas de que o IBGE vem oferecendo serviços que superam as expectativas dos usuários.



Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários



Fonte: IBGE - Pesquisa de Satisfação dos Usuários



3 Riscos, oportunidades e perspectivas

Introdução

Ciclo de Gerenciamento de Riscos 2019

A gestão de riscos é um importante instrumento da gestão institucional. Em 2019, foi aprovada a Metodologia de Gestão de Riscos (Resolução do Conselho Diretor nº 34/2019) e este documento, juntamente com a Política de Gestão de Riscos, são referências que norteiam o processo de gerenciamento de riscos no IBGE.

No que se refere aos **Riscos Estratégicos**, para o ciclo de gerenciamento de riscos em 2019, foram selecionados três objetos estratégicos de grande relevância: dois processos que integram a Cadeia de Valor do IBGE e um objetivo estratégico presente no Mapa Estratégico 2017-2027. Além da relevância, também a criticidade foi outro critério que influenciou a escolha dos objetos, visto que o TCU já fez recomendações anteriores ao IBGE relativas aos processos elencados.

O quadro a seguir apresenta os dois processos e o objetivo estratégico priorizados:

Objetos priorizados para avaliação de riscos estratégicos	
Processos da Cadeia de Valor	Objetivo estratégico do Mapa Estratégico 2017-2027
Planejar e programar orçamento e finanças	Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos (Objetivo 4)
Prover pessoas	

Quanto aos processos, podemos dizer que o momento atual é bastante desafiador para os órgãos da administração pública federal: o país passa por pressões econômicas que levam a

restrições orçamentárias e à necessidade de rever processos e reduzir despesas. Apesar de tais dificuldades, foram alcançados em 2019 os objetivos e as metas previstos no plano de trabalho institucional. Além disso, foram assegurados os recursos necessários à realização do Censo Demográfico no ano de 2020, projeto institucional complexo e desafiador, cujos resultados serão de fundamental importância para suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e programas governamentais, além de embasar, também, decisões privadas que demandam informações oficiais.

Processos que visam assegurar recursos orçamentários e humanos para a realização do plano de trabalho institucional, contudo, demandam sempre especial atenção. A crescente quantidade de servidores que se aposenta a cada ano e de servidores que já cumprem os requisitos para solicitar a aposentadoria, sem a reposição devida desse quantitativo por meio de novos concursos públicos, são preocupações permanentes no IBGE, tanto na Sede quanto nas Unidades Estaduais e rede de agências. Do mesmo modo, o risco de cortes e contingenciamentos orçamentários pode representar uma ameaça ao cumprimento da missão e à plena consecução dos objetivos, podendo impactar o plano de trabalho e a estratégia institucional. Nesse contexto, os processos “Planejar e programar orçamento e finanças” e “Prover pessoas” foram elencados como prioritários para a gestão de riscos.

Quanto ao objetivo estratégico escolhido, em 2019, uma das iniciativas estratégicas reforçadas foi retomar a discussão com demais produtores de informação, na esfera da administração pública federal, para intensificar as parcerias e

acordos visando o compartilhamento e o uso de registros administrativos para fins de produção estatística.

As pesquisas e os levantamentos de campo são, em geral, operações de custo elevado, principalmente em virtude dos esforços logísticos envolvidos e dos recursos humanos necessários. O uso de registros administrativos para produção estatística tem representado, em vários países, uma alternativa eficiente e menos custosa, quando comparada à coleta direta das pesquisas convencionais, uma vez que faz uso de dados administrativos já coletados por outros órgãos governamentais para complementar ou mesmo substituir fontes utilizadas para a produção estatística, abrindo, também, oportunidades para novos tipos de análises e para o enriquecimento temático da produção de informações, possibilitando, inclusive, a divulgação de resultados em intervalos menores e o direcionamento mais ágil de políticas e tomada de decisão.

Outra potencial vantagem associada ao uso de registros administrativos para a produção estatística diz respeito à redução da carga de preenchimento de formulários e questionários imposta aos informantes, sejam eles cidadãos ou empresas, beneficiando a sociedade como um todo. Além de permitir ganhos de produtividade decorrentes da redução da carga de resposta desses informantes projeta-se um significativo ganho de imagem, pois sinaliza avanços na racionalização da gestão e no uso de recursos, por meio da gestão integrada de um sistema de informações públicas.

Atualmente, diversos órgãos federais produtores de dados no País encontram-se vinculados ao Ministério da Economia, o que pode ser propi-

cio para sensibilizar as partes interessadas quanto aos benefícios do compartilhamento de dados entre instituições produtoras de informação, representando uma oportunidade de acesso pelo IBGE aos sistemas e registros administrativos para a produção de estatísticas. Essa articulação poderá fortalecer a governança e o papel do IBGE como coordenador do sistema estatístico e geocientífico nacional.

Assim, o objetivo estratégico “Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos” foi elencado para fazer parte do ciclo de gestão de riscos em 2019, por representar oportunidades (riscos positivos), com potencial de contribuir como resposta às ameaças identificadas de escassez de recursos humanos e de possíveis cortes e contingenciamentos orçamentários.

Além dos riscos estratégicos, foram identificados, também, **Riscos de Integridade** em seis processos administrativos elencados pelos coordenadores e gestores responsáveis. O quadro a seguir apresenta os subprocessos priorizados, considerados mais sensíveis ou vulneráveis a riscos de integridade.

Processos administrativos priorizados para avaliação de riscos de integridade	
Subprocessos da Cadeia de Valor	Subcategoria (Riscos de Integridade)
Gerir suprimento de fundos	Desvio ético ou de conduta
Contratar por dispensa e inexigibilidade	Ameaças à isenção e à autonomia técnica
Aplicar sanções a fornecedores	Desvio ético ou de conduta
Processar folha de pagamento	Desvio ético ou de conduta
Gerir frequência dos servidores	Desvio ético ou de conduta
Elaborar e divulgar editais para processos eletivos	Uso indevido ou manipulação de dados e informações

Identificação, análise e avaliação de Riscos e Oportunidades

Para os objetos priorizados, foram identificados os riscos (ameaças) e as oportunidades (riscos positivos), debatidas e documentadas as causas e as consequências e registrados os controles atuais existentes. Também o nível de risco (inerente e residual) foi definido considerando a probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorra e a magnitude de seus efeitos.

No ciclo de gerenciamento de riscos 2019, a **oportunidade** (entendida como risco positivo) e os **riscos estratégicos** identificados que podem vir a afetar a capacidade do IBGE de atingir seus objetivos e gerar valor em curto, médio e longo prazos são os seguintes:

Principal OPORTUNIDADE identificada

Ampliação e coordenação, pelo IBGE, dos processos de compartilhamento e integração de registros administrativos entre órgãos da administração pública federal e outros produtores para fins de produção estatística.

Principais RISCOS identificados

1. Recursos orçamentários e financeiros governamentais insuficientes para cumprimento integral do plano de trabalho institucional – Incerteza e limitação na disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros
2. Recursos humanos em número insuficiente para cumprimento integral do plano de trabalho institucional – Reposição insuficiente do quadro de servidores frente às aposentadorias
3. Compartilhamento insuficiente de registros administrativos entre órgãos da administração pública e dificuldade de estabelecimento e coordenação do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional – Dificuldade de estabelecimento de parcerias e arranjos institucionais para acesso sistemático aos registros administrativos para a produção de informações
4. Dificuldade para integração e pareamento de grande volume de dados

Os **riscos de integridade** identificados são os seguintes:

Riscos de integridade identificados

1. Uso do cargo ou função para favorecimento pessoal (Não observância dos requisitos para uso de suprimento de fundos)
2. Direcionamento na seleção de pessoas ou empresas prestadoras de serviços (Direcionamento para determinado fornecedor ou fracionamento da demanda)
3. Omissão do servidor em denunciar ocorrência de irregularidade (Favorecimento a fornecedor sem as devidas aplicações de sanções e penalidades)
4. Uso do cargo ou função para favorecimento pessoal (Uso indevido do sistema de pagamento)
5. Não cumprimento de carga horária ou ausência do trabalho sem aviso prévio ou autorização da chefia (Não apuração em caso de abandono de cargo ou inassiduidade habitual)
6. Acesso ou concessão de acesso a dados ou informações restritas para uso ou divulgação indevida (Uso indevido de informações privilegiadas)

Para identificar os riscos de integridade, foram considerados como referência os riscos à integridade identificados pelo Ministério da Economia, Resolução CRTCI nº 3, de 27 de junho de 2019.

Medidas de tratamento de riscos e ações para aproveitar a oportunidade identificada

A identificação, análise e avaliação de riscos e oportunidades conduzem à intensificação dos controles existentes e, quando necessário, ao planejamento de medidas de tratamento e definição de controles complementares para que o nível dos riscos identificados fique dentro do tolerável.

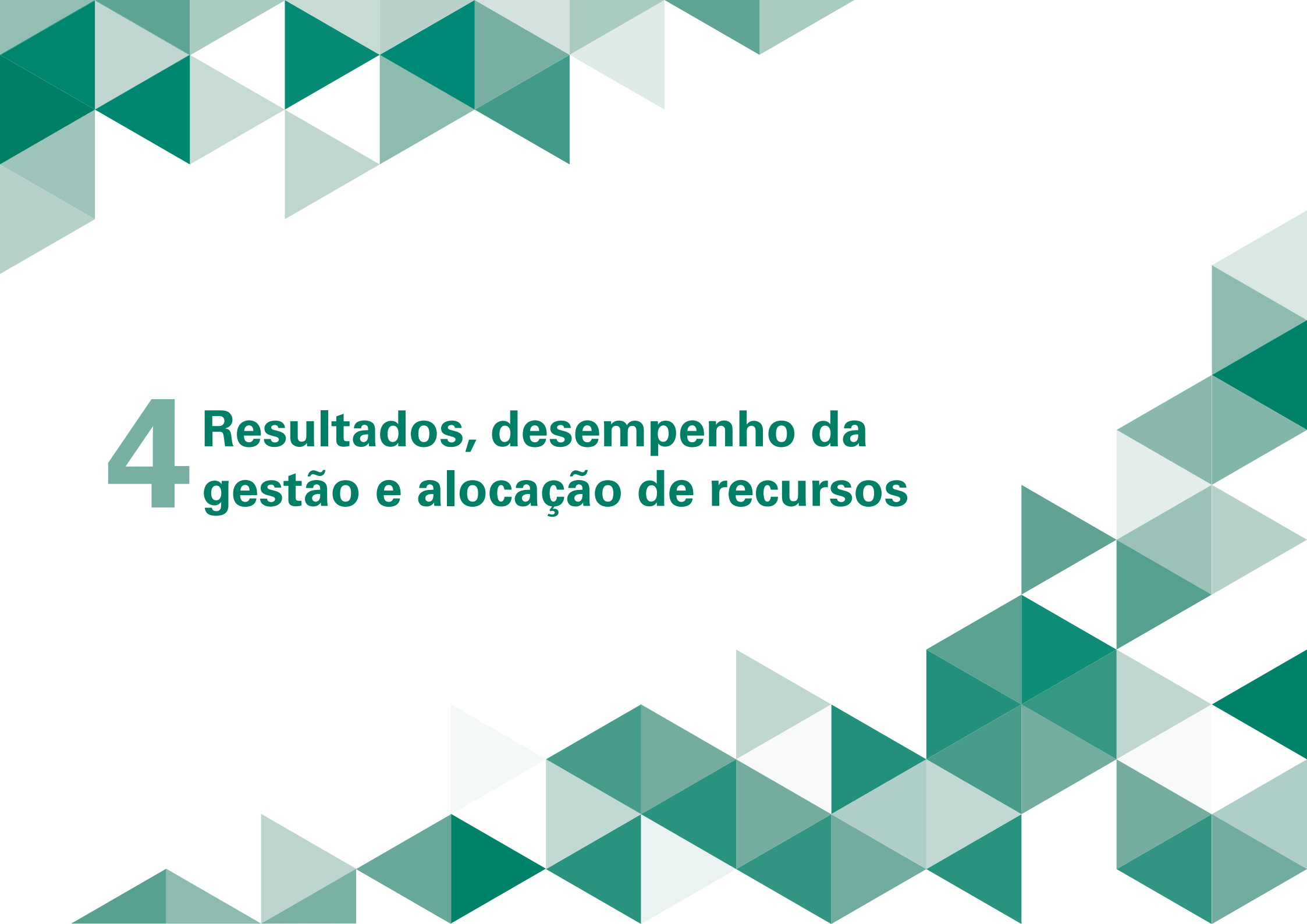
As Medidas de Tratamento definidas, os prazos e os responsáveis para a implementação das ações estão documentados. As **ações** para lidar com os riscos identificados e para aproveitar a oportunidade são monitoradas pelas lideranças estratégicas envolvidas e acompanhadas pela Alta Administração, que conta com o suporte do Comitê de Gestão de Riscos e Integridade.

Ao longo de 2019, para mitigar os riscos estratégicos identificados e aproveitar a oportunidade foram planejadas e iniciadas ações no âmbito dos seguintes programas:

- Identificação e sensibilização de produtores estratégicos de dados no Brasil: organização de eventos e reuniões técnicas;
- Planejamento e execução de iniciativas para estímulo ao compartilhamento e uso de registros administrativos e identificação de parceiros para apoio à produção de informações: negociações e parcerias com outros órgãos da administração pública federal;

- Investimentos estruturantes para a modernização institucional: novas tecnologias e estratégias de aquisição de dados;
- Ações para eficiência, economicidade e redução de gastos;
- Composição da força de trabalho: dimensionamento do quadro ideal e movimentação de servidores de outros órgãos para o IBGE;
- Desenvolvimento de competências chave: capacitação de lideranças e do corpo técnico;
- Discussão e proposição do Marco Legal.

Para os riscos de integridade, as medidas referem-se, principalmente, **à implementação de alertas nos sistemas** de controle existentes visando reforço dos mecanismos de detecção, bem como **ações de sensibilização e capacitação** com foco preventivo.



4 Resultados, desempenho da gestão e alocação de recursos



A existência de informações estatísticas e geocientíficas oficiais confiáveis, públicas e atualizadas é essencial à consolidação de uma sociedade democrática, além de ser indispensável ao aumento da eficiência na concepção e execução das políticas públicas, assim como na transparência das ações de governo. Tais informações devem ser assumidas como bens públicos, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir o seu provimento. O IBGE produz e fornece, para diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais de todas as esferas, informações estatísticas e geocientíficas determinantes para a tomada de decisão fundamentada. O Instituto realiza, ainda, ações voltadas ao ensino, pesquisa e difusão do

conhecimento por ele produzido, com o objetivo de ampliar a compreensão dos cidadãos sobre a realidade brasileira e sua capacidade de apropriar-se dessas informações.

A geração e difusão de conhecimento estatístico e geocientífico, bem como as informações produzidas e disseminadas pelo Instituto, são valores entregues à sociedade, capazes de proporcionar contribuições estruturantes para o desenvolvimento do país, transcendendo os limites das gestões governamentais.

Assegurar que as informações sejam produzi-
das e disseminadas com qualidade, regularida-

de, confiabilidade, transparência e no tempo devido é um dever institucional e um compromisso para manter a credibilidade, o reconhecimento e a confiança da sociedade no trabalho do IBGE para bem retratar a realidade de nosso País.

No exercício de 2019, o IBGE atuou em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos em seu plano estratégico, bem como suas ações foram executadas em conformidade com os Programas Temáticos do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019: Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; Gestão de Riscos e de Desastres; e Educação de Qualidade para Todos.

Produção de informações estatísticas e geocientíficas

Valor: Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil

Valor: Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais.

1 Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos

2 Estruturar e promover o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional

A Produção Estatística e Geocientífica é uma linha de negócio basilar de competência do IBGE, organizada com enfoques específicos para a produção de informação a res-

peito da Estatística e das Geociências. O objetivo primordial dos processos contidos nessa linha de negócio é a produção e disseminação de informações e seus respectivos indicadores, aprimorando o conhecimento sobre a realidade territorial, socioeconômica e ambiental do país, contribuindo para a elaboração de diagnósticos mais precisos e para o monitoramento periódico mais eficiente das políticas públicas e programas de governo. Contribui, ainda, com os objetivos existentes nos Programas Temáticos do PPA 2016-2019: Democracia e Aper-

feiçoamento da Gestão Pública; e Gestão de Riscos e de Desastres.

Em síntese, a produção estatística e geocientífica têm como principais valores gerados para a sociedade: a elaboração de um retrato da realidade física, ambiental, econômica e social do país; e a garantia da integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais.

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS

Gerir qualidade / Gerir metadados / Incorporar inteligência tecnológica e metodológica



15. Especificar necessidades

16. Planejar

17. Construir

18. Coletar

19. Processar

20. Analisar

21. Disseminar

22. Avaliar

VALOR PÚBLICO GERADO

- ▶ Retratar a realidade física, ambiental, econômica e social do Brasil
- ▶ Garantir a integridade e disponibilidade de informações estatísticas e geocientíficas nacionais

O IBGE busca aprimorar as informações disponibilizadas à sociedade, sempre se pautando nos valores éticos, no profissionalismo, na confidencialidade das informações, na imparcialidade, na autonomia, na qualidade da informação, na transparência, no foco nos usuários da informação, no respeito ao informante e na valorização dos talentos.

No âmbito das informações estatísticas, foram divulgados 192 resultados, cobrindo as áreas sociodemográfica e econômica, conforme descritos a seguir.

Estatísticas sociais

Para as estatísticas da área social podemos destacar os seguintes temas abordados em nossas pesquisas:

População

Características gerais da população

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura por idade e sexo, cor ou raça, distribuição da população, densidade e urbanização.

Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

Abrange as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

Família

Envolve informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias constituídas por pais e seus filhos, casais sem filhos, famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

Nupcialidade

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

Grupos populacionais específicos

Consiste nas estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Podemos destacar a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**, que visa a acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações

necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Temas e tópicos suplementares pesquisados e divulgados no ano:

- Educação;
- Características gerais dos domicílios e dos moradores;
- Características adicionais do mercado de trabalho;
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário); e
- Rendimento de todas as fontes.

Podemos citar também:

- Estatísticas do Registro Civil – 2018
- Tábua Completa de Mortalidade para o Brasil – 2018
- Estimativas de População – 2018
- Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil

Trabalho

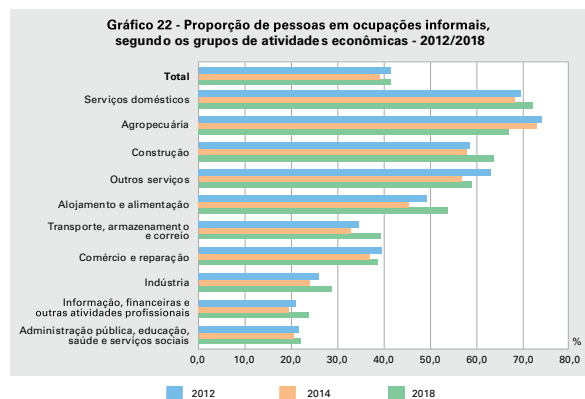
Trabalho remunerado

Engloba as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo informações sobre população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); trabalho decente; e grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

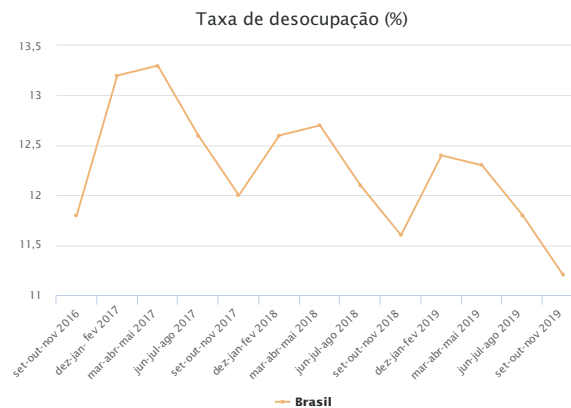
Outras formas de trabalho

Envolve as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

Como fonte de informação, destaca-se a PNAD Contínua, que divulga informações conjunturais (mensais e trimestrais) e estruturais (anuais e variáveis), bem como o suplemento PNAD Contínua 2012-2018 – Características adicionais do mercado de trabalho. As informações conjunturais de periodicidade mensal abarcam um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil (trimestres móveis), enquanto as de periodicidade trimestral contemplam indicadores relacionados à força de trabalho (trimestres convencionais) para todos os níveis de divulgação da pesquisa. As informações estruturais de periodicidade anual



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2018.
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.



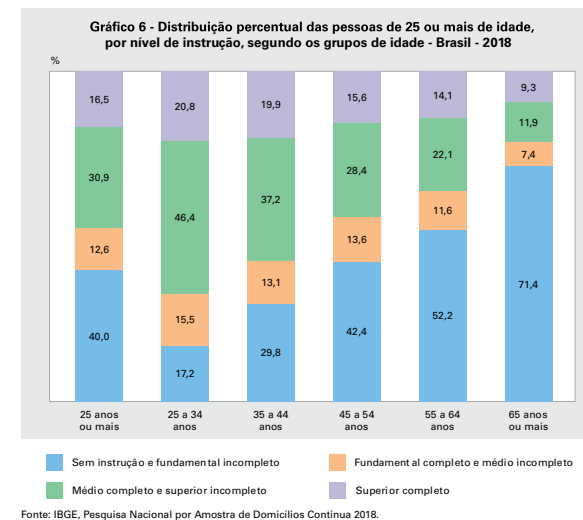
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

correspondem aos demais temas permanentes suplementares da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho.

Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo condição de alfabetização, frequência a creche ou a escola, rede e área de ensino, grau de instrução, e gestão da educação, entre outros aspectos.

Destacamos a **Síntese de Indicadores Sociais (SIS)**, uma publicação que reuniu múltiplas informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais, com base em indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais. Trata da



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

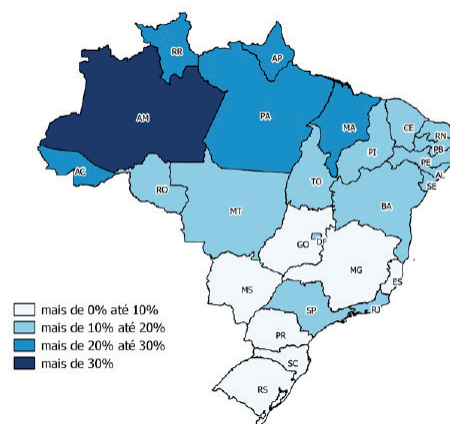
temática da educação, considerando dois níveis distintos: educação infantil e ensino superior.

Habitação

Abrange as informações sobre habitação, abrangendo tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (pisso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

Ressaltamos a **SIS**, que fez uma análise das desigualdades a partir de indicadores de distribuição do rendimento, acesso a bens e serviços (condições de moradia), pobreza monetária e restrições de acesso em múltiplas dimensões.

Cartograma 4 - Proporção da população residindo em domicílios com ao menos uma inadequação domiciliar, segundo as Unidades da Federação - 2018



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Consolidado de primeiras entrevistas.

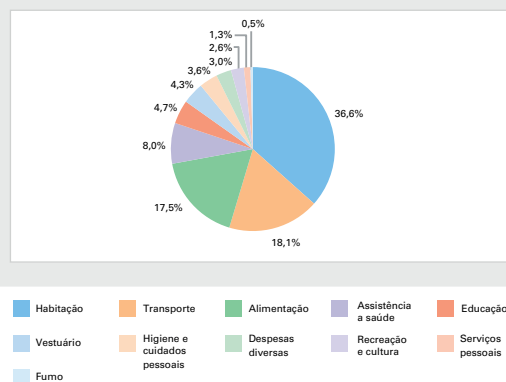
Rendimento, despesa e consumo

O tema compreende as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Em 2019, o destaque deste tema foi a publicação **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Primeiros Resultados**. A pesquisa avaliou as estruturas de consumo, de gastos, de rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, oferecendo um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos. Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias

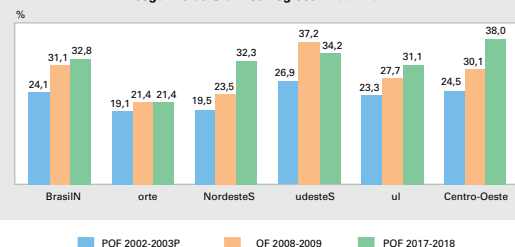
também foram investigadas, incluindo a autoavaliação subjetiva sobre qualidade de vida. Os resultados da pesquisa possibilitam, ainda, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as situações urbana e rural, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda, bem como a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços.

Gráfico 4 - Distribuição da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa - Brasil - período 2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018

Gráfico 6 - Percentual da despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação fora do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2002/2018



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2017-2018

Administração pública e participação político-social

Como fonte de informação, destaca-se a PNAD-Contínua, que divulga informações conjunturais (mensais e trimestrais) e estruturais (anuais e variáveis), bem como o suplemento PNAD Contínua 2012-2018 – Características adicionais do mercado de trabalho. As informações conjunturais de periodicidade mensal abarcam um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil (trimestres móveis), enquanto as de periodicidade trimestral contemplam indicadores relacionados à força de trabalho (trimestres convencionais) para todos os níveis de divulgação da pesquisa.

As informações estruturais de periodicidade anual correspondem aos demais temas permanentes suplementares da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho.

Estrutura e gestão da administração pública

Envolve as informações sobre gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos entes federados.

Participação política e conexões sociais

Informações sobre os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários, e participação através do sistema de representação política, entre outros aspectos.

Para avaliar a administração pública, o IBGE realiza a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que perfazem um retrato abrangente de duas esferas administrativas.

A **ESTADIC** efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, tendo como unidade de investigação o governo do estado, por meio dos diversos setores que o compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública estadual, incluindo a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração; organização do governo estadual; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

A **MUNIC** efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, tendo como unidade de investigação o município e, como informante principal, a prefeitura, por meio dos diversos setores que a compõem.

A pesquisa fornece informações variadas sobre a gestão pública municipal, incluindo a legislação vigente e os instrumentos de planejamento existentes nessa esfera da administração, especialmente

aqueles discriminados no Estatuto da Cidade e que, junto com o Plano Diretor, têm por meta regular o uso e a ocupação do solo urbano; organização das prefeituras; composição do quadro de pessoal por vínculo empregatício das prefeituras, tanto na administração direta quanto na indireta; recursos financeiros utilizados para a gestão; políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas (habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente etc.), entre outros aspectos.

Na última edição, o destaque foi a investigação dos instrumentos de gestão migratória, pela primeira vez, com base em registros administrativos disponibilizados pela Polícia Federal.

Além disso, com resultados previstos para 2020, pesquisas importantes foram a campo em busca

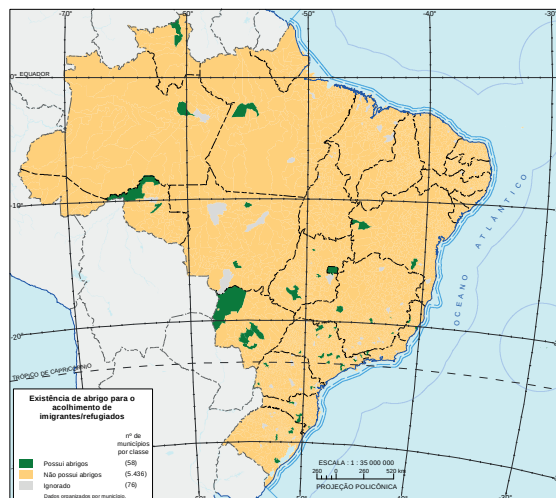
de dados capazes de aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira, dentre as quais:

A **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)**, realizada em parceria com o Ministério da Saúde com o objetivo de levantar as condições de vida, saúde e os hábitos dos estudantes do sétimo ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio.

A **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)**, realizada também em parceria com o Ministério da Saúde, que busca avaliar do estado de saúde da população brasileira, além de medir a incidência das doenças crônicas, que estão entre as causas de mortalidade mais frequentes do país.

A **PNAD Contínua: turismo**, desenvolvida em parceria com o Ministério do Turismo, foi a campo para investigar, pela primeira vez, os hábitos de turismo da população. Além de conhecer com mais detalhes o comportamento da população em viagens nacionais e internacionais, a inclusão da temática na pesquisa vai contribuir para a construção da conta satélite de turismo.

Cartograma 5 - Municípios com abrigo para o acolhimento de imigrantes/refugiados - 2018



Estatísticas econômicas

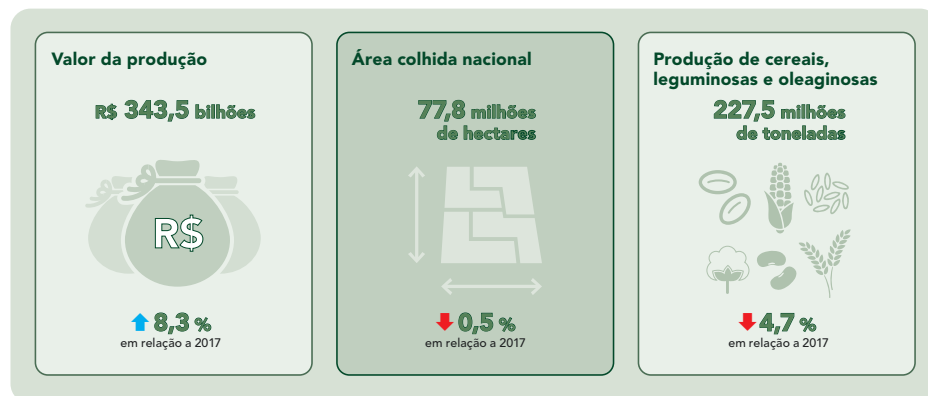
Agricultura, pecuária e outros

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

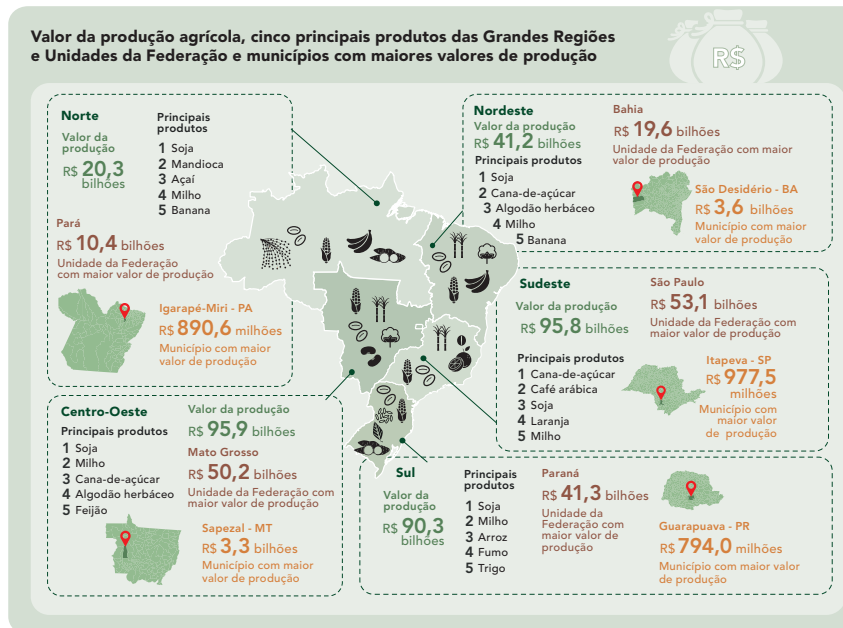
Para essa importante área da economia brasileira, o IBGE traça um grande painel do agronegócio divulgando os resultados oriundos das seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**, a **Pesquisa Trimestral do Couro**, a **Pesquisa Trimestral do Leite** e a **Produção de Ovos de Galinha (POG)**, que levantam dados trimestralmente, entre outros temas, da quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie pesquisada; da quantidade de couro cru de bovino adquirida e curtida; da quantidade de leite fluido cru e da variação da produção física de ovos de galinha, em âmbito nacional.

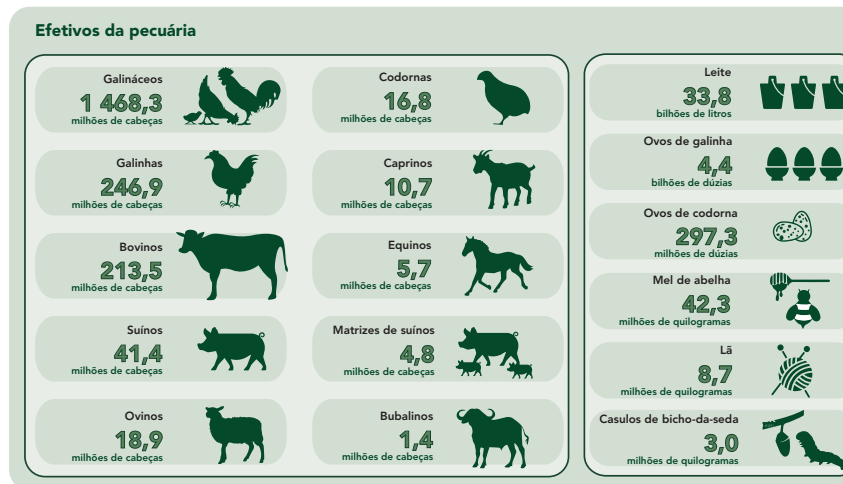
O **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**, que fornece estimativas de área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio de produtos selecionados com base em critérios de importância econômica e social para o País. Ele permite não só o acompanhamento de cada



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2018.

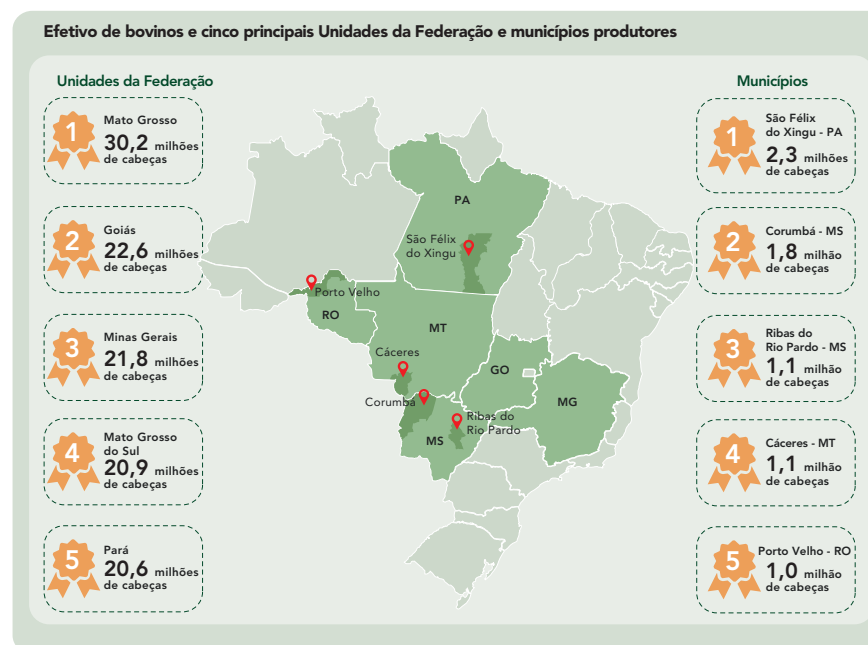
cultura investigada, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, no ano civil de referência, como também o prognóstico da safra do próximo ano, para o qual é realizado o levantamento nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A **Produção Agrícola Municipal (PAM)**, que investiga um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País, que se caracterizam não só pela grande importância econômica que possuem na pauta de exportações, como, também, por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o município. A PAM é integrada ao LSPA, isto é, todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM em 31 de dezembro, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento.

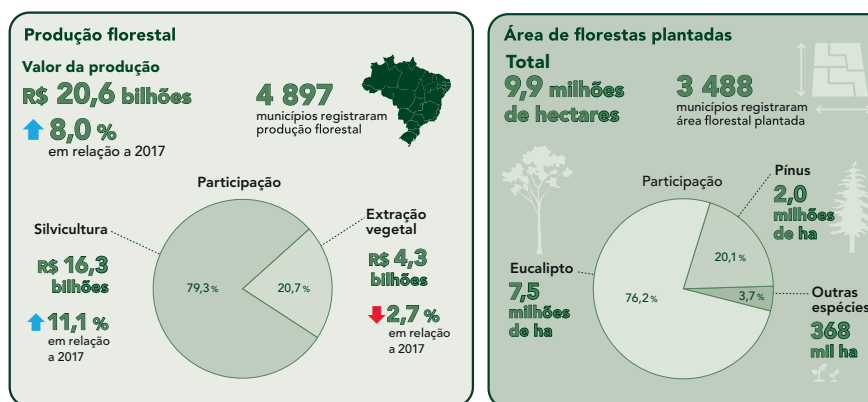
A **Pesquisa de Estoques**, que investiga informações sobre o volume e a distribuição espacial dos estoques de produtos agrícolas armazenáveis básicos e sobre as unidades onde é feita a sua guarda, tendo como unidade de coleta o estabelecimento que tem instalações ou unidades armazenadoras apropriadas e dedicadas à prestação de serviços de armazenagem ou à guarda de produtos agrícolas vinculados à sua atividade principal.

A **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**, que fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no município, na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal, e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e casulos do bicho-da-seda; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura, carcinocultura e malacocultura.

A **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**, que investiga informações sobre a quantidade e o valor da produção decorrente dos processos de exploração dos recursos vegetais nativos e dos maciços florestais plantados, tendo como unidade de coleta o município. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais também são objetos da pesquisa.

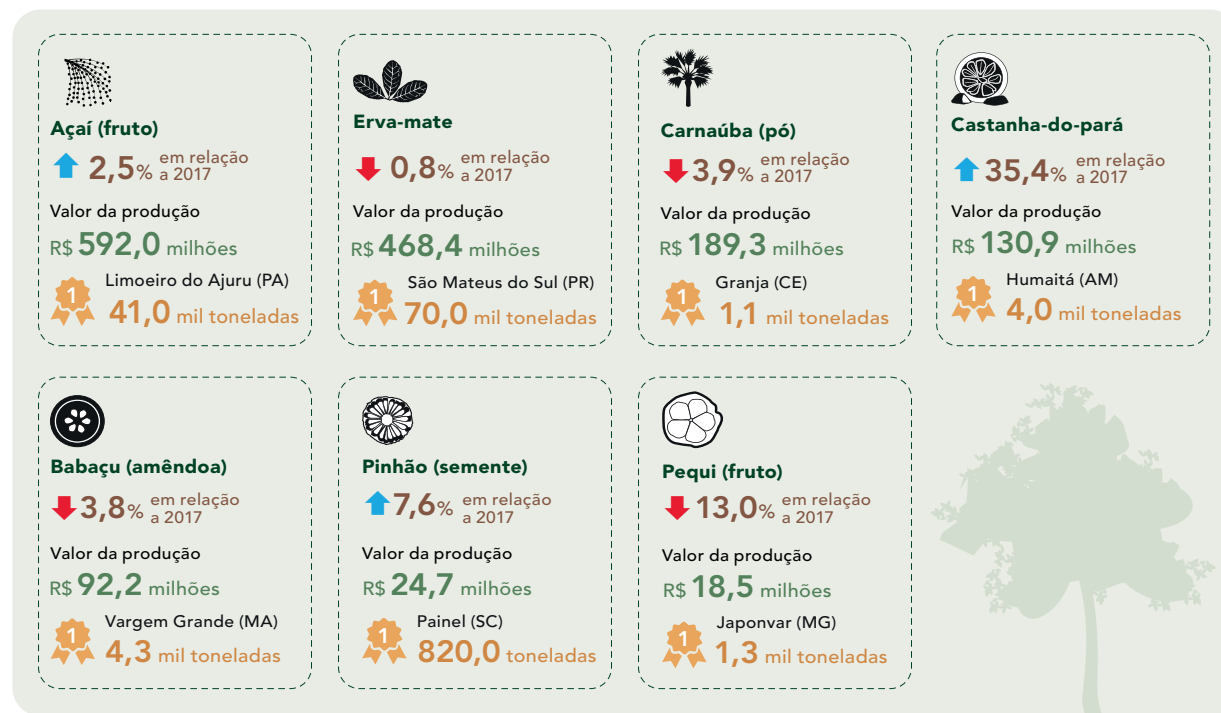


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2017-2018.

Variação anual do valor de produção dos principais produtos não madeireiros do extrativismo



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2018.

Indústria e construção

Este tema investiga as atividades das indústrias extrativas, de transformação e da construção, as pesquisas levantam informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos das atividades específicas. As principais pesquisas que tiveram resultados divulgados para essa área foram:

A **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)**, que produz indicadores de curto prazo desde a década de 1970, relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa e de transformação.

A **Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa)**, que tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem este segmento e subsidiam o Sistema de Contas Nacionais nas estimativas de valor da produção, consumo intermediário, valor adicionado, formação de capital e pessoal ocupado.

A **Pesquisa Industrial Anual - Produto (PIA-Produto)**, que investiga informações referentes a produtos e serviços produzidos pela indústria nacional, tendo por base uma nomenclatura preestabelecida, a Lista de Produtos da Indústria (Prodlist-Indústria) elaborada pelo IBGE, a partir da CNAE 2.0 e da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Seus resultados constituem referência para o estudo pormenorizado da composição da

Resultados das empresas industriais

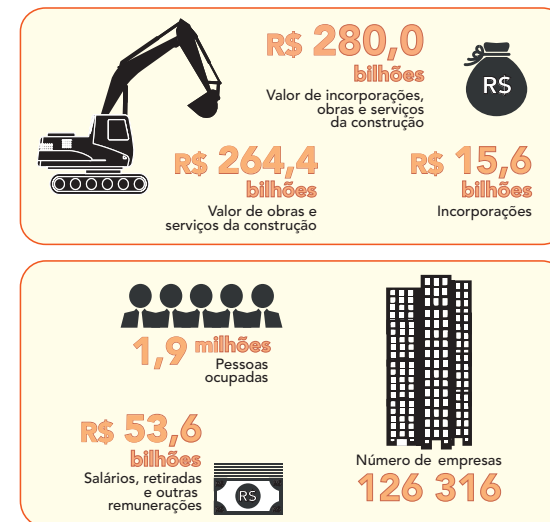


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2017.

produção industrial e para a análise articulada dos fluxos de produção interna e do comércio externo de produtos industriais.

A **Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC)**, que identifica anualmente as características estruturais da atividade de construção e de suas transformações no tempo. As informações levantadas priorizam as estimativas do valor adicionado da mão de obra ocupada e sua remuneração e dos investimentos em capital fixo, entre outras.

Indústria da construção

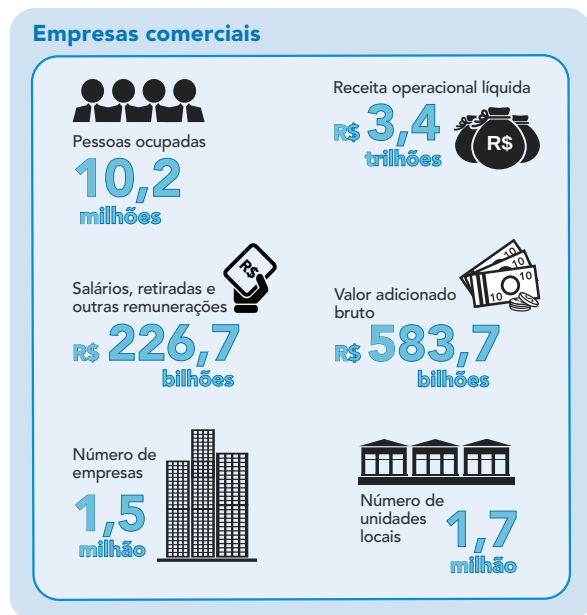


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2017.

Comércio

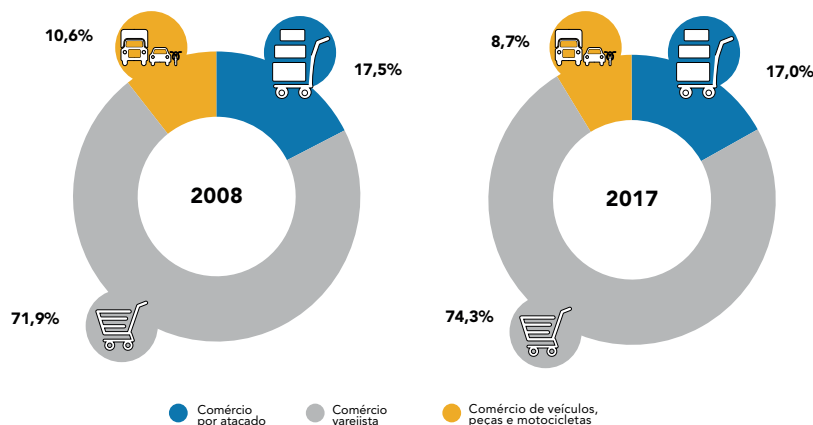
Tema que abrange as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, emprego, entre outros aspectos específicos das atividades de comércio. Envolve, ainda, a reparação de veículos automotores e motocicletas que pertencem à seção G da CNAE 2.0.

A **Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista. A pesquisa foi iniciada



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2017.

Participação das pessoas ocupadas nos setores do comércio



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2008/2017.

em janeiro de 1995, apenas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, produzindo indicadores de faturamento real e nominal, pessoal ocupado, salários e outras remunerações.

A **Pesquisa Anual de Comércio (PAC)**, que constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto (PIB).

Serviços

O tema engloba as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos Serviços, que pertencem às seguintes seções da CNAE 2.0:

Seção	Descrição CNAE
H	Transporte, armazenagem e correio
I	Alojamento e alimentação
J	Informação e comunicação
L	Atividades imobiliárias
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas
N	Atividades administrativas e serviços complementares
R	Artes, cultura, esporte e recreação (parte da seção)
S	Outras atividades de serviços

Os resultados divulgados deste tema são referentes às seguintes pesquisas:

A **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**, que produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

A **Pesquisa Anual de Serviços (PAS)**, que levanta dados econômicos financeiros para conhecer detalhadamente o setor de serviços. Ela investiga anualmente empresas que atuam nos seguintes setores de serviços empresariais não financeiros: prestados principalmente às famílias; de informação e comunicação; profissionais, administrativos e complementares; transportes, auxiliares dos transportes e correio; atividades imobiliárias; e de manutenção e reparação, além de outras atividades de serviços.

Preços e custos

Aborda as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, abrangendo índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor, e, ainda, comparações internacionais, visando medir as paridades de poder de compra e os níveis correspondentes



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2017.

de preço e volume do Produto Interno Bruto (PIB), entre outros aspectos. Compreende, também, as informações sobre custos e índices da construção civil.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**), produzido contínua e sistematicamente pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (**INPC**), também produzido contínua e sistematicamente pelo SNIPC, que tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da

mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC.

O Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação (**IPP**), cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, que tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados. Em 2019, o IPP foi divulgado com uma nova série histórica, que trouxe mudanças na seleção da amostra e nos pesos dos produtos. No total, a amostra passou a contar com 2.070 empresas, 670 a mais que na anterior, enquanto a quantidade de produtos pesquisados passou de 324 para

Ranking de participação na receita operacional líquida



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Serviços 2008/2017.

416 itens. Vários itens que se tornaram menos utilizados foram retirados da pesquisa ou tiveram seu peso diminuído, como o relógio de pulso, enquanto outros itens, principalmente de novas tecnologias, como tablets e laptops, ganharam peso.

O **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**, que tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices para o setor habitacional, e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas por equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. O Sistema é uma produção conjunta do IBGE e da Caixa Econômica Federal (CAIXA), realizada por meio de acordo de cooperação técnica, cabendo ao Instituto a responsabilidade da coleta, apuração e cálculo, enquanto à CAIXA, a definição e manutenção dos aspectos de engenharia, tais como projetos, composições de serviços etc. As estatísticas do SINAPI são fundamentais na programação de investimentos, sobretudo para o setor público; neste sentido, os preços e custos auxiliam na elaboração, análise e avaliação dos orçamentos, enquanto os índices possibilitam a atualização dos valores das despesas nos contratos e orçamentos

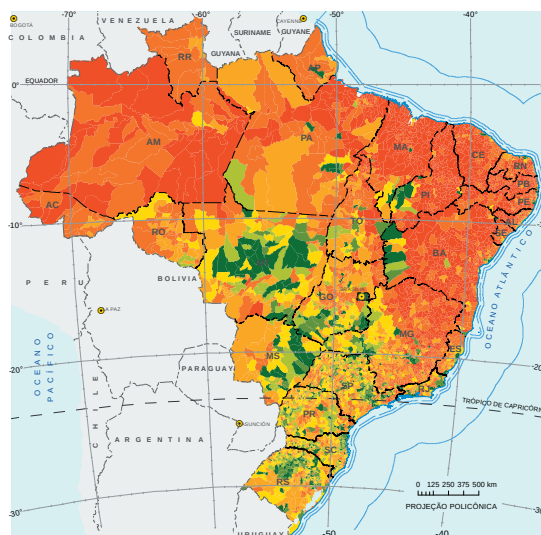
Contas nacionais

Tema que compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, e Ren-

da Nacional Bruta, Contas Regionais, PIB dos Municípios, entre outros aspectos. Tem como referência metodológica as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts (SNA)*. Os resultados divulgados no ano foram referentes aos seguintes produtos:

O **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT)**, que apresenta os valores correntes e os índices de volume (1995=100) trimestralmente para o PIB a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

PIB per capita
2017

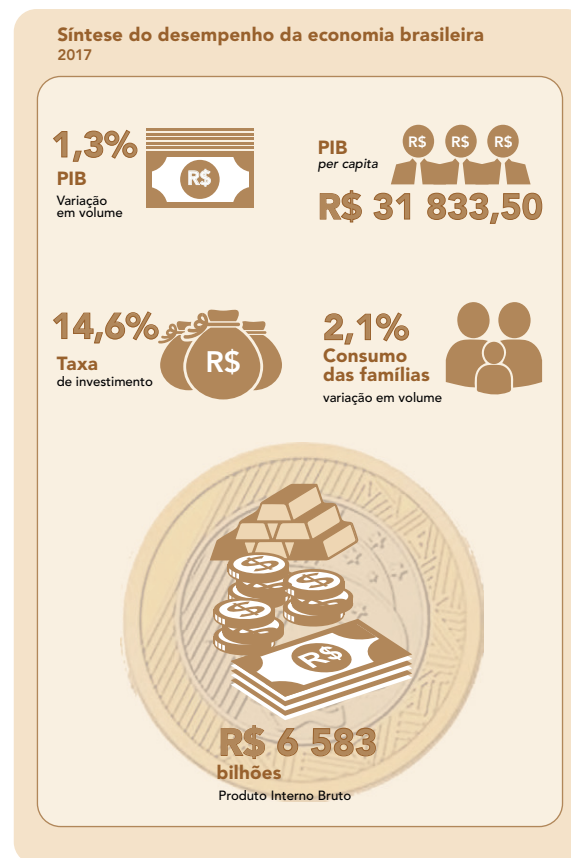


PIB per capita por município (R\$)	Nº de municípios por classe
> 3.285 a 11.000	1.808
> 11.000 a 19.000	1.333
> 19.000 a 27.000	1.029
> 27.000 a 35.000	575
> 35.000 a 43.000	319
> 43.000 a 51.000	195
> 51.000 a 344.847	311

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O **Produto Interno Bruto dos Municípios**, que é uma operação estatística onde o IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema), divulga, as estimativas do PIB dos Municípios.

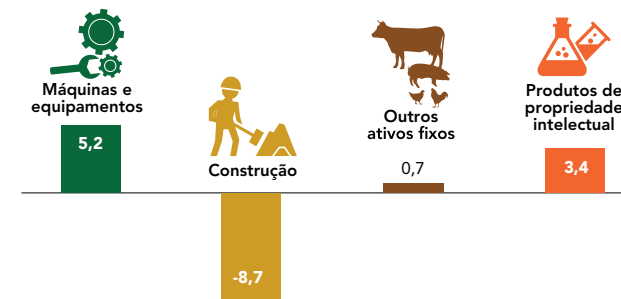
O **Sistema de Contas Nacionais (SCN)**, que apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há, também, dados sobre a acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo. São apresentados comentários analíticos sobre os principais destaques, ilustrados graficamente e traçando comparações em relação ao ano anterior e, para alguns indicadores, também em relação a 2000, ano de início da série, fornecendo, assim, uma síntese do desempenho da economia brasileira no período.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)

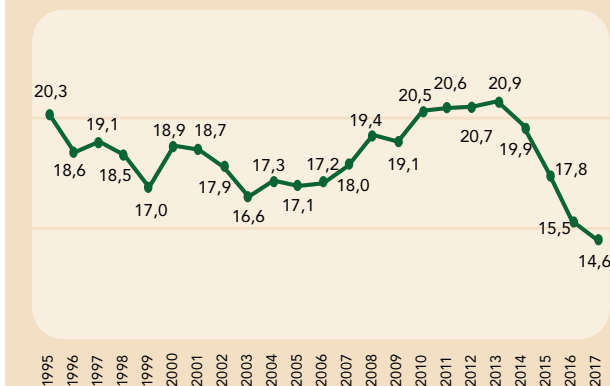
2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da taxa de investimento (%)

1995-2017



Censos Agro 2017, Demográfico 2020 e Geográfico



Censo Agropecuário 2017

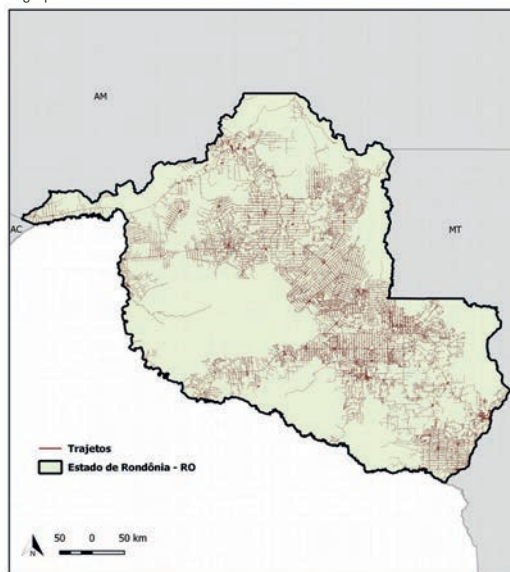
Em 2017, O IBGE realizou o **Censo Agropecuário**, uma operação censitária com o objetivo de retratar a realidade do “Brasil Agrário” por meio da investigação das características e das atividades econômicas realizadas nos estabelecimentos agropecuários do País. Como fruto dessa operação, em 2019, foram lançados os seguintes produtos:

Censo Agropecuário: cadastro de estabelecimentos rurais, que disponibilizou informações como logradouros, Código de Endereçamento Postal (CEP), pontos de referência, latitude e longitude de mais de cinco milhões de propriedades rurais cadastradas pelos recenseadores durante a coleta. Além de contribuir para outras pesquisas agropecuárias, esses dados auxiliam em análises sobre a distribuição espacial das propriedades, evidenciando padrões de organização territorial e modos de registro de endereços, bem como suas particularidades de região para região, tanto para o usuário comum como para instituições de pesquisa públicas ou privadas.

Censo Agropecuário: trajetos dos recenseadores, que disponibilizou os trajetos dos recenseadores do Censo Agropecuário 2017, permitindo dar visibilidade a trilhas e estradas vicinais que muitas vezes não constam dos mapeamentos sistemáticos, mas que auxiliam a definição das melhores rotas para se chegar aos domicílios ou estabelecimentos recenseáveis.

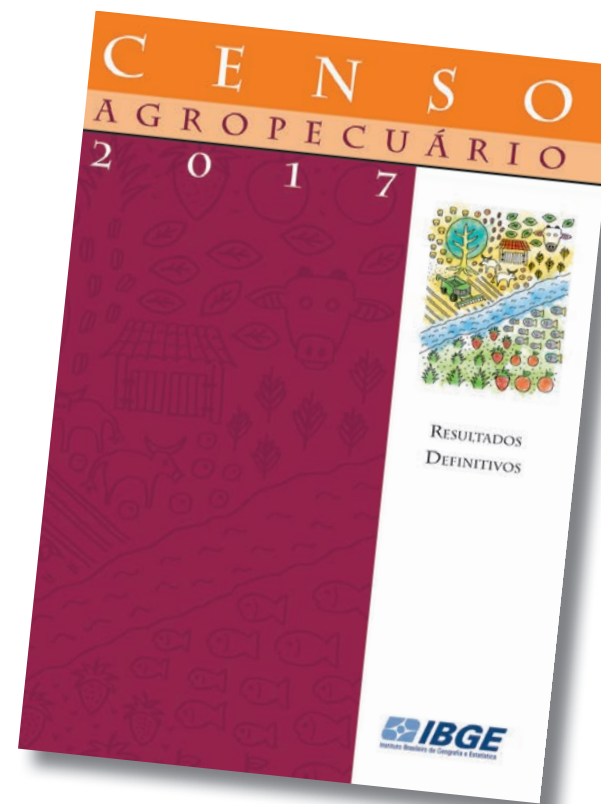


Mapa 1 - Trajetos dos recenseadores durante o período de coleta do Censo Agropecuário 2017 no Estado de Rondônia - RO



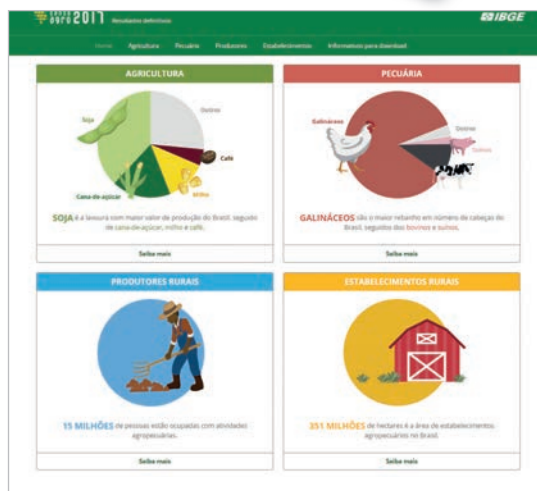
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

Censo Agropecuário: resultados definitivos, a principal e mais completa investigação estatística sobre a estrutura e a produção agropecuária do País.



Além disso, o resumo dos principais resultados de produção e dos estabelecimentos agropecuários por meio de gráficos e destaques, estão disponíveis em informativos para **download** em nível Brasil e Unidades da Federação.

Os informativos e infográficos dos Resultados Definitivos se encontram disponíveis no hotsite do Censo Agro 2017 (<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>).



Fonte: IBGE, hotsite do Censo Agro 2017

Censo Demográfico 2020



Conhecer em detalhe como é e como vive o nosso povo em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos é de extrema importância para o governo e para a sociedade. Os resultados obtidos pela realização do **Censo Demográfico**, a mais complexa e grandiosa operação estatística realizada pelos países no mundo todo, permitem traçar um retrato abrangente e fiel do País.

O Censo produz informações atualizadas e precisas, que são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para a realização de investimentos, tanto para o setor público, quanto para a iniciativa privada. Além disso, uma sociedade que conhece a si mesma pode executar com eficácia ações imediatas e planejar com segurança o seu futuro.

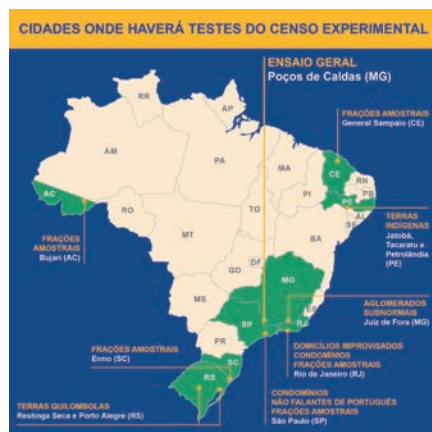
Realizar uma operação de tamanha importância para a sociedade, com eficiência e eficácia no uso dos recursos, é uma tarefa que exige um planejamento longo e sólido, o que pressupõe a consecução de diversas etapas fundamentais para garantia da produção de informações relevantes e confiáveis. Em 2019, mesmo em meio a restrições de recursos, fases importantes foram realizadas:

Questionários do Censo 2020, quando foram definidos os temas e o tamanho dos questionários do Censo. O questionário básico, aplicado em todos os domicílios do país, terá 26 perguntas. Já o da amostra, com 76 questões, será respondido por 10% dos lares brasileiros.

A **Segunda Prova Piloto** buscou avaliar as possíveis alterações de resultados da Primeira Prova Piloto e, além disso, avaliou o autopreenchimento pela internet, a funcionalidade da central de atendimento telefônico, a adequação e o desempenho dos quesitos nos diferentes métodos de coleta, bem como testou a cadeia de treinamento e os materiais de instrução. Realizou-se, ainda, a **Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios**, que levantou a infraestrutura urbana dos municípios, para facilitar o trajeto e a logística dessa operação, verificando, por exemplo, a existência de calçamento nas ruas, de pontos de ônibus, de ciclovias, de arborização, além de pesquisar quesitos de acessibilidade, como a presença de piso tátil e de rampas para pessoas com deficiência.

Censo Experimental, que foi uma espécie de ensaio geral do Censo Demográfico. Momento em que foram testadas todas as etapas da pesquisa, para avaliar e aperfeiçoar os procedimentos previstos. A cidade de Poços de Caldas (MG) foi o município escolhido para concentrar os testes de questionário e de toda infraestrutura necessária para o Censo Demográfico 2020. Cerca de 180 recenseadores visitaram todos os mais de 60 mil domicílios

da cidade mineira até 2 de dezembro de 2019. O ensaio geral também foi realizado em outros sete estados, com foco na avaliação da coleta em condomínios de alta renda, aglomerados subnormais, moradias improvisadas, terras de comunidades quilombolas e de povos indígenas, e domicílios com pessoas que não falam a língua portuguesa.



Fonte: IBGE, hotsite Censo 2020

Censo Geográfico

O espaço geográfico, composto por aspectos naturais e artificiais, é dinâmico e traz em si a complexidade implícita em suas relações. Quantificar os recursos naturais e construir indicadores socioeconômicos e de sustentabilidade que possam colaborar para o desenvolvimento de outros indicadores e de políticas públicas, baseadas no conhecimento dos pontos de potencialidades, fragilidades, pressões e vulnerabilidade do território, tem se tornado cada vez mais importante.

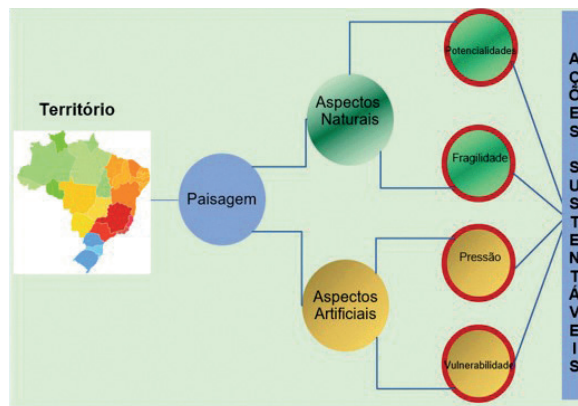


Diagrama com os principais temas do Censo Geográfico

O **Censo Geográfico** é o conjunto de operações para levantar, caracterizar e analisar os elementos que compõem a paisagem e suas relações e articulações com as características sociais, econômicas e ambientais. Deste modo, o Censo Geográfico considera a produção informações geo-espaciais para subsidiar a sustentabilidade das ações humanas trazendo originalmente em seu escopo estudos relacionados a vulnerabilidade ambiental e acessibilidade socioeconômica.

Por meio de um processo de coleta de dados geográficos, que se divide em coleta universo e coleta amostral, esse novo projeto do IBGE objetiva realizar uma varredura dos aspectos naturais e antropogênicos do território brasileiro visando caracterizar, analisar, quantificar e disseminar, informações sobre os ambientes naturais e seus processos correlatos, assim como as estruturas criadas para a produção, circulação e descarte de bens e serviços, no intuito de subsidiar a organização espacial com foco na sustentabilidade da ação humana e qualidade de vida.



Macros etapas do Censo Geográfico

Em 2019, o novo projeto avançou realizando ações necessárias à infraestrutura para o Censo Geográfico, dentre elas as atividades do projeto Visita às Estações Geodésicas (VEG) quando foram testados o fluxo de trabalho na coleta de campo (coleta amostral) utilizando os Dispositivos Móveis de Coleta (DMC) no padrão das pesquisas estatísticas; e a aquisição de imagens de satélite de alta resolução espacial, por acesso on-line, insumo básico para a coleta universo (coleta de informações geográficas de todo o território realizadas em gabinete). Além disso, foi realizado um seminário com a participação de professores das principais universidades do Rio de Janeiro para perceber a opinião crítica da academia; e uma visita técnica ao Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) do México para intercâmbio de conhecimento e experiência do órgão.

Organização do território

Quanto às informações geocientíficas produzidas pelo IBGE, os resultados do exercício 2019 dividem-se entre os temas: Organização do território; Posicionamento Geodésico; Atlas; Cartas e Mapas; Informações ambientais; e Métodos e documentos de referência.

Estrutura territorial

As informações sobre a estrutura territorial brasileira foram atualizadas com novas versões da **Divisão Territorial Brasileira**, das **Alterações Toponímicas**, dos **Mapas Municipais para Estimativas Populacionais**, da Área Territorial Brasileira, da **Malha Municipal**, dos **Municípios que tocam a Linha de Fronteira e Defrontantes**

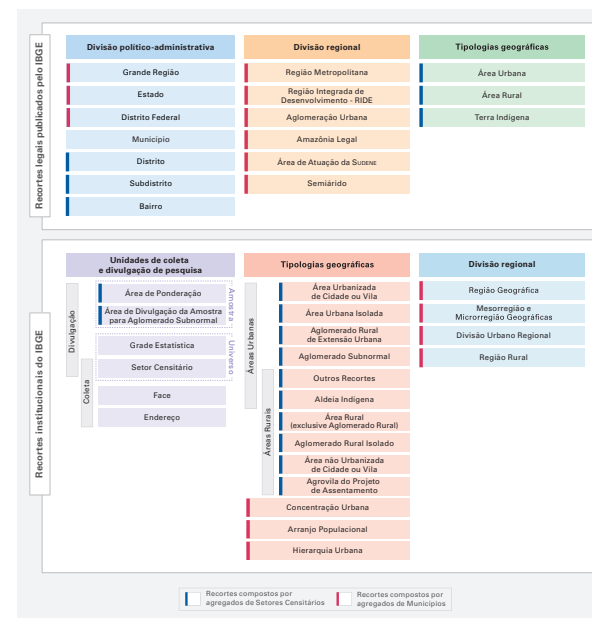
com o Mar. O referido conjunto de informações tem 2018 como ano de referência e mantém o compromisso do IBGE com a atualização, ao longo do tempo, da estrutura territorial e da divisão político administrativa do Brasil.

Ainda nesse tema, foram realizadas as divulgações da **Pesquisa de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas** referentes ao segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019. Essa pesquisa tem sido realizada semestralmente desde 2013, identificando a mudança na composição dos recortes legais acima descritos. O levantamento detectou que existem atualmente no país 74 Regiões Metropolitanas, sendo que o estado com maior número é a Paraíba (12), seguido por Santa Catarina (11), Alagoas (9) e Paraná (8). Já as Aglomerações Urbanas são cinco, sendo três no estado de São Paulo e duas no Rio Grande do Sul.

O IBGE lançou o **Quadro Geográfico de Referência para Produção, Análise e Disseminação de Estatísticas**, que reúne fichas técnicas e mapas temáticos de **39 recortes territoriais legais e institucionais**. Ele é a referência nacional para relacionar as informações estatísticas das pesquisas com os correspondentes recortes territoriais e fornece um referencial para acesso e compreensão dos dados oficiais, de forma comparável e espacialmente integrada.

O Quadro Geográfico é composto por dois grandes grupos: recortes territoriais legais publicados pelo IBGE e recortes territoriais institucionais do IBGE. Separar os recortes legais dos recortes ins-

tituicionais garante que o instituto possa fornecer informações tanto em áreas estatísticas específicas quanto em áreas administrativas importantes, garantindo a confidencialidade, a precisão e a relevância dos dados produzidos.

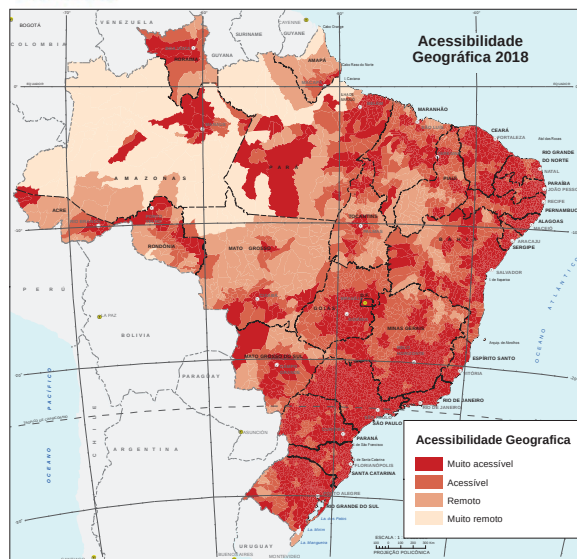


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipologias do território

As tipologias do território podem ser definidas como as análises geográficas que classificam recortes territoriais segundo critérios sociais, econômicos e ambientais, agregando áreas com características semelhantes. No tocante ao tema, o IBGE disponibilizou o Índice de Acessibilidade Geográfica, com o objetivo de classificar o território nacional em áreas acessíveis, muito acessí-

veis, remotas e muito remotas, contribuindo para o melhor entendimento da acessibilidade das sedes municipais brasileiras em relação aos municípios mais importantes em suas regiões.



Fonte: IBGE

Posicionamento geodésico

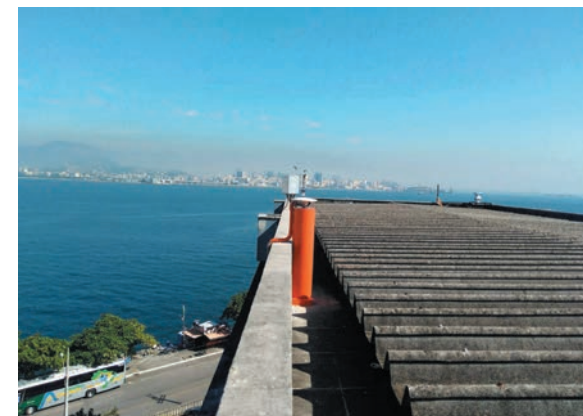
Redes geodésicas

Atualmente, na área de Geodésia, em nível global, a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), de 26 de fevereiro de 2015 (A/RES/69/266), recomenda as nações sobre a importância de manutenção de uma “Infraestrutura Geodésica Global de Referência para o Desenvolvimento Sustentável”, apontando a Geodésia como a ciência capaz de quantificar as variações espaciais que ocorrem no meio ambiente de maneira precisa.

No Brasil, o IBGE, enquanto gestor do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), tem como responsabilidade o estabelecimento, manutenção e acesso às infraestruturas de referência posicional no País. Em decorrência da evolução tecnológica, principalmente com o advento dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite (*Global Navigation Satellite System*, GNSS), dentre os quais destaca-se o GPS, e a melhoria das tecnologias de comunicação, é possível realizar o monitoramento posicional de fenômenos que ocorrem no meio ambiente, tarefa fundamental para a prevenção de desastres e mitigação dos impactos de danos ambientais, que recebe a importante contribuição das redes geodésicas de operação contínua, a **Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC)** e a **Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG)**.

No contexto do planejamento de 2019, para garantir a continuidade e disponibilidade de informações geocientíficas nacionais, a **RBMC** manteve o quantitativo de estações de 2018 (152 estações), tendo sido lançadas oito novas estações e descontinuadas outras oito estações. Além das cinco estações existentes na rede do *International GNSS Service* (IGS), foram incluídas, em 2019, mais quatro estações da RBMC com receptores de multi-constelação, totalizando, assim, nove estações da RBMC que passam a contribuir no cálculo dos produtos IGS, como, por exemplo, nas órbitas precisas. As oito novas estações também foram incluídas na Rede GNSS de Operação Contínua do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS-CON), contribuindo com a infraestrutura geodésica do continente americano. Houve um **aumento de 7%** em comparação

com o ano anterior na disponibilização de dados, com o total de **51.783 arquivos disponibilizados** no portal do IBGE até 27/12/2019 e **mais de 5 milhões de arquivos baixados pelos usuários nesse portal**. A obtenção dessas marcas positivas, só foi possível devido à minimização da taxa de perda de dados das estações e do esforço em parceria com mais de 70 instituições das esferas federal e estadual, em destaque o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e diversas instituições de ensino. No âmbito da atualização tecnológica, ocorreram a aquisição e instalação de 15 novos conjuntos de receptores e antenas GNSS, totalizando 46 estações cujos dados incluem informações das constelações de satélites: GPS, Glonass, Galileo e Beidou.



Nova estação RBMC em Niterói, RJ (RJN1).

No tocante à **RMPG**, foram adquiridas três novas plataformas de coleta de dados (PCD) para potencialização das estações de Imbituba, Belém e Salvador.

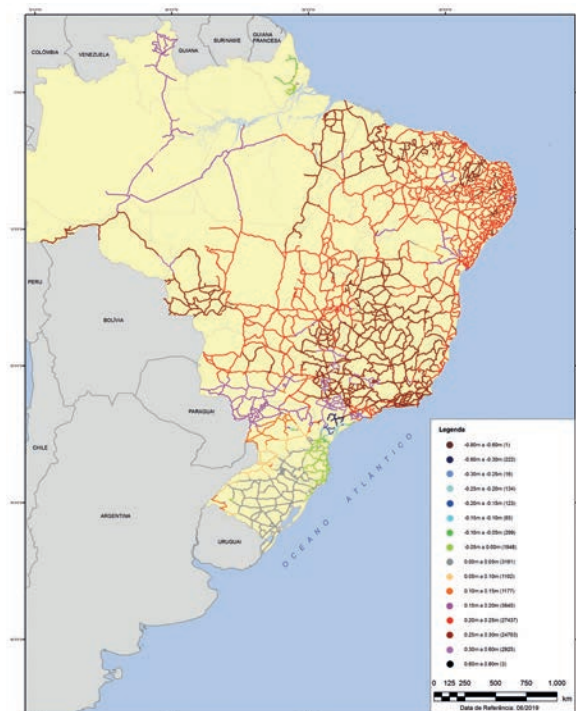


Atividades de repotencialização de sensores na estação meteoromaregráfica de Belém, PA.

Atualmente, a RMPG contribui para o painel global de monitoramento do nível do mar em tempo quase real (envio de dados a cada 5 minutos, via satélite e 3G) da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco (IOC). Trata-se de mais uma contribuição do IBGE para o Programa Global de Observação do Nível do Mar (GLOSS, www.gloss-sealevel.org) e para o Programa de Alerta de Tsunami do Caribe, que possuía uma significativa carência de informações no Atlântico Sul. Um conjunto de **1.569 arquivos** das estações RMPG foi publicado no portal do IBGE até 27/12/2019, tendo sido contabilizados mais de **155.000 arquivos baixados** pelos usuários neste portal.

No tocante às infraestruturas passivas do SGB, ao longo de 2019, foram **inseridas mais 1.876 Referências de Nível (RRNN) finalizando o cálculo de ajustamento da Rede Altimétrica de Alta Precisão (RAAP)**. O relatório técnico e metodológico (REALT-2018, 2a edição) desta atividade foi atualizado em relação à versão disponibilizada em 2018, incluindo-se, nesta nova edição, a comparação das novas altitudes em relação às informações maregráficas históricas no litoral brasileiro, além do detalhamento das linhas ajustadas indi-

vidualmente (<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101666.pdf>).



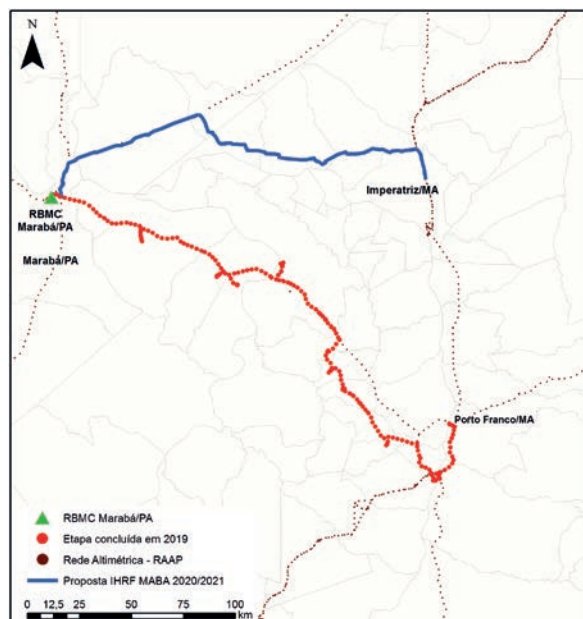
Fonte: IBGE

Comparação entre os resultados das altitudes provenientes dos ajustamentos de 2011 e 2018.

No âmbito do Projeto **Rede Geodésica de Referência Costeira (RGRC)**, que se insere no contexto da agenda internacional de difusão de conhecimentos geocientíficos e ambientais, foram ajustadas e disponibilizadas no Banco de Dados Geodésicos (BDG) um total de **501 novas RRNN implantadas** ao longo da região costeira do Rio de Janeiro, entre os municípios de Macaé e Ni-

terói. A previsão para 2020 é de que sejam instalados cinco conjuntos de três marcos fiduciais a cada 40 km, com um padrão construtivo inovador. Espera-se que estes sejam os pontos prioritários para manutenção e acompanhamento temporal da rede em futuras densificações.

Visando a definição e realização do Sistema Internacional de Referência para Altitudes (IHRs/IHRF), vale destacar, conforme as recomendações científicas da Associação Internacional de Geodésia (IAG), a contribuição do IBGE com seis estações pertencentes à RBMC: Imbituba (Santa Catarina), Presidente Prudente (São Paulo), Cuiabá (Mato Grosso), Fortaleza (Ceará), Brasília (Distrito Federal) e Marabá (Pará). Assim, vislumbra-se que a próxima realização da componente vertical do Sistema Geodésico Brasileiro, em alguns anos, já seja referida ao IHRs/IHRF. Em 2019, assim como em 2018, os esforços se concentraram na região de Marabá, face à carência do SGB nesta região. Deste modo, o IBGE já implementou na área, desde 2018, 378 estações, sendo 219 em 2019, totalizando aproximadamente 380 km de nivelamento geométrico para a conexão da estação RBMC de Marabá à RAAP. Visando atender as especificações de nivelamento geométrico de alta precisão, estão previstos mais 240 km de nivelamento geométrico de precisão durante os próximos 2 anos.



Fonte: IBGE

Situação da conexão da estação IHRF Marabá à RAAP.

Outras ações ligadas à melhoria das infraestruturas de referência posicional no Brasil foram:

- inclusão de 182 novas estações geodésicas de referência de nível sobre o território brasileiro;
- atualização de informações referentes a 3.113 estações geodésicas no BDG;
- inclusão de 70 novas estações GPS de alta precisão sobre o território brasileiro;
- homologação de 25 novas estações GPS oriundas de contribuições de entidades externas;

- medição e carga no BDG de 3.191 novas estações gravimétricas decorrente da implantação de novas metodologias de aquisição de dados.

Atlas

Em relação ao tema Atlas, o principal produto elaborado em 2019 foi a atualização da versão digital do **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. A edição de 2019 trouxe novas versões de **19 pranchas** das seções “Sociedade e economia” e “Redes Geográficas” como os mapas sobre o Ensino Superior do Brasil, com informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Censo da Educação Superior 2017. Foram atualizados, também, mapas sobre o espaço geoeconômico e o espaço rural brasileiro, com dados das pesquisas agropecuárias do IBGE de 2017, do Produto Interno Bruto dos Municípios de 2016, do Cadastro Geral de Empresas de 2016 e da Pesquisa de Estoques do segundo semestre de 2017.

Cartas e mapas

Bases cartográficas contínuas

No tocante às Bases cartográficas contínuas, foram publicadas a versão 2019 da **Base Cartográfica Contínua do Estado de Sergipe, escala 1:100.000 (SE100)** e da **Base Cartográfica Contínua do Brasil, escala 1:250.000 (BC250)**. Esses produtos, também chamados “Conjunto de dados geoespaciais de referência”, são estruturados em bases de dados digitais e permitem uma visão integrada do território nacional para múltiplos usos públicos ou privados.



Fonte: IBGE

Sergipe – SE100, versão 2019



Fonte: IBGE

Brasil – BC250, versão 2019

Sociedade e economia

Os produtos que retratam a sociedade e a economia envolvem mapas oriundos das análises geográficas dos resultados dos Censos Demográfico e Agropecuário, além de outras informações de natureza demográfica, econômica, social

entre outros temas. Em 2019, foi publicado, em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o **Mapa das Indicações Geográficas, escala 1:5.000.000**, versão 2019, reunindo 62 Indicações Geográficas certificadas pelo INPI até maio de 2019.

Informações ambientais

Estudos ambientais

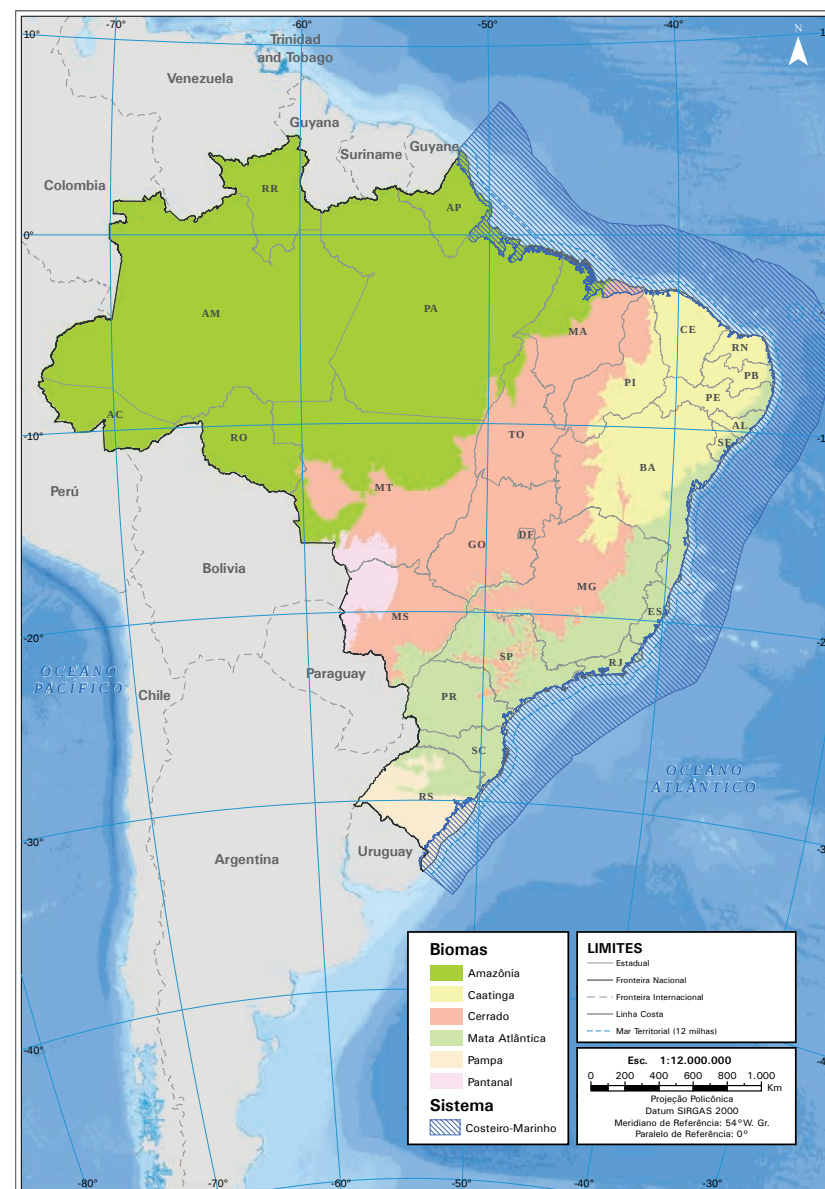
O IBGE lançou o **Mapa de Biomas e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil, escala 1:250.000**, atualizando o conhecimento de Biomas do Brasil que constava no mapa de 2004 em escala 1:5.000.000. Além do relatório técnico que explica a escolha dos limites entre os Biomas, também foram disponibilizadas as bases em arquivo vetorial e em PDF que podem ser acessados a partir da Plataforma Geográfica Interativa (PGI) - <https://www.ibge.gov.br/apps/biomas/>.

O Mapa apresenta os Biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pampa, Pantanal e Mata Atlântica com limites atualizados, condizentes com as informações mais atualizadas dos mapeamentos contidos no Banco de Informações Ambientais (BDiA), com destaque para as Regiões Fitoecológicas presentes no mapeamento de Vegetação.

Já o **Sistema Costeiro-Marinho**, oferece um recorte terrestre das vegetações que possuem influência Marinha tais como os mangues e as restingas, que se sobrepõe aos Biomas localizados nas áreas costeiras, agregado a um limite marinho que corresponde ao *Large Marine Ecosystem* (LMC).

A **Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil** é uma coleção que tem o objetivo de oferecer à sociedade um retrato do ambiente natural brasileiro, possibilitando uma visão ampla e integrada do meio natural do País, que teve publicados, em 2019, dois volumes. O primeiro volume, intitulado **Províncias Estruturais, Compartimentos de Relevo, Tipos de Solos e Regiões Fitoecológicas**, apresenta mapeamentos homônimos ao título que representam os recortes mais simples de cada um dos temas presentes no BDiA. Em cada capítulo, a publicação traz um dos mapeamentos contendo a distribuição geográfica dos elementos naturais, as descrições destes elementos e as estatísticas de extensão de cada um deles.

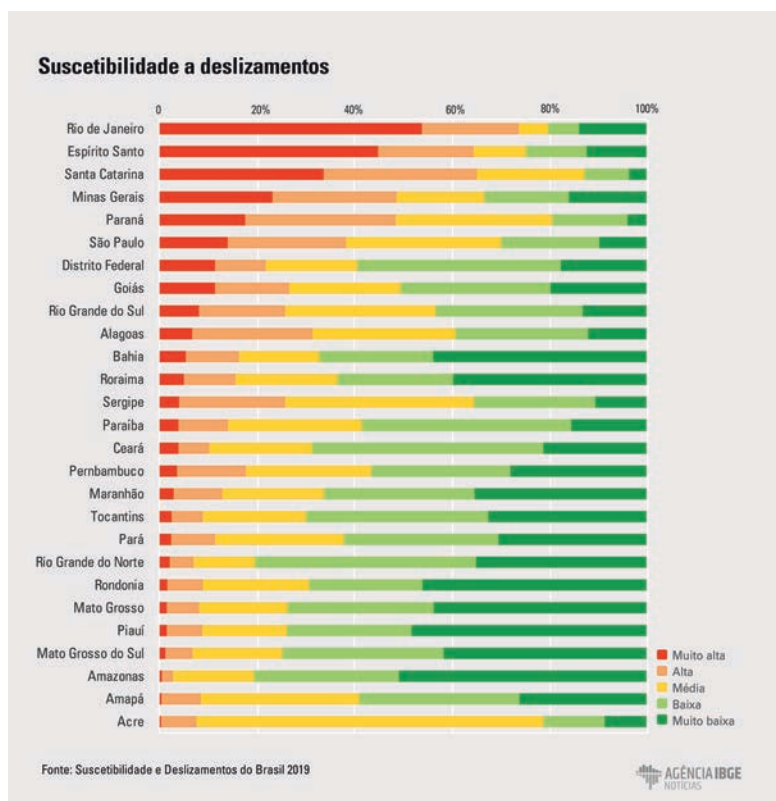
O segundo volume, **Suscetibilidade a Deslizamentos no Brasil**, divide o Território Nacional em classes de probabilidade de ocorrência de deslizamentos, que vão de



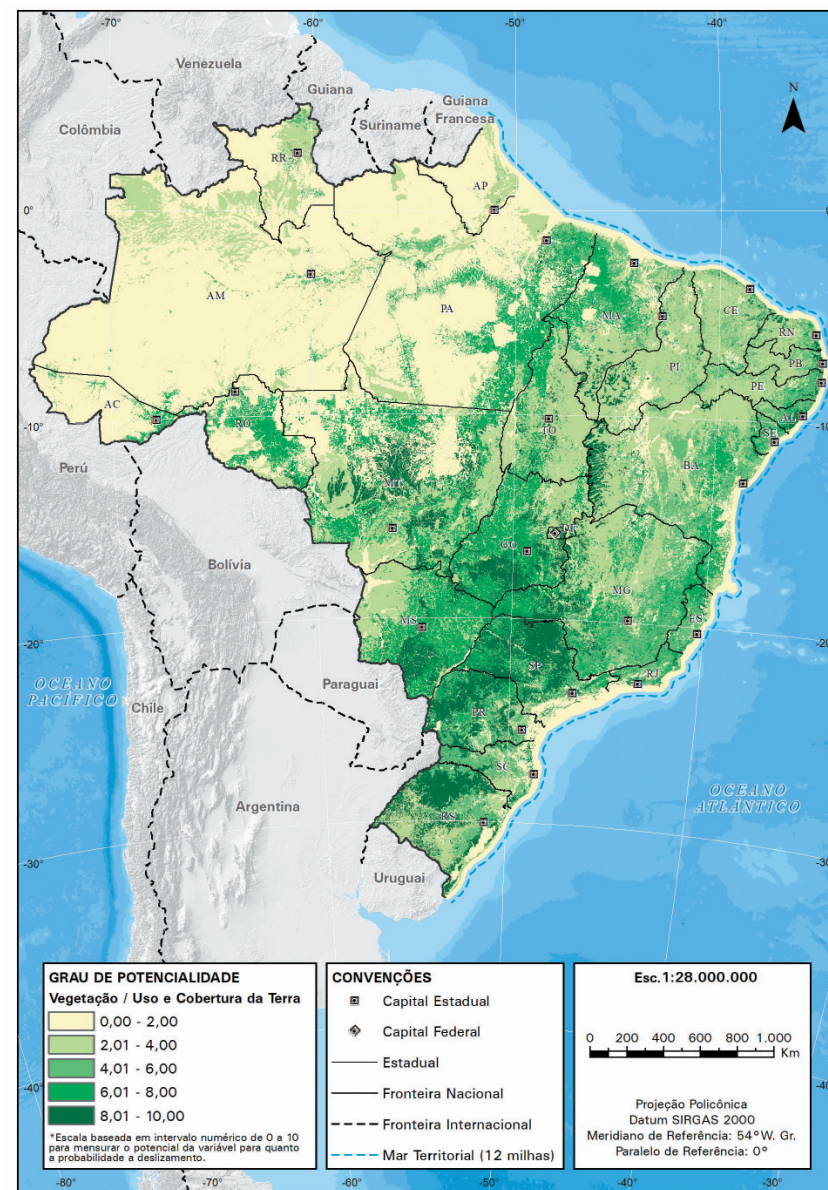
Fonte: IBGE

muito baixa até muito alta, sendo resultado do cruzamento dos temas presentes no BDia com informações de outras instituições como o Atlas Pluviométrico do Brasil, produzido pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Cada um destes temas recebeu um peso relacionado a possibilidade de ocorrência de Movimentos de Massa e o resultado do mapa foi feito através da correlação de cada um destes pesos.

Ambos os volumes tiveram publicação em livros, mas também podem ser encontradas em Formato Portátil de Documento (PDF) com os mapas em formato vetorial na Plataforma Geográfica Interativa no endereço <https://www.ibge.gov.br/apps/macrocaracterizacao/>.



Fonte: Agência IBGE Notícias



O **Banco de Informações Ambientais (BDIA)** (<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>) se consolidou como principal plataforma de divulgação das informações ambientais do IBGE. Para isso, o Instituto investiu, em 2019, na atualização das informações sobre os temas Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Vegetação, em escala 1:250.000; na incorporação de um novo recorte de pesquisa por **Biomias; na responsividade da plataforma, que passou a ter sua disposição e seu conteúdo adaptado para smartphones e tablets**; no desenvolvimento de uma nova funcionalidade experimental de consulta em grade utilizando a Grade Estatística do IBGE, onde é possível realizar pesquisas com o cruzamento dos diferentes temas disponíveis incluindo as informações de Cobertura e Uso da Terra; e ainda foi disponibilizada a opção de exportação das informações do banco, em formato vetorial e seus dados tabulares.



Métodos e documentos de referência

Revistas e manuais técnicos

São publicações voltadas para a sociedade com o objetivo de apresentar conceitos e metodologias das atividades de geociências. Em 2019, foram disponibilizados dois volumes da **Revista Brasileira de Geografia (RBG)** que, completou 80 anos de existência. Trata-se de uma publicação científica digital, que busca intensificar o intercâmbio do IBGE com instituições de ensino, pesquisa e demais instituições que produzem reflexões sobre diferentes dimensões da sociedade brasileira, porque acredita que a produção de informações não pode prescindir desse contato, sob pena de tornar-se descolada da realidade que pretende retratar.



Os 80 anos do lançamento da primeira edição da RBG, em 1939, que marcou o estabelecimento das bases estatísticas e geográficas para a realização do primeiro Censo Demográfico brasileiro, em 1940.

Dois Manuais Técnicos foram disponibilizados: **Acesso e uso de dados geoespaciais** e **Avaliação**

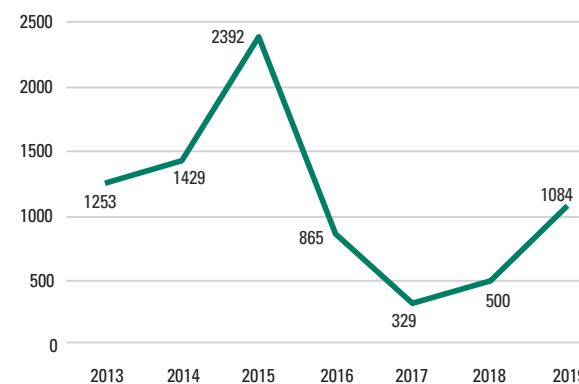
da qualidade de dados geoespaciais – 2ª edição – versão 2019. O objetivo desses produtos é ampliar a utilização e a produção de conhecimento geoespacial para usuários de diferentes perfis e orientar a inspeção de qualidade ao longo de todo o processo de produção de dados geoespaciais.

Outros documentos técnicos

No âmbito do projeto Bases Cartográficas para o **Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais**, os resultados obtidos no exercício 2019 compreenderam um total de **1.084 pontos de controle medidos em campo (in loco)**, através de sistema de posicionamento por rastreamento de satélite, assim como a elaboração de relatórios técnicos correspondentes às **análises para 32 municípios**.

Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

Pontos de controle medidos em campo / Ano no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e respostas a Desastres Naturais





ESTAÇÃO 0016_F2



ESTAÇÃO 0010_F2



PONTO 0008_F4

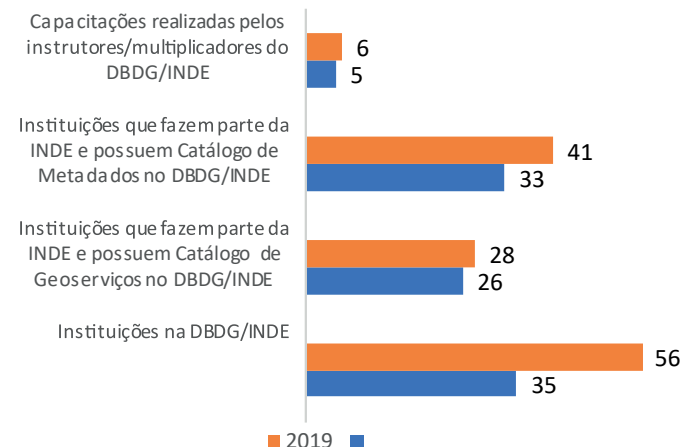


Outro tema que merece destaque é a atuação do IBGE na **Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)**. A INDE, entre outros objetivos, visa o compartilhamento de dados e informações geoespaciais que se encontram dispersos nas várias instituições do setor público. Até pouco tempo, essas informações mantinham-se isoladas, servindo apenas a fins setoriais e departamentais específicos e, até mesmo, sua existência e localização eram, muitas vezes, desconhecidas. Isso obrigava o usuário, não raramente, a acessar várias fontes em busca dos dados e informações e a submetê-los a complexos e demorados processos de integração. A INDE vem modificando esse quadro gradualmente, ao propiciar os mecanismos institucionais, normativos e tecnológicos que permitem aos usuários localizar, explorar e acessar os dados e informações geoespaciais de que necessitam. O IBGE desempenha vários papéis relevantes na implantação da INDE: é um dos principais produtores de dados geoespaciais de referência e temáticos do País e, também, de produtos de geoinformação de alto valor agregado; é o Gestor do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), como é chamada a rede de servidores que reúne produtores de dados geoespaciais e usuários, por meio da Internet; é o criador e mantenedor do geoportal oficial da INDE, além de apoiar tecnicamente as instituições que fazem dela, por meio de uma infraestrutura tecnológica para aqueles que aderiram na modalidade nó central, e capacitações, normas e padrões.

O Portal da INDE, que dá acesso aos recursos distribuídos do DBDG, foi inaugurado em 10 de abril de 2010 e, desde então, vem evoluindo gradualmente.

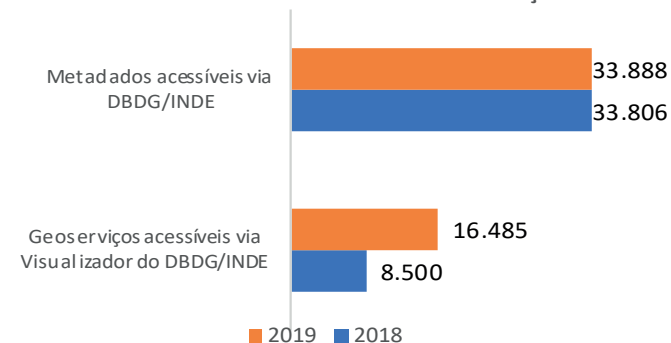
Muito já foi conquistado e muito mais ainda há por fazer. A expansão e evolução passam necessariamente pelo fortalecimento institucional da INDE e do IBGE, em seu papel de Gestor do DBDG e captador dos recursos necessários para assegurar o crescimento e o sucesso dessa importante iniciativa do Estado brasileiro.

Indicadores da INDE: Instituições



Fonte: IBGE

Indicadores da INDE - Metadados e Geoserviços



Fonte: IBGE

Ensino superior, pesquisa e extensão

Valor: Gerar e difundir conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências

3

**Fortalecer a
difusão de conhecimento**

Ensino superior, pesquisa e extensão é outra importante linha de negócio de competência do

IBGE, que tem como principal valor entregue para a sociedade a geração e difusão de conhecimentos em: estatísticas sociais, econômicas, demográficas e geociências. Os resultados alcançados por ela, contribuíram com as diretrizes existentes no Programa Temático Educação de Qualidade para Todos, do PPA 2016-2019.

As Geociências englobam um conjunto de disciplinas científicas sobre o estudo da Terra que

contribuem para uma visão integrada do ambiente, uma compreensão da relação do ser humano com a natureza e da apropriação e uso dos recursos naturais. São orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial e da proteção ao meio ambiente. Juntamente com as Geociências, encontra-se a Estatística, ampliando a capacidade de conhecimento da realidade sociodemográfica e econômica do país.

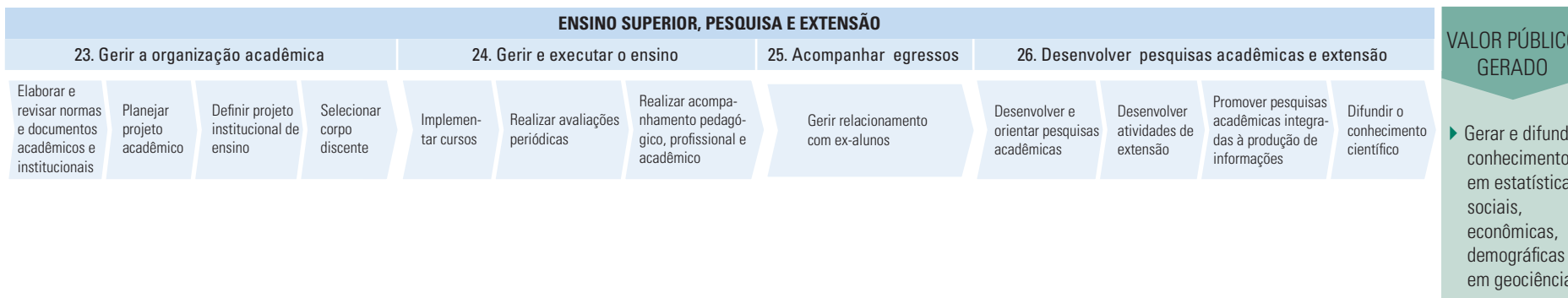
O que se conhece como Ciências Estatísticas ou simplesmente Estatística, é o conjunto de técnicas e métodos de pesquisa e análise de dados que, entre outros tópicos, envolve o planejamento do experimento a ser realizado, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento das técnicas estatísticas de obtenção e análise de informações permitem o controle e o estudo adequado de fenômenos, fatos, eventos e ocorrências em diversas áreas do conhecimento.

A Estatística tem por objetivo fornecer métodos e técnicas para lidarmos racionalmente com situações sujeitas a incertezas.

O crescente uso da Estatística vem ao encontro da necessidade de realizar análises e avaliações objetivas, fundamentadas em conhecimentos científicos. As informações estatísticas são concisas, específicas e eficazes, fornecendo, assim, subsídios imprescindíveis para a tomada racional de decisão. Neste sentido, a Estatística fornece ferramentas importantes para que as empresas e instituições possam definir suas metas, avaliar sua performance, identificar seus pontos fracos e atuar na melhoria contínua de seus processos. Na prática, a Estatística pode ser empregada como ferramenta fundamental em várias outras ciências.

ENSINO SUPERIOR, PESQUISA E EXTENSÃO



É por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Instituição Federal de Ensino Superior, fundada em 06 de março de 1953, que o Instituto promove atividades de pesquisa e atua em três níveis de ensino (Bacharelado, Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu), oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão.

Os processos seletivos para ingresso de alunos de 2019 ofertaram **120 vagas na graduação**, sendo 60 vagas para o turno noturno (1º semestre letivo) e 60 vagas para o turno matutino (2º semestre). Para os programas stricto sensu (Mestrado e Doutorado) e lato sensu (Especialização), respectivamente, são feitos processos seletivos anuais, ofertando até **24 vagas para o mestrado**, até **10 para o doutorado** e até **30 para a especialização**. Para a seleção dos ingressantes em 2020, os processos foram realizados em 2019, quando houve procura de estudantes estrangeiros pelo programa de mestrado e doutorado, com inscrições de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

As informações sobre o número de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente (PSD) 2019 e a relação candidato/vaga são apresentados na tabela a seguir.

Número de candidatos e relação de candidatos por vaga nos PSD 2019

Nível	Graduação (semestre)		Mestrado	Doutorado	Especialização
Período	2019/1	2019/2	2019		
Número de candidatos	974	973	45	22	77
Candidatos por vaga	16,2	16,2	2,8	2,2	3,1

Fonte: ENCE

Em 2019, na **graduação em Estatística** foram registrados **240 alunos matriculados no primeiro semestre** e **279 alunos matriculados no segundo**, em dois turnos, manhã e noite. No programa de **pós-graduação stricto sensu 74 alunos** estiveram regularmente matriculados. Desses, 18 foram alunos ingressantes em 2019, sendo 11 em nível de mestrado e 7 de doutorado. Estiveram ainda com matrículas regulares 32 alunos em nível de mestrado e 24 alunos em nível de doutorado – ingressantes em 2015, 2016, 2017 e 2018, no caso do doutorado, e em 2017 e 2018 no caso do mestrado. No tocante ao **curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território**, em 2019 houve 21 alunos regularmente matriculados que ingressaram em março de 2019 e 11 alunos matriculados da turma de 2018, totalizando **32 matrículas ativas**.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, a ENCE ofertou bolsas de monitoria nos cursos de graduação, mestrado e doutorado.

Na graduação, foram **oferecidas 10 bolsas de monitoria por mês**, ao longo dos semestres letivos (com valor individual de R\$ 600,00), as

quais podem contemplar até 20 discentes, garantindo, assim, a participação deles em atividades de apoio didático e de pesquisa. Com o intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o Programa de Iniciação Científica, contando, em 2019, com **10 bolsas do CNPq por mês** ao longo dos semestres letivos.

O **Projeto Ação Afirmativa - Inclusão Social**, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno com carência financeira e, consequentemente, maior dedicação aos estudos e aumento no rendimento escolar, contou, em 2019, com **11 bolsas-auxílio por mês ao longo do primeiro semestre** (com valor individual de R\$ 400,00).

No programa de pós-graduação stricto sensu foram ofertadas **13 bolsas** com recursos **do programa de Demanda Social oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no mestrado e 6 no doutorado**. Adicionalmente, também foram implementadas **bolsas financiadas pelo IBGE, com 9 bolsistas de doutorado e 2 alunos bolsistas de mestrado**. Os valores das bolsas de mestrado foram de R\$ 1.500,00 mensais e de doutorado de R\$ 2.200 mensais. Ainda em 2019, em parceria com a Diretoria de Pesquisas do IBGE e com o Ministério do Turismo, foi iniciado um projeto de cooperação com oferta de bolsas de estudo para realização de pesquisas na área de turismo e com uso da PNAD Contínua. Foram ofertadas 5 bolsas, sendo 2 de mestrado, no valor de R\$ 2.450,00 mensais, e 3 de doutorado, no valor de R\$ 4.900 mensais. Importante mencionar que também há

entre os discentes do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu servidores do IBGE com afastamento de suas atividades laborais em tempo integral. A dedicação exclusiva dos alunos é fundamental para um Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, para formação mais ampla como pesquisador, realizando atividades de pesquisa e publicação científica, assim como no cumprimento dos prazos de conclusão das dissertações e teses dentro dos parâmetros recomendados pela CAPES.

Ainda em 2019, o **Programa Nacional de Pós-Doutorado da Capes (PNPD)** na ENCE contou com **uma bolsista que iniciou suas atividades** em janeiro daquele ano. As atividades da bolsista estão relacionadas à pesquisa bem como à atuação docente, inclusive na graduação da Escola.

Com relação ao corpo docente, atuaram nos três cursos o quantitativo descrito na tabela a seguir. Cabe destacar que, na Especialização, o quantitativo de colaboradores é superior aos outros dois programas (graduação e pós stricto sensu) dado o caráter temático do curso, que relaciona áreas do saber específicas em geociências e, consequentemente, é concebido com a forte colaboração de profissionais oriundos da Diretoria de Geociências do IBGE.

Número de professores em 2019.

	Docentes	2019/1	2019/2
Graduação em Estatística	Permanentes	26	27
	Colaboradores	4	6
Mestrado/Doutorado	Permanentes	16	16
	Colaboradores	2	2
Especialização	Permanentes	8	8
	Colaboradores	13	13

Fonte: ENCE

Na Graduação em Estatística, foram oferecidas **45 turmas no primeiro semestre** letivo (33 referentes às disciplinas obrigatórias e 12 referentes às disciplinas eletivas) e **42 turmas no segundo semestre** letivo (33 referentes às disciplinas obrigatórias e 9 referentes às disciplinas eletivas). Os cursos de pós-graduação contam com um número inferior de turmas, dado que nos níveis de mestrado e especialização as disciplinas são cursadas durante um ano e, no doutorado, durante 2 anos.

A ENCE acompanha regularmente os estágios realizados pelos alunos. Ao todo, **48 alunos de graduação realizaram estágio supervisionado** durante o ano de 2019. Para os estágios de 20 e 30 horas semanais, a remuneração média foi de, respectivamente, R\$ 1.302,96 e R\$ 1.330,68, além dos benefícios. As atividades de estágio de alunos da ENCE são sempre reguladas por meio de convênios firmados pela ENCE com as empresas contratantes.

Em 2019, **57 alunos concluíram** seus cursos, confirmando os esforços empenhados em promover a geração e difusão de conhecimentos em estatísticas sociais, econômicas, demográficas e em geociências.

Número de alunos com conclusão de nível em 2019.

Graduação	23
Mestrado	15
Doutorado	4
Especialização	15

Também é relevante destacar a **participação de docentes e discentes em eventos científicos nacionais e internacionais** ao longo de 2019, tais como: IV Simpósio Internacional de Estatística com o R¹, VI Encontro Regional de Matemática Aplicada e Computacional, VI Congresso Bayesiano da América Latina, 18ª ESTE Escola de Séries Temporais e Econometria, 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), XIX Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha, *Conference Current Trends in Survey Statistics*, *62nd ISI World Statistics Congress*, XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; *4th Workshop on New Developmentalism – Theory and Policies for Developing Countries*; III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, XI Encontro Nacional sobre Migrações, promovido pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); X Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico – Direito à Cidade e a Política Urbana em Xequê; XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET); *Conference Financialization and Development in the Global South* e *2019 Summer Academy “World Risk and Adaptation Futures”*.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de projetos de pesquisa, vários contemplados em editais por agências de fomento, realizaram orientações de monografias/dissertações/teses, tiveram publicações em pelo menos um periódico classificado pelo Qualis da CAPES (sistema da Capes utilizado para estratificação da qualidade de artigos publicados em periódicos científicos), participaram de

¹Software livre estatístico para análise de dados.

comitês, comissões, comitês editoriais de periódicos científicos, na organização de eventos pertinentes à Estatística, Geociências, Demografia e ao IBGE, além de compor quadros de diretorias de associações científicas, como a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e o *Inter-American Statistical Institute* (IASI).

Adicionalmente, foram realizadas as seguintes atividades que mereceram destaque:

Cursos de Verão		
Curso	Carga horária	Alunos
Ética e valores humanos	5h	21
Inteligência emocional e comunicação não-violenta no trabalho	5h	26
Apresentações eficazes: contando histórias com dados	8h	19
Introdução ao SAS	16h	30
PYTHON	15h	30
Análise Multivariada	45h	11
Políticas Populacionais e Dinâmica Demográfica		14

Fonte: ENCE

Cursos de Extensão		
Curso	Carga horária	Vagas
Desigualdade	15h	22
Introdução ao Stata	6h	22
Utilização dos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 no software R	20h	30

Fonte: ENCE

Eventos



- **3ª Semana de Iniciação Científica**, evento no qual foram realizadas atividades como oficinas, palestras e minicursos.
- **Comemoração do Dia do Estatístico**, quando, por meio de palestras, foi desenvolvido o tema “Data Science: Experiências nos setores público e privado”.
- **1º Workshop ENCE e o mercado do trabalho** trouxeram as experiências do mercado de trabalho para a discussão de assuntos relacionados à Estatística.
- **Tardes Culturais**, 15 atividades que complementaram a formação do aluno pois permitiram o desenvolvimento de valores culturais e artísticos

As perspectivas futuras do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu são de incrementos da sua produção inovadora e do seu impacto social, econômico e científico, alcançando reconhecimento da Capes e obtendo maiores notas de avaliação no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Para isso, as atividades de 2020 incluem avanços na internacionalização do Programa, através de intercâmbio de discentes e docentes, ingresso de estudantes estrangeiros e realização de projetos de pesquisa com instituições estrangeiras; estreitamento das colaborações com demais diretorias do IBGE para realização de pesquisas, em conjunto, na área de estatísticas públicas e contínua disseminação de pesquisas científicas através de periódicos especializados.

Na Especialização Lato Sensu, as perspectivas futuras também incluem o estreitamento das atividades com demais diretorias, principalmente com a Diretoria de Geociências. Para 2020, a principal colaboração consistirá na realização de trabalhos de conclusão de curso em áreas definidas como prioritárias em tal diretoria, com atividades discentes que resultem em avanços na produção da informação geocientífica.

Além disso, em toda a pós-graduação estão em curso iniciativas para o aprimoramento da gestão acadêmica, incluindo o acompanhamento dos egressos, aperfeiçoamento do fluxo discente, cumprimento dos prazos de conclusão de curso com melhoria da conclusão dos trabalhos finais.

A perspectiva futura da graduação é ampliar a atuação nas áreas de ciência de dados, especialmente em projetos relacionados ao Big Data, *machine learning* e pareamento de dados, áreas em que avanços metodológicos terão protagonismo, tanto no IBGE como na área de estatística como um todo.

Também é esperado que, em 2020, a ENCE continue com a parceria de outras diretorias do IBGE, ampliando a participação em projetos relacionados à produção de estatísticas públicas e contando com professores colaboradores que agregam conhecimentos específicos de suas áreas de atuação na formação discente.

Outros resultados da gestão

A seguir, são apresentados os principais resultados e ações realizadas relacionados aos objetivos estratégicos priorizados no período.

Registros administrativos

4 Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registro administrativo

O IBGE realizou o workshop “O Futuro da Estatística: uma discussão sobre o uso de registros administrativos no Brasil”, em parceria com o Banco Mundial, no qual se colocou em pauta as demandas e desafios do uso de registros administrativos para a produção de estatísticas. O evento teve a participação de institutos nacionais de estatísticas de Portugal, Estados Unidos, Austrália e Canadá, que compartilharam experiências sobre a modernização dos sistemas estatísticos de seus países.

Em 2019, vale destacar as parcerias firmadas que levaram à abertura de registros administrativos. A parceria com o **Ministério da Cidadania** objetivava a integração das bases do IBGE com as bases dos programas sociais, o que permitirá ao IBGE melhorar a identificação da pobreza e da desigualdade no Brasil. Já a parceria firmada com o **Ministério da Saúde**, visa a integração com as bases do DATASUS e para investimentos comuns em pesquisas na área da saúde e em equipamentos (Dispositivos Móveis de Coleta) que em 2020 sejam utilizados para a operação censitária e depois sejam retornados ao Ministério para condução de pesquisas próprias, o que contribui para a economicidade das ações entre órgãos públicos.

Além disso, avanços também podem ser registrados junto ao Banco Central e Tesouro Nacional e negociações em andamento indicam que outros devem ser fortalecidos ao longo de 2020, a exemplo do Ministério da Agricultura, Previdência, Receita Federal, Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Tecnologia

5 Implementar novas estratégias de aquisição de dados

Em tecnologia, o IBGE tem trabalhado para caminhar em direção ao *Big Data*, ao uso de novas ferramentas de coleta, como o *Web Scraping*, e rumo à adoção de diferentes formas de processamento e de armazenamento de dados.

Em 2019, investiu-se na modernização das pesquisas e otimização da atividade de campo, buscando agregar os avanços da tecnologia às atividades de coleta e análise dos dados.

Para isso, **projetos de cooperação com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** trouxeram investimentos significativos que possibilitaram identificar métodos mais eficientes de coleta, tecnologias e melhores mecanismos de supervisão e atualização do cadastro de endereços, importante insumo para as pesquisas de campo. A parceria permitiu, ainda, realizar uma missão técnica ao *Statistics Canada*, onde foi possível conhecer de perto projetos e soluções inovadoras nas áreas de coleta pela internet, uso de registros administrativos e

tecnologias de dados (*Data Science*). Neste sentido, estão previstos investimentos em um sólido programa de capacitação no uso de *Data Science*.

A evolução operacional das tecnologias empregadas se deu, também, através da inclusão de **imagens orbitais de alta resolução por meio geoserviços**. Com isso, foi possível a visualização de todos os pontos do território nacional com o crescimento em 40% dos setores censitários em relação ao Censo 2010. Também por conta dessas novas imagens, foi possível aumentar o número de povoados mapeados, em 60%, e de lugares em 247%. As novas imagens também possibilitaram chegar ao patamar de 5.721 novos agrupamentos indígenas e 2.678 agrupamentos quilombolas.

Os investimentos realizados no Censo Demográfico permitirão ao IBGE produzir e disponibilizar informações mais precisas, mais frequentes, mais transparentes, informações em nível local, levando a uma transformação gradual na forma como as políticas públicas são formuladas e acompanhadas no país, contribuindo para estreitar o relacionamento entre provedores de políticas locais e o cidadão brasileiro.

Pesquisas amostrais

4 Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registro administrativo

Cabe ressaltar o foco estratégico no aprimoramento e fortalecimento das pesquisas amostrais

5 Implementar novas estratégias de aquisição de dados

existentes. As parcerias firmadas permitirão ao IBGE produzir suplementos de pesquisas amostrais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, e disseminar dados em níveis mais desagregados, em estratos geográficos menores, contribuindo para um maior detalhamento para cidadãos e gestores municipais. Em 2019, foi divulgado um retrato inédito do mercado de trabalho do interior do país, por meio da PNAD Contínua. Um levantamento feito a partir dos microdados da pesquisa, do primeiro trimestre de 2019, revelaram que o desemprego no interior é menor que nas regiões metropolitanas em 18 estados, demonstrando o potencial existente em pesquisas amostrais como a PNAD.

Inserção internacional

11

Aumentar a inserção internacional

A inserção internacional é uma estratégia importante para o IBGE, não apenas para contribuir com os demais países na produção estatística e geocientífica,

mas, também, para interagir com sistemas avançados de produção de informações.

Em 2019, além de ter sido escolhido para representar o Brasil na **Comissão de Estatística das Nações Unidas (ONU)** e de assumir a **presidência do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS)**, como detalhado na seção “Cenário nacional e internacional de 2019” do capítulo 1, o IBGE promoveu outras iniciativas importantes no âmbito desta estratégia.

Organização de três das dez **reuniões técnicas dos Institutos de Estatísticas dos Brics (Brasil,**

Rússia, Índia, China e África do Sul), tendo por objetivo preparar uma publicação anual conjunta com estatísticas comparadas dos países-membros. A cooperação ofereceu a oportunidade de ampliar a troca de experiências e enriquecer a gama de informações disponíveis aos respectivos governos e sociedades, e o IBGE será o responsável pela consolidação dos dados, tabelas e imagens fornecidas pelas instituições parceiras.

Organização da **XVII Reunião Especializada de Estatísticas do Mercosul (Rees)**, reunião entre os institutos de estatísticas dos países-membros do Mercosul, promovendo a discussão de um importante tema no círculo estatístico da América Latina: o aproveitamento dos registros administrativos e a formulação de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ainda em 2019, foi realizado o encontro dos **Centros de Referências em Coleta Eletrônica de Dados na África**, com o objetivo de discutir estratégias de ampliação desses centros de referência em coleta eletrônica de dados para o continente Africano, repassando conhecimento para um país de língua inglesa ou árabe.

Disseminação e comunicação

13

Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade

Tão importante quanto a produção de informações estatísticas e geocientíficas, são as iniciativas que contribuem para ampliar a sua disseminação e o seu

uso. Merecem destaque as seguintes ações, realizadas em 2019:

Reestruturação do Portal IBGE (www.ibge.gov.br) para facilitar acesso aos dados do instituto, permitindo encontrar mais rapidamente os principais indicadores da conjuntura social e econômica do país. Disponibilização de link direto para o hotsite do Censo 2020 (censo2020.ibge.gov.br), onde a sociedade pode saber mais sobre a operação censitária. Reformulação do sistema de busca, passando a entregar resultados mais consistentes, com mais rapidez.

Relançamento do site **Portal Países** (paises.ibge.gov.br), que reúne informações dos 193 Estados reconhecidos pela ONU, apresentando informações básicas como território, moeda e idioma, bem como agregando dados de indicadores sociais, de economia, meio ambiente, população, saúde e comunicação. A nova versão do portal, disponível em português, inglês e espanhol, conta com informações de organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, que permitem a comparabilidade entre os países. Além disso, reúne diversas funcionalidades como: criação de rankings temáticos; comparação dos indicadores de um país com outro; importação automática de dados.

Lançamento do **Painel de Indicadores** (www.ibge.gov.br/indicadores), que passa a disponibilizar séries históricas e diversas informações sobre os dados mais procurados em uma única página.

Novo layout e estrutura da página **Agência IBGE Notícias** (agenciadenoticias.ibge.gov.br), que visando melhorar a experiência dos usuários, integrou a produção multimídia da seção de notícias, da revista Retratos e do Minuto IBGE. O progra-

ma semanal, disponibilizado gratuitamente para emissoras de rádios de todo o País, chegou a 60 edições no ar e completou mais de uma hora de programas, se consolidando como um importante canal de comunicação com a sociedade.

Criação do **curso de microdados para jornalistas**, primeiro curso sobre microdados do IBGE para esse público, possibilitando que o próprio jornalista descubra novas matérias. Os microdados são o nível mais desagregado das pesquisas, o que permite que qualquer pessoa com conhecimento de programação crie seus próprios indicadores.

Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)

13

Amplificar a disseminação e a comunicação com usuários e sociedade

6

Promover a pesquisa acadêmica e a extensão integradas à produção institucional

Lançamento do primeiro curso on-line, com 600 vagas e carga horária de 15 horas, aberto a toda a sociedade, para capacitação no sistema Sidra, a plataforma interativa de visualização de dados das pesquisas produzidas pelo IBGE. O curso foi desenvolvido pela ENCE, em parceria com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE (CDDI), e se apresenta como uma iniciativa que aproxima os cidadãos dos dados produzidos pelo IBGE.

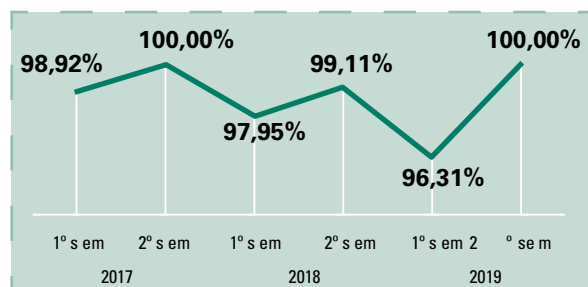
Indicadores

O sucesso sustentado é alcançado quando a organização atrai e retém a confiança dos usuários e de outras partes interessadas e tem, nesta interação, uma oportunidade de criação de valor. Compreender e atender às necessidades (atuais e futuras) dos usuários e empenhar-se em exceder suas expectativas, produzindo e disseminando produtos relevantes que acompanhem as mudanças e as demandas da sociedade, é condição fundamental para o alcance desse sucesso.

Um conjunto de indicadores contribui para que o IBGE monitore e avalie se as informações produzidas e disseminadas por ele, têm se mantido relevantes e capazes de atender às necessidades dos usuários.

Além dos indicadores **Taxa Geral de Satisfação dos Usuários**, que avalia o grau de satisfação, possibilitando conhecer até que ponto suas expectativas são atendidas, e **Tempo Médio de Resposta**, apresentados na seção “Relacionamento com a sociedade” do capítulo 2, merecem destaque os seguintes indicadores:

Taxa de resultados alcançados

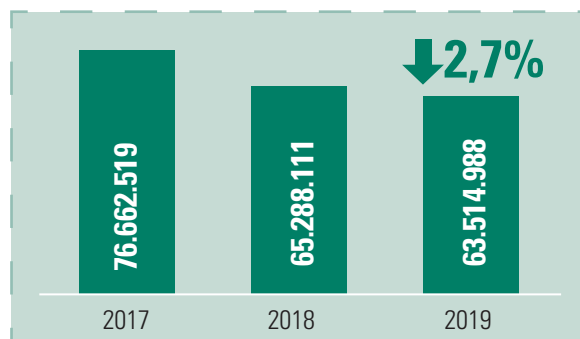


Fonte: IBGE

O objetivo do indicador é mensurar a dimensão eficácia, avaliando o cumprimento das metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional.

Em 2019, a Instituição apresentou uma queda, chegando ao resultado de 96,31% no primeiro semestre, em função de dois resultados que foram divulgados apenas no segundo semestre. No período seguinte, foi apresentada uma recuperação atingindo o patamar de 100%, conseguindo o resultado máximo, no que concerne a eficácia, no alcance das metas institucionais.

Número de usuários atendidos pelo portal do IBGE



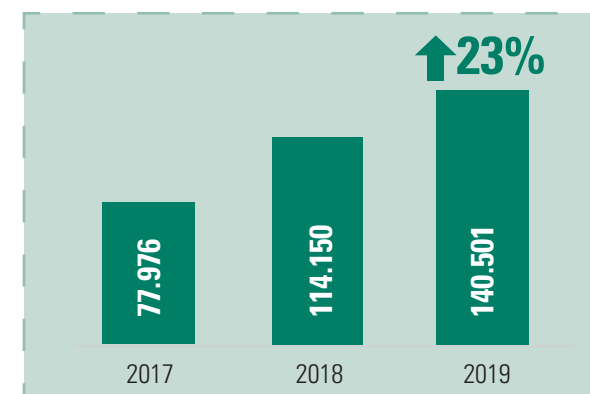
Fonte: IBGE

O indicador representa o número de usuários de informações estatísticas e geocientíficas atendidos, pelo Portal do IBGE, no ano de 2019.

É possível observar a continuidade na redução de usuários atendidos pelo portal em função da tendência de uso, por parte dos usuários, de novas formas de obtenção de informação, tais como:

as redes sociais (facebook, instagram, twitter) e o Aplicativo IBGE para ‘mobile’, onde foram registrados crescimentos expressivos. A queda de 2,7% foi bem menor do que os 17% de 2018, o que pode indicar uma tendência de estabilidade para os próximos anos.

Número de matérias na mídia que citaram o IBGE



Fonte: IBGE

O indicador tem o objetivo de monitorar as menções feitas na mídia sobre o IBGE e as informações disseminadas por ele.

Em 2019, é possível observar um aumento em relação ao ano anterior, representando o quanto a informação disseminada pelo Instituto é relevante e tem valor para a sociedade. Os indicadores que retratam a conjuntura econômica e social do país, os resultados do Censo Agropecuário e a divulgação dos primeiros resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares foram os que contribuíram de maneira mais significativa para o aumento do indicador.

Gestão orçamentária e financeira

Perfil do gasto do IBGE

As Funções de Governo representam o maior nível de agregação das diversas áreas das despesas que competem ao setor público. Elas estão diretamente relacionadas à competência do órgão orçamentário ao qual a ação se vincula. No que diz respeito às Funções de Governo, nos últimos anos, as atividades do IBGE contribuíram para quatro destas quais sejam Administração, Previdência Social, Encargos Especiais e Segurança Pública.

Dentre essas funções, a de maior representatividade no orçamento do IBGE tem sido a de “Administração”, que, representando uma média de 57,2% do orçamento dos últimos anos, agrega tanto Ações finalísticas (voltadas à realização das atividades de pesquisa da organização) quanto Ações de apoio (voltadas à manutenção da infraestrutura da instituição).

Em segundo lugar, fica a Função “Previdência Social” com uma média de 42,8%, seguida da Função “Encargos Especiais” e, por fim, particularmente no exercício de 2017, a Função “Segurança Pública”. A existência dessa última se deu em razão da realização da Ação “Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres”. Essa Ação foi resultado de uma colaboração feita pelo IBGE ao Plano “Gestão de Riscos e Respostas a Desastres”, no sentido de disponibilizar informações cartográficas acerca das áreas que apresentavam risco de desastre natural identificadas pelo Governo.

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função

Empenhado

Funções de Governo	2017	%	2018	%	2019	%
Administração	1.761.330.527,73	60,8%	1.568.488.261,17	56,9%	1.450.052.520,22	53,9%
Previdência Social	1.135.647.502,77	39,2%	1.186.119.965,30	43,1%	1.238.013.335,94	46,1%
Encargos Especiais	19.732,56	0,0%	62.415,98	0,0%	64.681,00	0,0%
Segurança Pública	386.358,31	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Geral	2.897.384.121,37	100,0%	2.754.670.642,45	100,0%	2.688.130.537,16	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

Liquidado

Funções de Governo	2017	%	2018	%	2019	%
Administração	1.598.276.342,32	58,5%	1.522.339.497,19	56,2%	1.219.450.741,76	49,6%
Previdência Social	1.135.647.502,77	41,5%	1.186.015.116,28	43,8%	1.238.013.335,94	50,4%
Encargos Especiais	19.732,56	0,0%	62.415,98	0,0%	64.681,00	0,0%
Segurança Pública	153.319,56	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Geral	2.734.096.897,21	100,0%	2.708.417.029,45	100,0%	2.457.528.758,70	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

Pago

Funções de Governo	2017	%	2018	%	2019	%
Administração	1.595.524.722,58	58,4%	1.435.655.917,55	56,2%	1.134.311.858,73	49,2%
Previdência Social	1.135.647.502,77	41,6%	1.120.845.841,04	43,8%	1.170.011.780,24	50,8%
Encargos Especiais	19.732,56	0,0%	58.599,98	0,0%	60.689,00	0,0%
Segurança Pública	153.319,56	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Geral	2.731.345.277,47	100,0%	2.556.560.358,57	100,0%	2.304.384.327,97	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Grupo de despesa / Elemento de despesa	2017	%	2018	%	2019	%
Pessoal	2.150.004.826,88	74,2%	2.145.698.318,35	77,9%	2.149.046.369,91	79,9%
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	914.832.745,44	42,6%	955.264.270,44	44,5%	992.559.650,14	46,2%
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	738.456.588,53	34,3%	696.384.333,67	32,5%	639.009.848,79	29,7%
03 - Pensões do RPPS e do Militar	212.264.593,94	9,9%	224.289.887,77	10,5%	233.132.186,85	10,8%
Demais despesas de pessoal	284.450.898,97	13,2%	269.759.826,47	12,6%	284.344.684,13	13,2%
Custeio	664.760.593,34	22,9%	580.684.752,28	21,1%	358.289.216,02	13,3%
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	126.345.221,74	19,0%	66.928.835,17	11,5%	78.194.046,73	21,8%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ		0,0%	39.766.008,36	6,8%	64.235.129,39	17,9%
04 - Contratação por tempo determinado	267.066.246,11	40,2%	232.598.704,26	40,1%	50.877.708,49	14,2%
37 - Locação de mão-de-obra	33.787.183,94	5,1%	37.066.381,54	6,4%	37.149.297,30	10,4%
46 – Auxílio alimentação	30.247.408,56	4,6%	28.288.035,81	4,9%	25.725.307,99	7,2%
30 - Material de consumo	24.217.947,18	3,6%	23.597.841,79	4,1%	24.978.943,92	7,0%
Demais despesas de custeio	183.096.585,81	27,5%	152.438.945,35	26,3%	77.128.782,20	21,5%
Investimento	82.618.701,15	2,9%	28.287.571,82	1,0%	180.794.951,23	6,73%
52 - Equipamentos e material permanente	74.348.946,28	90,0%	17.488.141,62	61,8%	156.147.226,52	86,4%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ		0,0%	6.101.334,83	21,6%	19.868.674,15	11,0%
Demais despesas de investimento	8.269.754,87	10,0%	4.698.095,37	16,6%	4.779.050,56	2,6%
Total Geral	2.897.384.121,37	100,0%	2.754.670.642,45	100,0%	2.688.130.537,16	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

A tabela acima traz os valores empenhados nos anos de 2017 a 2019, Grupo de Natureza da Despesa (GND), especificando os principais Elementos de despesa. A título elucidativo, cabe mencionar que o Grupo de Natureza de Despesa (GND) constitui um agregador de elementos de despesa com as mesmas características no que se refere ao objeto do gasto, enquanto o elemento de despesa é um código de dois algarismos que tem por finalidade identificar o objeto do gasto. A partir da análise da tabela, é possível verificar que os gastos do IBGE se concentram, basicamente, nos grupos de despesa: Pessoal, Custeio (Outras Despesas Correntes) e Investimento.

Os gastos de pessoal englobam as despesas com o pagamento de pessoal ativo e aposentadorias, representando a maior parcela dos grupos de despesa com uma participação de, aproximadamente, 80% dos valores empenhados no exercício de 2019.

Em segundo lugar, com, aproximadamente, 13% dos valores empenhados em 2019 ficam as despesas de Custeio que dão conta das atividades finalísticas e da manutenção da infraestrutura da instituição. O principal gasto nesse grupo se deu com elemento de despesa "Outros serviços de terceiros - PJ" voltado, majoritariamente, para o pagamento de despesas com locação de imóveis, processo

seletivo de profissionais temporários encarregados das atividades censitárias, serviços de energia elétrica, condomínios, manutenção e conservação de veículos e serviços de comunicação em geral.

No que se refere ao grupo "Investimentos", que apresentou, aproximadamente, 7% dos empenhos de 2018, a maior parcela do gasto destinou-se à aquisição de material permanente e à contratação de serviços de tecnologia por parte de Pessoa Jurídica.

Execução orçamentária das principais Ações do IBGE

Categorias / Ações	2017	%	2018	%	2019	%
Obrigatória	2.246.463.279,23	77,5%	2.240.934.377,58	81,4%	2.246.039.543,37	83,6%
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1.135.602.526,77	50,6%	1.186.119.965,30	52,9%	1.238.013.335,94	55,1%
Ativos Cíveis da União	868.173.817,29	38,6%	824.523.714,03	36,8%	786.804.309,97	35,0%
Demais ações	242.686.935,17	10,8%	230.290.698,25	10,3%	221.221.897,46	9,8%
Discricionária	650.920.842,14	22,5%	513.736.264,87	18,6%	442.090.993,79	16,4%
Administração da Unidade	160.652.796,30	24,7%	163.958.824,11	31,9%	151.538.785,49	34,3%
Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	430.336.139,73	66,1%	284.283.258,90	55,3%	245.235.153,88	55,5%
Pesquisas e Estudos Estatísticos	38.072.592,64	5,8%	40.906.725,47	8,0%	36.565.299,28	8,3%
Demais ações	21.859.313,47	3,4%	24.587.456,39	4,8%	8.751.755,14	2,0%
Total Geral	2.897.384.121,37	100,0%	2.754.670.642,45	100,0%	2.688.130.537,16	100,0%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

A tabela acima traz a execução (empenhado) das ações do IBGE nos últimos três anos, divididas em duas categorias de despesa, quais sejam Obrigatórias e Discricionárias. A primeira (Obrigatórias) é composta por Ações padrão do Governo sobre as quais o IBGE não tem qualquer poder de decisão em razão de se tratarem de despesas obrigatórias da União. No IBGE, compõem as Ações obrigatórias despesas como: salário dos servidores, aposentadorias, previdência e benefícios.

Já a segunda (Discricionárias) refere-se às Ações sobre as quais o IBGE possui ingerência e, portanto, gestão orçamentária. Compõem esse grupo tanto as Ações voltadas à realização das pesquisas esta-

tísticas e levantamentos geocientíficos, quanto as Ações direcionadas à manutenção da infraestrutura de trabalho e capacitação dos servidores.

As Ações obrigatórias representaram, em 2019, 83,6% do total empenhado, sendo este percentual equivalente a 2,24 bilhões de reais. Ainda, no que tange às despesas obrigatórias, as Ações "Aposentadorias e Pensões Cíveis da União" e "Ativos Cíveis da União" foram as de maior expressividade nesta categoria e representaram, conjuntamente, algo em torno de 72,5% dos valores empenhados nos últimos anos. Particularmente em 2019, a execução dessas duas Ações totalizou, aproximadamente, 2 bilhões de reais como pode ser verificado na tabela.

O percentual restante dos valores empenhados em 2019, aproximadamente 16,4% (442,1 milhões de reais), destinou-se à realização das Ações discricionárias do IBGE. Dentre estas, destacaram-se as Ações "Administração da Unidade", "Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico" e "Pesquisas e Estudos Estatísticos" que somaram cerca de 433 milhões de reais. Essa quantia equivaleu a 16,1% do total empenhado em 2019.

Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

Em R\$ bilhões

Categorias / Grupo de despesa	2017			2018					
	Dotação atualizada	Execução	% Exec.	Dotação atualizada	Execução	% Exec.	Dotação atualizada	Execução	% Exec.
Obrigatória	2,30	2,25	97,7%	2,41	2,24	92,8%	2,38	2,25	94,4%
Pessoal	2,20	2,15	97,9%	2,31	2,15	92,9%	2,28	2,15	94,4%
Custeio	0,10	0,10	92,9%	0,10	0,10	90,8%	0,10	0,10	94,3%
Discrecionária	0,75	0,65	87,3%	0,52	0,51	99,0%	0,55	0,44	80,6%
Custeio	0,66	0,57	86,4%	0,49	0,49	99,4%	0,32	0,26	81,5%
Investimento	0,09	0,08	93,9%	0,03	0,03	92,1%	0,23	0,18	79,3%
Total Geral	3,05	2,90	95,1%	2,93	2,75	93,9%	2,93	2,69	91,8%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

A tabela acima traz as dotações orçamentárias do IBGE entre os exercícios de 2017 a 2019, suas respectivas execuções e percentuais de execução, divididos por Categoria e Grupo de Despesa. A análise dos percentuais de execução considera a divisão por categoria de despesa, dado que uma avaliação correta da performance do IBGE na execução de seus recursos implica, necessariamente, na separação entre os recursos sobre os quais o IBGE possui ingerência (discrecionário) e aquele que o IBGE não possui qualquer tipo de gestão (obrigatório).

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que, no que tange à execução orçamentária dos créditos voltados às atividades discrecionárias, o IBGE tem, historicamente, apresentado elevada aderência entre o planejamento (materializado na figura da dotação atualizada), tendo o exercício de 2018 sido um destaque nesse quesito.

Apesar disso, em 2019, observou-se uma redução dessa métrica, conforme se pode aferir pela última coluna (% Exec.) da tabela acima (80,6%). Tal queda se deu em função de que, no exercício em análise, a instituição sofreu ao longo do período algumas alterações em seu orçamento materializadas na figura de bloqueios de crédito, contenções de limite de empenho, cancelamentos de dotação orçamentária e restrições de despesas continuadas, essas últimas advindas da Portaria 424 de 23/08/2019, que solicitou à gestão percentuais de racionalização de gastos desafiadores.

Como resultado dessas intervenções que sensibilizaram as disponibilidades orçamentária e financeira com as quais a instituição viabilizaria a realização de seu plano operacional original, foi necessária uma revisão da programação de despesas e do cronograma de pagamentos, o que gerou impactos em alguns projetos finalísticos relacionados à disseminação de

informações, geociências e atividades administrativas, além de atrasos na liquidação de compromissos financeiros junto a nossos fornecedores que, em alguns casos, tiveram acréscimo de multas quando da efetiva data de seus respectivos pagamentos.

No que tange especificamente ao Censo 2020, vale ressaltar que, diante de um programa de aquisições de razoável significância e complexidade, principalmente no que tange a elementos de Tecnologia da Informação (TI), solicitamos, junto ao Ministério da Economia, créditos suplementares com o intuito de antecipar algumas das aquisições relativas às operações censitárias inicialmente programadas para 2020. O processo de negociação desses créditos junto à administração central levou algum tempo, tendo sido disponibilizados a essa instituição somente em 17 de dezembro de 2019. Como consequência da chegada tardia desse crédito uma parcela considerável das operações de compra foi inviabilizada, o que colaborou com a redução do percentual geral de execução verificado.

Diante dos argumentos expostos, pode-se constatar que, sob uma ótica orçamentária, o exercício de 2019 foi atípico em relação aos dois anos anteriores da instituição, o que torna inapropriada uma comparação direta de percentuais de execução que desconsidere as variáveis de ordem externa sob as quais a instituição esteve sujeita. Na realidade, se forem considerados todos os percalços de ordem orçamentária citados e com os quais a gestão teve que lidar, esse mesmo percentual se mostra como um indicador positivo em um exercício dotado das particularidades que se apresentaram em 2019.

Vale ressaltar que, no presente exercício, a instituição contou, também, com recursos advindos de convênios firmados com outras instituições governamentais que foram executados da seguinte maneira:

Conveniente / Subelemento de despesa	Empenhado
Fundo Nacional de Saúde	40.876.005,80
Equipamentos de Tic - Computadores	29.999.571,69
Diárias no País	4.742.046,72
Locação de Meios de Transporte	3.335.105,44
Demais despesas	2.799.281,95
Ministério do Turismo	1.584.394,93
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	500.311,74
Diárias no País	389.127,52
Locação de Meios de Transporte	234.411,11
Demais despesas	460.544,56
Ministério dos Direitos Humanos - MDH	1.459.968,99
Serviços de Energia Elétrica	377.880,41
Limpeza e Conservação	210.415,52
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	185.749,66
Demais despesas	685.923,40
Presidência Da Republica	368.581,24
Restituições	73.671,42
Indenizações e Restituições	71.561,17
Limpeza e Conservação	52.603,88
Demais despesas	170.744,77
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	24.417,80
Diárias a Colaboradores Eventuais no País	6.824,60
Passagens para o País	6.086,44
Diárias a Colaboradores Eventuais no Exterior	3.261,65
Demais despesas	8.245,11
Total Geral	44.313.368,76

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

Tendências identificadas

No que diz respeito a possíveis tendências diante do quadro orçamentário apresentado, verifica-se alguns pontos de atenção que cabem ser mencionados.

Em 2019, observou-se uma manutenção das tendências já apontadas no relatório anterior e pelas quais passam a grande maioria das instituições públicas. São elas: redução do gasto com pessoal ativo e o consequente aumento do gasto com aposentadorias e pensões. Apesar disso, uma análise mais apurada acerca da redução do gasto pessoal ativo mostra que, em relação à variação observada entre 2017 e 2018, houve uma diminuição no ritmo de redução dessa despesa, o que denota uma desaceleração no quantitativo de aposentadorias observado em 2018.

Ações	Execução 2017	Execução 2018	Var 17-18	Execução 2019	Var 18-19
Pessoal	2.150.004.826,88	2.145.698.318,35	-0,2%	2.149.046.369,61	0,2%
Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	1.135.602.526,77	1.186.119.965,30	4,4%	1.238.013.335,94	4,4%
Ativos Cíveis da União	868.173.817,29	824.523.714,03	-5,0%	786.804.309,97	-4,6%
Ação Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	146.228.482,82	135.054.639,02	-7,6%	124.228.724,00	-8,0%
Total Pessoal	2.150.004.826,88	2.145.698.318,35	-0,2%	2.149.046.369,91	0,2%

Fonte: Tesouro Gerencial (extração em 14/01/2019)

Gestão de pessoas

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o IBGE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Nesse contexto, o IBGE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do MP, Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), e orienta as Unidades Estaduais quanto aos regulamentos aplicáveis.

Controles e auditorias

As informações registradas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) são submetidas a auditorias internas preventivas, a fim de verificar se as atividades de administração de pessoal encontram-se de acordo com os normativos vigentes.

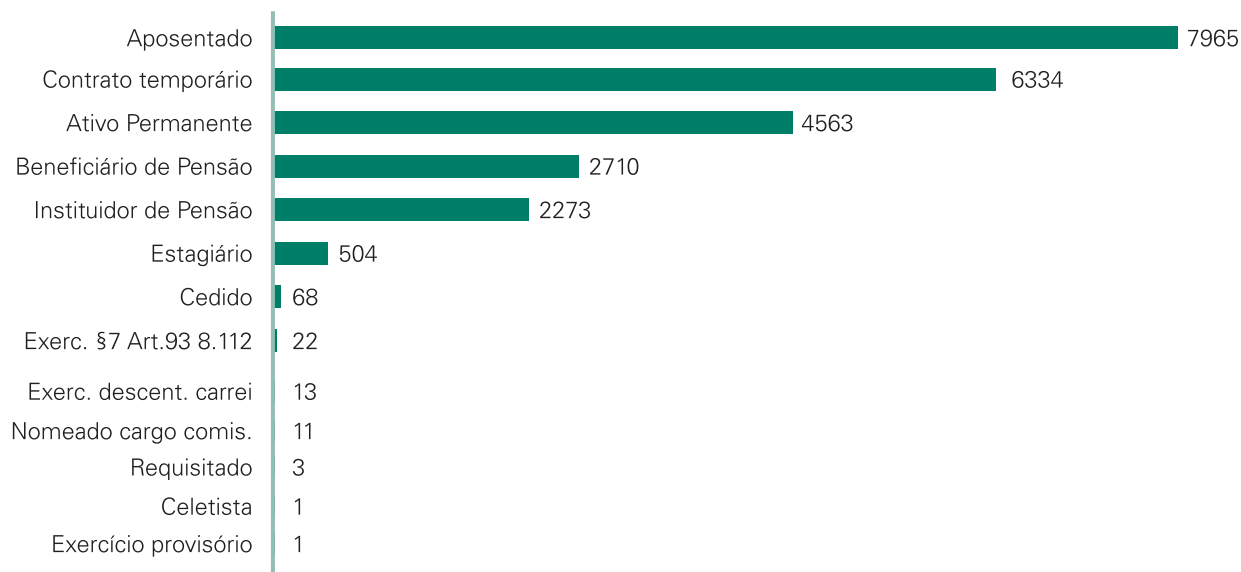
Todos os processos de aposentadoria e pensão, bem como seus cálculos, são verificados por auditoria interna. Além disso, todas as diligências apontadas por órgãos externos de fiscalização, como TCU e CGU, são analisadas para que as correções pertinentes sejam realizadas.

Em atendimento ao Decreto 1867, de 17 de abril de 1996, o registro de assiduidade e pontualidade dos servidores, estagiários e contratados temporários é realizado mediante controle eletrônico de ponto.

No caso de ausências ao trabalho não compensadas até o mês subsequente da ocorrência, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, (há desconto na remuneração dos servidores, de forma proporcional aos minutos não trabalhados. O total de descontos em folha de pagamento referentes a ausências não compensadas, em 2019, foi de R\$ 2.072.083,46.

O IBGE atende às orientações estabelecidas na Portaria Normativa SEGRT/MP nº 1, de 09 de março de 2017, e cobra anualmente que os servidores e pensionistas que recebem o benefício de Auxílio Saúde comprovem o pagamento de plano de saúde/odontológico, condição necessária para fazerem jus ao benefício. Os valores recebidos indevidamente pelos beneficiários são repostos ao erário.

Número de servidores por situação funcional

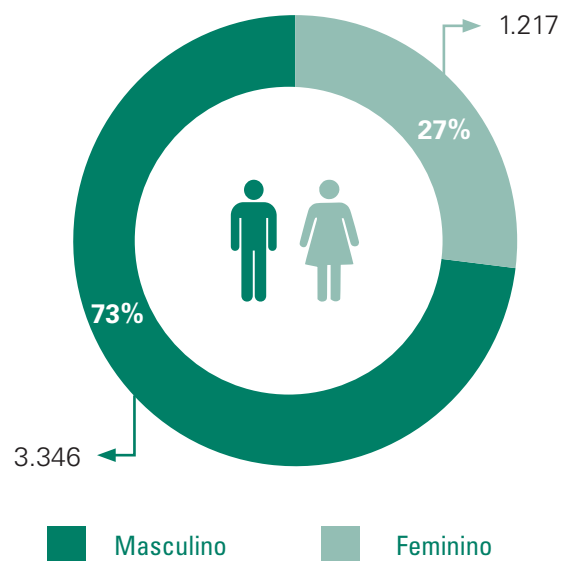


Em 2019, foi realizado um minucioso trabalho para auditar todos os benefícios de auxílio saúde que foram pagos indevidamente ou a maior em anos anteriores (2017 e 2018), o total de descontos de reposição ao erário foi de: R\$ 2.192.321,88.

Avaliação da força de trabalho

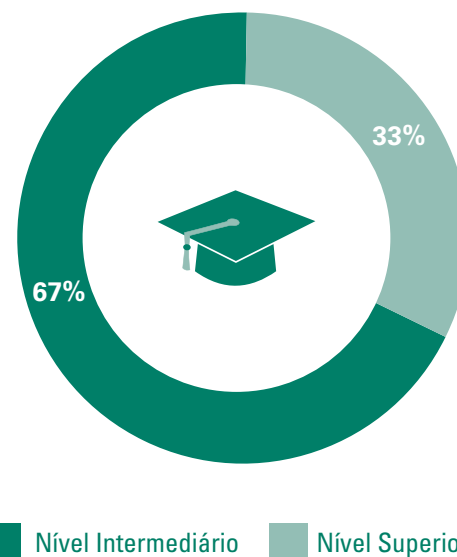
O IBGE conta com cerca de 10.000 trabalhadores em campo, entre servidores efetivos e temporários. Somando aposentados e pensionistas a esse número, são mais de 20.000 pessoas em sua folha de pagamento, o que representa mais de 80% de todo o orçamento do Instituto. Logo, a gestão de pessoas é atividade estratégica e delicada na instituição.

Gênero dos servidores efetivos



Escolaridade dos servidores efetivos

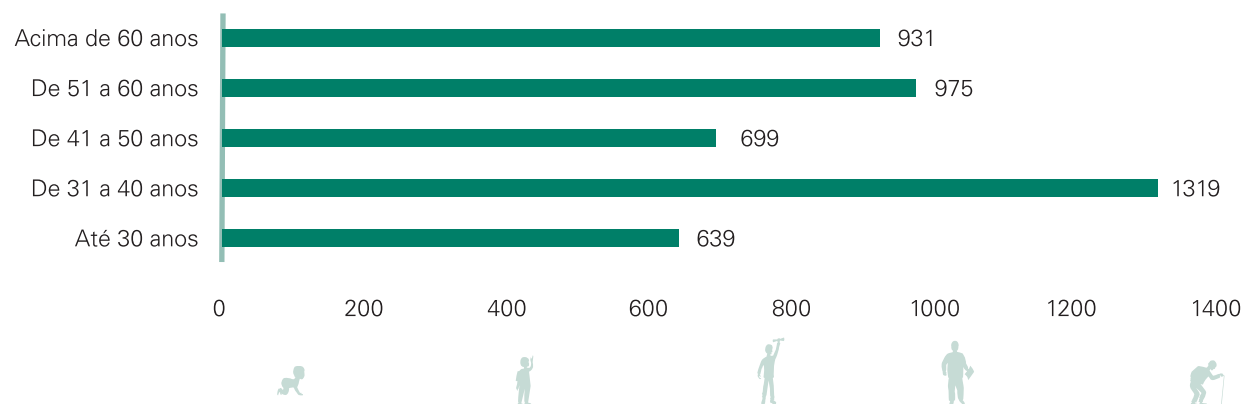
12%
Especialistas



12%
Mestres

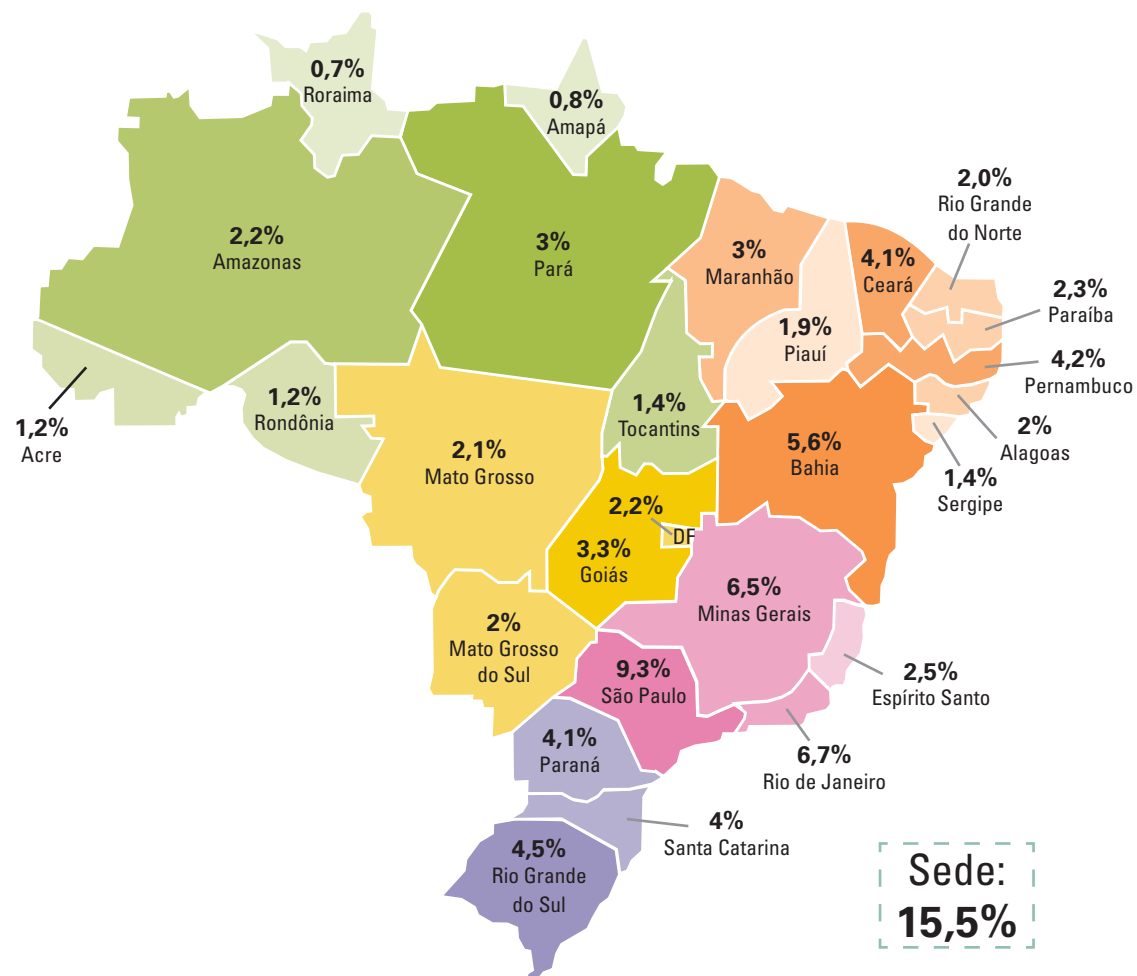
5%
Doutores

Faixa etária dos servidores



Quadro de servidores efetivos e contratados por unidade da federação

UF	Efetivos	Contratados	Total Geral
Sede do IBGE	1379	314	15,5%
Acre	29	98	1,2%
Alagoas	63	157	2,0%
Amazonas	57	178	2,2%
Amapá	28	64	0,8%
Bahia	253	362	5,6%
Ceará	160	291	4,1%
Distrito Federal	103	140	2,2%
Espírito Santo	75	199	2,5%
Goiás	125	239	3,3%
Maranhão	96	236	3,0%
Minas Gerais	315	396	6,5%
Mato Grosso do Sul	69	147	2,0%
Mato Grosso	69	165	2,1%
Pará	132	192	3,0%
Paraíba	82	165	2,3%
Pernambuco	142	318	4,2%
Piauí	66	145	1,9%
Paraná	187	260	4,1%
Rio de Janeiro	211	519	6,7%
Rio Grande do Norte	73	145	2,0%
Rondônia	37	89	1,2%
Roraima	18	58	0,7%
Rio Grande do Sul	186	300	4,5%
Santa Catarina	137	304	4,0%
Sergipe	50	108	1,4%
São Paulo	381	630	9,3%
Tocantins	40	115	1,4%
Total Geral	4563	6334	100%



Dimensionamento da força de trabalho

Em 2018, o IBGE firmou contrato de consultoria especializada com a Elogroup Desenvolvimento e Consultoria LTDA, que possui vasta experiência de trabalho em organizações públicas, para a realização do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho

O Projeto teve por finalidade o mapeamento do quantitativo ideal de servidores do quadro permanente, no âmbito das Diretorias e Coordenações-Gerais que compõem a Administração Central do Instituto (sede).

Realizado pela consultoria, com acompanhamento e supervisão da Coordenação de Recursos Humanos, o projeto foi composto pelas etapas de:

1. Arquitetura dos Processos:

Identificação dos processos de trabalho diretamente relacionados ao escopo da Diretoria/Coordenação-Geral;

2. Levantamento de Dados:

Levantamento de informações sobre o esforço de trabalho empregado nos processos desenvolvidos pela Diretoria/Coordenação-Geral. Majoritariamente realizado por meio de entrevista com os servidores.

3. Análises:

a. Distribuição de esforço de trabalho por produto e por etapa de produção;

b. Matriz de produtos com características comparáveis entre si;

c. Número ideal da força de trabalho, considerando produtos paradigmas em cada matriz.

d. Matriz de produtos com características comparáveis entre si;

e. Número ideal da força de trabalho, considerando produtos paradigmas em cada matriz.

A execução do projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho transcorreu no período de novembro de 2018 a novembro de 2019, gerando a produção de relatórios de Dimensionamento referentes a cinco unidades organizacionais: Diretoria de Pesquisas (DPE), Diretoria de Geociências (DGC), Diretoria de Informática (DI), Centro de Disseminação e Documentação de Informações (CDDI) e Diretoria Executiva (DE).

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Concurso público

Em 2019, por decisão da Presidência, o IBGE não encaminhou pedido de autorização para realização de concurso público ao Ministério da Economia.

Processos seletivos internos

O Processo de Seleção Interna (PSI) para o preenchimento de cargos gerenciais é realizado para escolher os Chefes das Unidades Estaduais do IBGE desde 2003. Este processo abrange o recrutamen-

to e a seleção de servidores para a vaga aberta, utilizando, para isso, as seguintes etapas: (1) Análise de currículo, (2) Prova situacional, (3) Avaliação de Competências e (4) Entrevista Técnica com os Diretores e Coordenadores-Gerais adjuntos. O Processo de Seleção Interna termina com a indicação de uma lista tríplice para os membros do Conselho Diretor que, finalmente, decidem pelo nome do novo ocupante da vaga em aberto.

Em 2019, foram realizados 2 Processos de Seleção Interna para a preenchimento de duas vagas de Chefes de Unidades Estaduais: em Rondônia, no primeiro semestre do ano, e no Rio de Janeiro, no segundo semestre.

Censo Demográfico 2020

Em 2019, o Ministério da Economia autorizou as seguintes contratações temporárias regidas pela Lei nº 8.745/1993:

- Portaria nº 107 - Autorização para realização de processo seletivo simplificado para a contratação, por prazo determinado, de até 209 profissionais, para a execução do Censo Experimental;
- Portaria nº 200 - Autorização para realização de processo seletivo simplificado para a contratação, por prazo determinado, de até 400 Analistas Censitários, para a execução do Censo Demográfico 2020;
- Portaria nº 207 - Autorização para realização de processo seletivo simplificado para a contratação, por prazo determinado, de até 234.416 profissionais, para a execução do Censo Demográfico 2020.

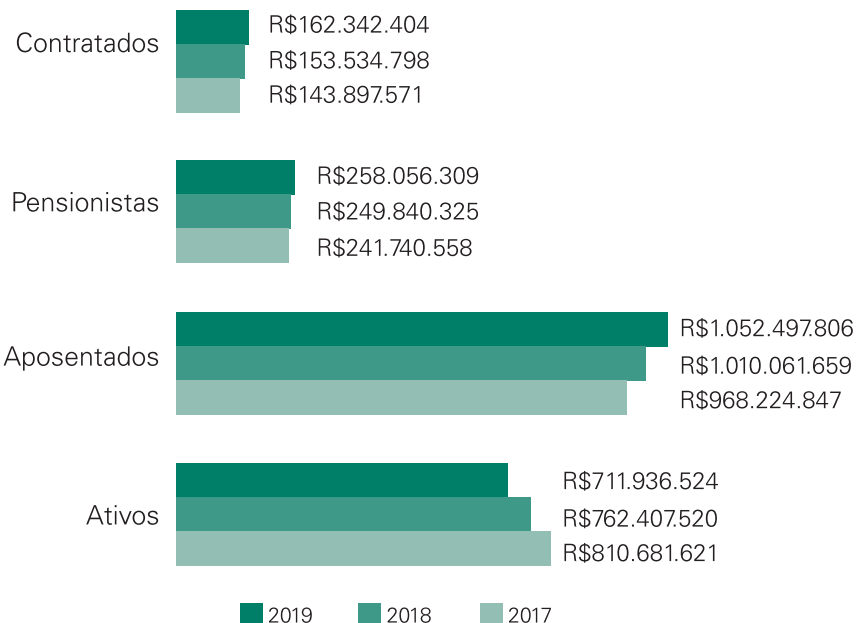
O IBGE está, ainda, preparando dois ofícios para encaminhamento ao Ministério da Economia em 2020, solicitando a contratação de:

- 180 Agentes Censitários de Pesquisa por Telefone e 12 Supervisores Censitários de Pesquisa e Codificação;
- 120 Codificadores.

Demais Pesquisas

O IBGE está preparando ofício para encaminhar ao Ministério da Economia, em 2020, solicitando a contratação de 7.822 Agentes de Pesquisas e Mapeamento, 760 Supervisores de Coleta e Qualidade, 300 Agentes de Pesquisas por Telefone e 25 Supervisores de Pesquisas.

Detalhamento da despesa de pessoal



As alterações nos valores se justificam pelo número de aposentadorias ocorridas nos últimos anos, sem que houvesse reposição equivalente.

Remuneração, avaliação de desempenho e meritocracia

Composição remuneratória aplicada aos servidores do IBGE

O IBGE possui cinco cargos, cuja composição remuneratória é apresentada abaixo:

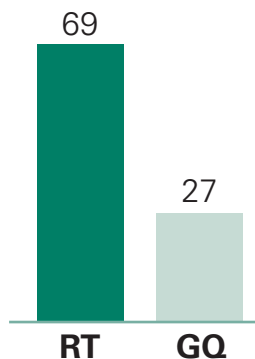
Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Pesquisador	Mestrado	5.440,06	3.159,20	991,81	9.591,07	40h
	Doutorado			2.269,54	10.868,80	

Cargos de Nível Superior						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Analista e Tecnologista	Sem Titulação	4.821,47	2.933,60	-	7.755,07	40h
	Especialização			435,26	8.190,33	
	Mestrado			870,51	8.625,58	
	Doutorado			1.921,27	9.676,34	

Cargos de Nível Intermediário/Médio						
Cargos	Classe A Padrão I	Vencimento Básico	GDIBGE (80 pontos)	Retribuição por Titulação	Remuneração Total	Jornada Semanal
Técnico	Sem GQ	2.455,27	977,60	-	3.432,87	40h
	GQ I			472,30	3.905,17	
	GQ II			897,37	4.330,24	
	GQ III			1.705,00	5.137,87	

Em 2019, tivemos um total de 2.533 progressões funcionais deferidas e 175 progressões funcionais indeferidas, por não atendimento aos requisitos legais previstos.

Em 2019, foram concedidas 69 Retribuições por Titulação para nível superior (RT) e 27 Gratificações por Qualificação para nível médio (GQ).



A busca da recomposição remuneratória, em termos de poder aquisitivo, das as perdas acumuladas desde o último reajuste ocorrido, o qual se deu em 1º de janeiro de 2017, é um desafio para o IBGE, assim como para diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Avaliação de Desempenho Individual

O processo de avaliação de desempenho está configurado na Lei do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE (Lei 11.355/2006) e regulamentado, internamente, pela Resolução do Conselho Diretor nº 14, de 2014.

O desempenho dos servidores é aferido semestralmente, por meio de processo de avaliação que utiliza as metas de desempenho institucional e individual, como referência para pagamento da gratificação de desempenho do Órgão (GDIBGE), bem como para a homologação do estágio probatório.

Avaliação de Desempenho Individual – servidores movimentados

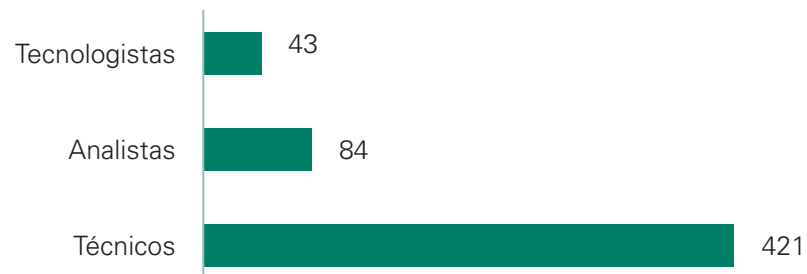
A partir de outubro de 2019, servidores de outros órgãos da Administração Pública ingressaram para o exercício no IBGE, participando do plano de movimentação de pessoal para compor força de trabalho (regulamentado pela Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 193/2018). Da mesma maneira, houve movimentação reversa, de servidores do IBGE para outras entidades.

No final de 2019, a Coordenação de Recursos Humanos iniciou procedimento para gerir o processo de avaliação de desempenho desses servidores movimentados, a fim de garantir a aplicação da ferramenta, conforme as instruções normativas cabíveis, em interface com as áreas de Recursos Humanos dos órgãos envolvidos.

Estágio probatório

Em 2019, concluíram o estágio probatório 548 servidores, adquirindo estabilidade e passando a fazer jus a alguns benefícios que possuem a estabilidade como pré-requisito, dentre eles, Licença para Interesse Particular, Licença Capacitação e Licença para Mestrado e Doutorado:

Número de servidores por cargo que concluíram o estágio probatório em 2019

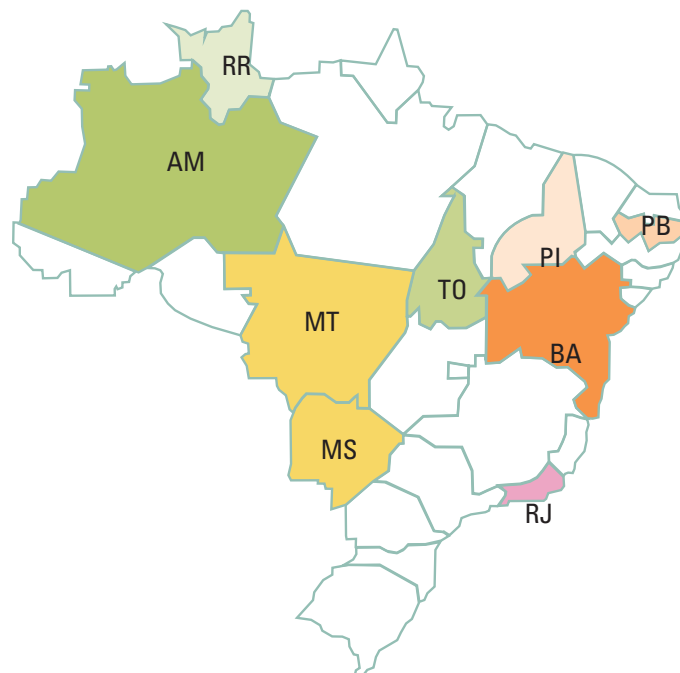


Programa de Acompanhamento das Unidades Estaduais

O IBGE possui Unidades Estaduais distribuídas em cada um dos estados brasileiros. O Programa de Acompanhamento das Unidades estaduais teve início em 2017.

Os principais objetivos do programa são: aprimorar a comunicação entre a Sede e as Unidades Estaduais; compreender as demandas específicas das Unidades relacionadas à gestão de pessoas (como clima organizacional, satisfação dos servidores, gestão de equipes e de conflitos etc.) propondo ações práticas de acordo com cada realidade; e acompanhar a gestão estabelecida pelos líderes, identificando pontos de melhoria que são comunicados à Chefia, em reunião de feedback. Em 2019, foi realizado o acompanhamento nas Unidades Estaduais do Amazonas e na Agência Municipal de Parintins, de Pernambuco e do Tocantins.

UEs envolvidas no Programa de Acompanhamento em 2019



Capacitação

Nos últimos anos, o IBGE, ciente da importância do desenvolvimento constante de seus servidores e de suas lideranças para o alcance dos objetivos e metas institucionais, vem adotando, com o objetivo de fortalecer as competências do quadro de servidores, uma série de ações e programas. Importante destacar o Programa de Desenvolvimento de Lideranças, que tem como objetivo principal desenvolver os aspectos comportamentais de algumas competências dos gestores e potenciais líderes do IBGE.

A execução do Programa está alinhada ao Plano Estratégico do IBGE 2017–2027, que tem como objetivo estratégico nº 14 “Equilibrar a força de trabalho”, o que inclui a “identificação e formação de líderes, sucessores e gestores e a retenção de talentos para alocação em projetos adequados às suas competências”. No ano de 2019, foram realizadas as seguintes edições do programa:

Programa de desenvolvimento de lideranças – Chefes de unidades estaduais

Desenhado pelo IBGE em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e viabilizado por meio de um acordo de cooperação técnica com o Instituto República, o Programa de desenvolvimento de lideranças (PDL) Chefes de UEs foi executado por docentes da FGV em 3 oficinas, totalizando 4 dias de atividades e 32 horas de capacitação. Foram capacitados os 27 chefes de Unidades Estaduais ou substitutos. O valor do investimento realizado pelo Instituto República para a contratação da FGV foi de R\$ 57.600,00 e os gastos do IBGE com diárias e passagens dos participantes foi de R\$ 80.039,65.

Região	Nº de participantes	Quando	Competências
Norte	7	9 a 12/12	Desenvolvimento de Equipes
Nordeste	9		Relacionamento Interpessoal
Centro-Oeste	4		Gestão do Conhecimento
Sul	4		Ética e Orientação à Sociedade
Sudeste	3		
Total	27		

Programa de desenvolvimento de lideranças - Agências

Foram realizadas 4 turmas presenciais, com carga horária de 20 horas cada uma, compostas pelos chefes das agências de 7 estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Na modalidade de ensino à distância, foram formados, aproximadamente, 50 servidores.

Em complementação, ainda em 2019, foi realizada uma ação presencial do PDL na UE/SP, para 115 servidores da UE/SP que atuam em posições de liderança, na qual foram abordados os seguintes temas: assédio moral, assédio sexual, diversidade e conflito de gerações.

UE	Nº participantes	Quando	Competências
MT	15	19 a 21/03	Desenvolvimento de Equipes Gestão do Conhecimento Planejamento Operacional
MS	12		
SC	24	25 a 27/06	
PB	15	8 a 10/10	
RN	10		
CE	18	5 a 7/11	
PI	13		
Total	107		

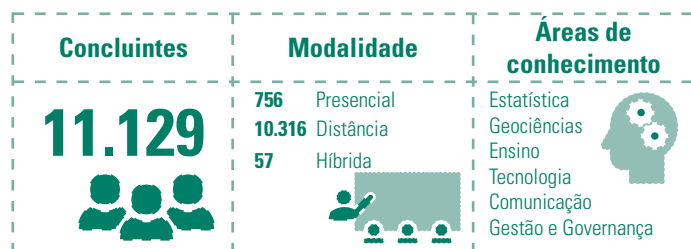
Outros programas de treinamento e desenvolvimento

Programa	Definição	Participantes
Licença capacitação	Afastamento por até 3 meses para estudo	140
Afastamento para eventos de curta duração	Afastamento para cursos curtos, atendendo necessidades imediatas de trabalho	289
Ciclo de Desenvolvimento de Competências Profissionais (CDCP)	Capacitações com o objetivo de auxiliar os servidores no desenvolvimento de competências que estimulem o autoconhecimento, a integração, o trabalho em equipe, a comunicação, a disseminação de conhecimento e o planejamento do trabalho	1860 ¹
Programa Educação Financeira	Programa para promover a reflexão do servidor sobre sua relação com o dinheiro e sobre como fazer a adequada gestão de suas finanças pessoais	13
Programa Novo Tempo – Oficina de Coaching	Programa para promover a reflexão do servidor sobre sua relação com o dinheiro e sobre como fazer a adequada gestão de suas finanças pessoais	20
Encontro Nacional de RH	Encontro que visa à atualização dos servidores da Coordenação, das Gerências e das Supervisões de Recursos Humanos do IBGE em temas de gestão de pessoas e compartilhamento de conhecimentos, como experiências e boas práticas	50

¹ O CDCP foi transmitido pelo Webcast, TVIBGE e Canal IBGE, somando 1.860 visualizações, além dos 13 servidores que assistiram às oficinas presencialmente

O papel da Escola Nacional de Ciências Estatísticas na capacitação dos servidores

A Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA), da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), tem como atribuição analisar, planejar, propor, desenvolver, implementar e monitorar ações de extensão, capacitação e desenvolvimento, para o que conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais. As ações de capacitação da ENCE atingiram o resultado de 11.129 concluintes nas modalidades presencial, a distância e híbrida, ultrapassando a meta física anual estabelecida de 4.500 concluintes. As ações de capacitação estão distribuídas em cinco áreas de conhecimento: Estatística, Geociências, Ensino, Tecnologia, Comunicação, Gestão e Governança.



Na modalidade a distância, vale destacar os treinamentos de pesquisas realizadas pelo IBGE. O desenvolvimento de treinamentos utilizando a internet possibilita o acesso homogêneo da rede de coleta aos conhecimentos, bem como a otimização do tempo da capacitação e redução de seus custos. Trata-se de ação crucial para garantir a qualidade necessária para retratar a realidade do Brasil.

Por intermédio da Escola Virtual IBGE, foram capacitados 10.316 servidores, com destaque para o Treinamento das Pesquisas Trimestrais de Pecuária (2.395 concluintes) e para o Treinamento da PNAD Contínua (1.197 concluintes). Também em EAD, foram ofertadas capacitações transversais, tais como: Segurança da Informação e Comunicações (2.178 concluintes), SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática (1.215 concluintes) e Conhecendo o IBGE (409 concluintes). A capacitação em Segurança da Informação está diretamente relacionada aos valores estratégicos do respeito à confidencia-

lidade e ao informante, ética e profissionalismo. Já a capacitação em SIDRA visa ao fortalecimento da difusão do conhecimento pelo IBGE.

Na modalidade presencial, foram capacitados 756 participantes em 29 cursos desenvolvidos pela CTA, sendo alguns deles: Apresentações Eficazes; Gestão dos Relacionamentos Interpessoais nas Organizações - G.R.I.O; Integração do QGIS com o PostGIS; Introdução a Metodologias Ágeis de Projetos - SCRUM; Introdução às Contas Nacionais - Kangaré I; Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: Noções Básicas; Metodologia Aplicada às Pesquisas por Empresas do IBGE; Gestão por processos e Modelagem com Bizagi. Estas são capacitações que contribuem para os processos de gestão e de tecnologia que participam na qualidade da entrega dos serviços do IBGE. Particularmente, a capacitação em comunicação permite que os técnicos do IBGE estejam preparados para difundir o conhecimento de maneira mais eficiente e mais próxima dos usuários.

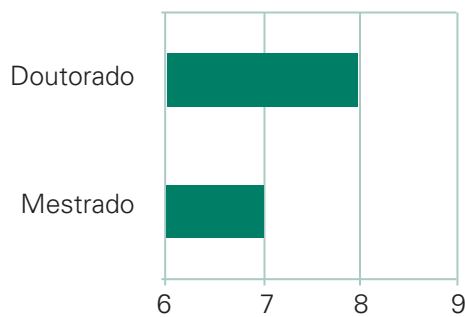
Ainda na modalidade presencial, ressalta-se a parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), visando à ampliação das ofertas de capacitação no IBGE e à eficiência dos gastos dos recursos orçamentários. Foram capacitados 60 servidores do IBGE em cinco cursos e seis servidores da região centro-oeste na XVI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas.



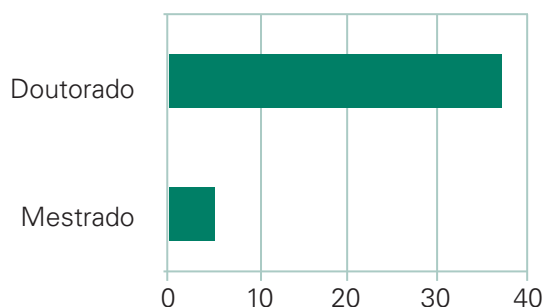
Na modalidade híbrida, destaca-se a Didática para Multiplicadores de Treinamento do Censo 2020, que reuniu 57 servidores de todas as Unidades Estaduais. Esses servidores terão papel fundamental na cadeia de treinamento para o Censo, e sua preparação didática refletirá no sucesso do repasse dos conceitos e na motivação de todos os agentes envolvidos na realização da operação. Os servidores estudaram sobre princípios de aprendizagem, comunicação não violenta e planejamento.

Somado a esses números, o IBGE patrocinou, por meio de ações de desenvolvimento em pós-graduação, a capacitação de 15 servidores. Desses, 8 concluíram o Doutorado e 7 concluíram o Mestrado. Encontram-se afastados, ainda, um total de 42 servidores, sendo 37 para Doutorado e 5 para Mestrado.

Número de concluintes por tipo de programa de pós-graduação em 2019.



Número de afastados por tipo de programa de pós-graduação em 2019.



Por conta da impossibilidade de executar o orçamento e de efetuar novas contratações, devido aos contingenciamentos orçamentários vigentes durante parte do ano e à portaria 424/2019, que trazia limitações específicas às atividades de capacitação. Os resultados foram o cancelamento de sete turmas da ENAP e a não realização de diversas capacitações que envolviam pagamento de inscrições, diárias e passagens.

Capacitações e eventos desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Geociências (DGC)

Com o objetivo de ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas geocientíficas, bem como implementar novas estratégias de aquisição de dados geoespaciais, foram capacitados 59 servidores das Gerências de Geodésia e Cartografia (GGCs) do IBGE, abrangendo um total de 224 horas de instruções, distribuídas em temas ligados ao controle de qualidade de bases cartográficas (75% da carga horária e 80% dos treinandos), nomes geográficos e nivelamento geométrico com níveis digitais. Destacaram-se, também, ações de atualização envolvendo a utilização de aplicações modernas de geoprocessamento como o Orange, Google Earth Engine, Satellite Laser Ranging, Metadados Geoespaciais e integração Python – QGIS, ocasiões em que foram envolvidos 17 funcionários da sede da Diretoria de Geociências (DGC), compreendendo um esforço de 140 horas.

A título de ampliação da inserção internacional do IBGE no campo das Geociências e disseminação da comunicação com a sociedade, ocorreram: a participação de um servidor da DGC na Assembleia Geral da União Geodésica e Geofísica Internacional (UGGI), em Montreal, Canadá; a participação de 1 servidor da DGC no International Workshop for the Implementation of the GGRF in Latin America, realizado na Argentina; e a realização do Simpósio SIRGAS 2019. Nesse ano, o evento foi sediado pelo Brasil, sendo realizado no auditório do CDDI, no período de 11 a 14 de novembro de 2019. Participaram 164 assistentes e 86 trabalhos científicos oriundos de diversos países do continente americano. A Coordenação de Geodésia contribuiu com 5 trabalhos técnicos no âmbito das suas atividades, cujos temas foram: a evolução da Geodésia, RBMC, RMPG, Centro de Processamento SIRGAS e REALT2018.

Estrutura Territorial

Destaque para o envolvimento de modo intenso no planejamento da operação do Censo Demográfico, especialmente na formulação do material didático do treinamento e nos processos acompanhamento da coleta, aplicados no Censo Experimental de 2019 e que prosseguirão durante 2020.

São resultados positivos que se viabilizaram em razão do trabalho integrado e harmônico com as Supervisões de Base Territorial (SBT), num processo de treinamento conceitual e operacional que envolveu um total de 1.023 pessoas, entre servidores e Agentes de Pesquisa e Mapeamento (APM) da Sede, das 27 unidades estaduais e de 410 agências diretamente envolvidas no preparo da Base Territorial para o Censo 2020.

Capacitações e eventos desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Pesquisas (DPE)

A Diretoria de Pesquisa (DPE) realiza o treinamento centralizado para servidores das Unidades Estaduais, objetivando a formação para o trabalho de pesquisa. Nessas oportunidades, são apresentadas as metodologias das pesquisas, a partir dos conceitos das perguntas elaboradas pelos técnicos de cada pesquisa, visando a qualidade da abordagem do Agente de Pesquisa, a homogeneidade da coleta e eficácia do levantamento.

Pesquisa	Número de treinandos	Carga horária (h)
MUNIC/ESTADIC	30	40
PENSE	30	40
Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais (SISPEP)	35	36
Projeções de População com metodologia da ONU	4	32
Conjunturais por empresas	34	63
Estruturais por empresas	62	32
SINAPI	6	20
Prova piloto 2 (Censo 2020)	30	16
	70	40
	25	48
	25	30
	23	16
Censo experimental	75	64
	79	72
	228	40

O treinamento ofertado nas Unidades Estaduais é o repasse do treinamento centralizado, objetivando disseminar o conhecimento para as agências.

UE	Pesquisa	Número de treinandos	Carga horária (h)
AC	Estruturais por empresas	22	4
	PNS	19	80
	PNAD-C	13	40
	SNIPC/SINAPI	11	40
AM	MUNIC/ESTADIC	-	-
	PENSE	-	-
	Estruturais por empresas	-	-
	PNS	58	40
	Base territorial	34	40
	PNAD-C	15	40
AP	MUNIC/ESTADIC	40	40
	PENSE	40	40
	Estruturais por empresas	21	24
	PNS	40	40
PA	MUNIC/ESTADIC	22	16
	PENSE	22	40
	Estruturais por empresas	60	2
	PNS	70	2
	Encontro Gerencial	22	24
RO	-	-	-
RR	MUNIC/ESTADIC	-	-
	PENSE	22	32
	Estruturais por empresas	19	20
	PNS	13	40
PR	MUNIC/ESTADIC	37	16
	PENSE	25	24
	Estruturais por empresas	49	24
	PNS	58	36

RS	MUNIC/ESTADIC	38	16
	PENSE	31	16
	Estruturais por empresas	32	16
	PNS	105	40
SC	SNIPC/SINAPI	32	8
	MUNIC/ESTADIC	25	24
	PENSE	30	30
	Estruturais por empresas	25	12
	PNS	70	36
ES	MUNIC/ESTADIC	10	20
	PENSE	34	16
	Estruturais por empresas	36	32
	PNS	49	28
	SNIPC/SINAPI	12	4
	PMC e PMS	26	16
	PNAD-C	150	1
	Base territorial	19	32
	AGSN - Aglomerados Subnormais	30	16
	XIX Simpósio Brasileiro de Senso-riamento Remoto	1	24
MG	MUNIC/ESTADIC	83	15
	PENSE	33	20
	Estruturais por empresas	201	28
	PNS	117	2
	CNEFE	73	18
	Base territorial	13	24
	PNAD-C	120	18
	Pesquisas Agropecuárias	3	14
RJ	MUNIC/ESTADIC	17	17
	PENSE	35	24
	Estruturais por empresas	48	24
	PNS	60	40

(continua)

(continuação)

SP	MUNIC/ESTADIC	80	16
	PENSE	33	16
	Estruturais por empresas	103	16
	PNS	257	22
	Base territorial	13	32
	PNAD-C	86	24
	CNEFE	135	8
DF	MUNIC/ESTADIC	-	-
	PENSE	39	16
	Estruturais por empresas	51	2
	PNS	58	40
	SNIPC/SINAPI	6	40
	PNAD-C	58	1
GO	MUNIC/ESTADIC	23	20
	PENSE	35	20
	Estruturais por empresas	112	18
	PNS	33	36
	Pesquisas Agropecuárias	5	12
	PNAD-C	16	8
	EAD PNAD-C EAD desenvolvido pela própria UE, sem relação com a CTA	379	6
	SINAPI/SNIPC	80	6
MS	MUNIC/ESTADIC	11	20
	PENSE	39	16
	Estruturais por empresas	20	24
	PNS	53	40
	CNEFE	6	24
MT	MUNIC/ESTADIC	17	16
	PENSE	17	20
	Estruturais por empresas	17	40
	PNS	56	36
	CNEFE	45	17

AL	MUNIC/ESTADIC	12	32
	PENSE	31	32
	Estruturais por empresas	15	40
	PNS	20	32
	Conjunturais por empresas	5	4
BA	-	-	-
CE	MUNIC/ESTADIC	2	48
	PENSE	1	24
	Estruturais por empresas	3	40
	PNS	5	56
	CENSO EXPERIMENTAL	1	40
MA	MUNIC/ESTADIC	18	16
	PENSE	21	24
	Estruturais por empresas	21	24
	PNS	55	40
PB	BASE TERRITORIAL	4	20
	CNEFE	33	3
	MUNIC	16	20
	PeNSE	35	28
	ESTRUTURAIS POR EMPRESA	24	20
	PNADC	28	3
PE	MUNIC/ESTADIC	18	20
	PENSE	19	16
	Estruturais por empresas	20	20
	Conjunturais por empresas	44	16
	PNS	38	40
	CNEFE	62	8

(continua)

(continuação)

PI	BASE TERRITORIAL	3	24
	CNEFE	7	16
	MUNIC	13	16
	PeNSE	10	24
	ESTRUTURAIS POR EMPRESA	12	24
	PNADC	6	28
	PNS	19	40
RN	MUNIC/ESTADIC	14	28
	PENSE	21	40
	Estruturais por empresas	20	24
	PNAD-C	15	8
	PESQ TRIMES AGRO	13	5
	PNS	41	40
	CNEFE	19	3
SE	INPC/SINAPI	14	16
	CNEFE	57	16
	MUNIC	7	30
	ESTRUTURAIS POR EMPRESA	30	40
	PNADC	39	8
	PNS	32	40
TO	MUNIC/ESTADIC	9	24
	PENSE	22	24
	Estruturais por empresas	14	32
	PNAD-C	51	24
	PNS	26	40

Principais desafios e ações futuras

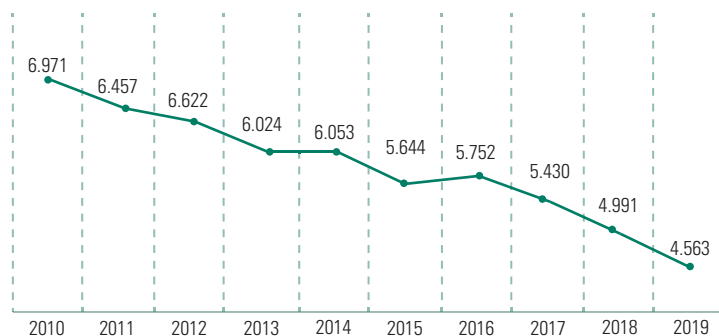
Movimentação de pessoas

O IBGE vem perdendo sua força de trabalho sistematicamente, nos últimos anos. Aproximadamente 45% da força de trabalho efetiva deixou o Instituto por solicitação para aposentadoria. Considerando o cenário atual, no qual não se vislumbra a realização de concursos públicos a curto/médio prazo, a movimentação de pessoal é a opção mais factível para a garantia da manutenção das atividades do IBGE.

Nossa meta é movimentar entre 250 e 300 servidores de outros órgãos, nos próximos dois anos, a fim de garantir, especialmente, o funcionamento de nossas unidades descentralizadas e de nossa rede de agências.

Em 2019, foram movimentados 25 servidores de outros órgãos para o IBGE

Redução no quadro de servidores



Plano de desenvolvimento de pessoas

Tendo em vista a publicação do Decreto nº 9.991, de 28/08/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e da Instrução Normativa nº 201, de 11/09/2019, que dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, o IBGE realizou levantamento das necessidades de ações de desenvolvimento dos seus servidores, nos meses de setembro e outubro de 2019, com vistas a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IBGE (PDP) do IBGE para o ano de 2020, de maneira a atender ao estabelecido nestes normativos.

O PDP IBGE 2020 foi submetido ao Conselho Diretor, aprovado pela Presidente do IBGE e submetido ao Ministério da Economia por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponível no Sistema SIPEC (<https://portalsipec.servidor.gov.br/>).

Até 28 de fevereiro de 2020, o SIPEC emitirá manifestação técnica a respeito da aprovação ou não, integral ou parcial, do PDP IBGE 2020.

Saúde e segurança do trabalho

A CRH realizou, em 2019, o acompanhamento semestral de adaptação de 35 servidores com deficiência, em conformidade ao previsto na legislação de pessoal. Para o ano seguinte, são considerados como desafios: implementar solução no Sistema de Dados Administrativos (SDA) para registrar todos os servidores efetivos e contratados temporários com deficiência; estender o acompanhamento semestral para todos os trabalhadores com deficiência; e disseminar as ações de promoção e prevenção da saúde e segurança do trabalho para todas as unidades do IBGE.

Censo Demográfico 2020

Em atendimento ao objetivo estratégico de aprimorar operações censitárias, a ENCE capacitará cerca de 2 mil pessoas em didática e 1400 agentes censitários de subárea no programa Capacita Censo 2020. Esse programa incluirá capacitações em diversas áreas tais como gestão de veículos, suprimentos de fundos, base territorial, atualização do setor. Tal estratégia é muito importante, já que esse público é composto por pessoas contratadas pelo IBGE, que desconhecem seu funcionamento, desafios e recursos.

Novas capacitações

Para 2020, a ENCE trabalhará no desenvolvimento das capacitações: Abordagem ao informante; Estatística Básica; Banco Multidimensional de Estatísticas – BME; Novo treinamento PNAD Contínua. Essas ações estão em consonância com o Plano Estratégico, já que contribuem para a qualidade de pesquisas do IBGE e facilitam a compreensão e manipulação das informações do IBGE por seus usuários.

Gestão de licitações e contratos

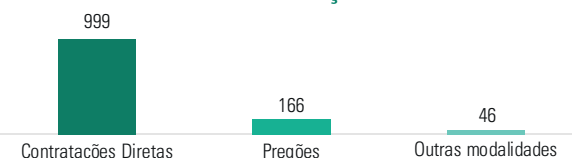
Licitações

1.211

processos de aquisição em 2019 em 32 unidades contratantes (UASGs) do IBGE.

Uma redução de 19,59%, em relação ao mesmo período de ano passado, reflexo da Portaria nº 424/2019, do Ministério da Economia, que dispunha sobre medidas de racionalização de gastos e redução de despesas.

Modalidades de contratação



Principais tipos das contratações diretas:

- I. Baixo valor (845 contratações abaixo de R\$ 17.600);
- II. Locação de imóveis;
- III. 72 Inexigibilidades.

Contratações Diretas - Justificativas

As dispensas de licitação por baixo valor justificam-se pela manutenção da continuidade dos serviços pontuais nas diversas unidades do IBGE pelo Brasil e baseiam-se no inciso II, do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.

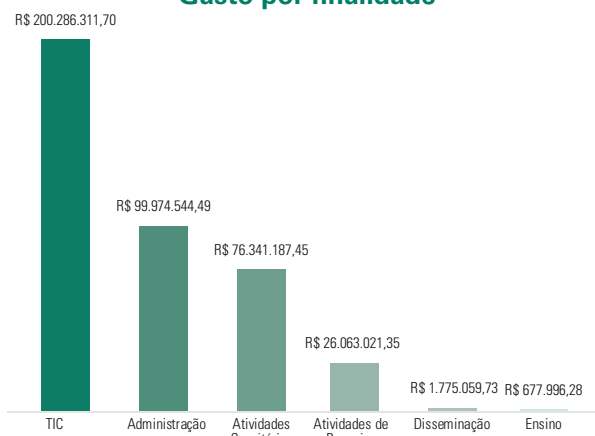
As unidades da administração central do IBGE foram responsáveis por 71 pregões realizados no ano de 2019. Dentre esses, 31% eram relacionados ao Censo 2020. A natureza de objeto mais adquirida para o Censo 2020 foram os materiais permanentes, que representam 69%.

Fonte: Sistema interno do IBGE - Sistema de aquisições e entregas (SA-e)

R\$ 405,11 milhões

foram pagos em **contratações** relativas a custeio e a investimentos, em 2019.

Gasto por finalidade



Tipo de despesa em administração	VALOR EM R\$
Locação de imóveis	R\$26.727.191,05
Limpeza e conservação	R\$14.797.815,92
Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$13.014.237,75
Serviços de energia elétrica	R\$10.678.634,86
Condomínios	R\$8.113.013,47
Vigilância ostensiva	R\$5.685.489,98
Serviços de comunicação em geral	R\$3.769.863,58
Outras despesas	R\$17.188.297,88

Observações importantes:

I. Os valores pagos em contratações no ano de 2019, quando comparados com 2018, tiveram um incremento de 65,83%, impulsionado pelas finalidades de TIC e de Atividades Censitárias, reflexo da preparação para a grande operação do Censo 2020. Nas demais finalidades, também em comparação com 2018, houve redução dos valores, sendo observada a queda de 14,35% na de Administração, 34,66% na de Atividades de Pesquisa, 70,10% na de Disseminação e 46,67% na de Ensino, já em consequência da Portaria Ministerial nº 424/2019.

II. Contratações TIC:

Dentre as contratações na finalidade de TIC, 65 licitações foram feitas exclusivamente para o Censo 2020 e representaram 77,61% dos gastos. Os custos estão detalhados na seção de TIC deste relatório.

III. Contratações Atividades Censitárias:

A finalidade de Atividades Censitárias sofreu um incremento de mais de 60%, quando comparado ao ano de 2018, tendo em vista as contratações das empresas responsáveis pelos processos seletivos de pessoal temporário e a aquisição dos veículos para renovação da frota a ser utilizada nas pesquisas, que representaram, dentro das atividades censitárias, 71,52%.

IV. Contratações Administração:

Quando analisamos os gastos da finalidade de Administração, houve uma redução de 14,35%, reflexo, principalmente, da redução de pessoal terceirizado, imposta pela Portaria nº 424/2019 do Ministério da Economia. As contratações de limpeza e conservação tiveram uma redução de 4,75% e as contratações de apoio administrativo,

uma redução de 10,63%. Só nas unidades contratantes da administração central, foram reduzidos 12 contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, gerando uma redução do valor anual gasto na ordem 14,82%, para a UASG 114601.

As despesas de apoio administrativo, técnico e operacional, incluindo limpeza e conservação e vigilância, visam atender o funcionamento dos complexos da SEDE no Rio de Janeiro e das 27 unidades estaduais e suas agências, tendo em vista o quantitativo de aposentadorias ao longo dos anos.

O maior gasto da finalidade administração continua sendo com a locação de imóveis e condomínios pelo Brasil.

V. As unidades contratantes da administração central são responsáveis por 77,63% do total de gastos. Destacando-se o fato de serem centralizadas na sede do IBGE tanto as compras de TIC do Censo 2020, bem como os valores das locações de imóveis.

Fonte: SIAFI

Conformidade legal

As unidades do IBGE contam com assessoria jurídica das seccionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013 e Instruções Normativas Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP).

Objetivos estratégicos

As contratações mais relevantes do IBGE estão alinhadas com os objetivos estratégicos formalizados no Mapa Estratégico do IBGE:

https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/MAPA_ESTRATEGICO_2017-2027-12-06.pdf

Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

O IBGE está presente nas 27 unidades federativas do Brasil e, ainda, distribuído nelas, por meio de agências. Assim, são muitas as particularidades, especificidades e necessidades a serem alinhadas na gestão de licitações e contratos, sendo este o principal risco e desafio em busca por eficiência e cumprimento da missão institucional de retratar o país.

Outro desafio, é o recorrente contingenciamento orçamentário que exige uma contínua readaptação do planejamento e da manutenção da qualidade dos serviços prestados que, no ano de 2019, foi ainda maior, tendo em vista a Portaria 424/2019.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos, destaca-se a falta de qualificação dos gestores de contratos e o elevado número de contratos sob responsabilidade de poucos gestores.

Entre as fraquezas, tem-se o elevado número de servidores aptos a aposentar e, ainda, as instabilidades nos sistemas governamentais e recorrentes mudanças da legislação.

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

Todas as Unidades do IBGE atuam em conformidade com a legislação referente à Gestão Patrimonial na Administração Pública, tais como Lei 8.245/91 e Decreto 7.689/2012 para bens imóveis e Decreto 9.373/2018 para bens móveis, assim como a Lei 8.666/93 e normativos internos ao IBGE.

Principais investimentos de capital

Em 2019 o IBGE fez investimentos de capital na aquisição de materiais permanentes que implicaram tombamentos de 7.701 bens com valor total de R\$ 18.226.719,30. A distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes é mostrada na Tabela a seguir.

Distribuição de tombamentos por grupo de materiais permanentes		
Grupo patrimonial	Quantidade (und)	Valor total (R\$)
EQUIP DE PROCESSAMENTO DE DADOS	510	13.164.324,61
APARELHOS DE MEDIÇÃO	45	1.113.150,00
EQUIP PARA ÁUDIO,VÍDEO E FOTO	475	994.191,95
MOBILIÁRIO EM GERAL	1.536	920.360,27
APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	441	799.336,05
APAREL UTENS DOMÉSTICOS	355	606.115,88
MÁQUINAS E EQUIP ENERGÉTICOS	3.965	499.471,10
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	105	52.477,96
MÁQ UTENS EQUIP DIVERSOS	125	46.384,85
EQUIP PROTEÇÃO SEGURANÇA SOCORRO	136	17.694,57
EQUIP HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	3	6.807,03
MÁQUINAS E EQUIP GRÁFICOS	1	4.456,66
VEÍCULOS	1	893,57
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	2	538,00
MÁQ.INSTAL E UTENS. DE ESCRITÓRIO	1	516,80
Total Geral	7.701	18.226.719,30

Fonte: SDA/Bens Móveis (2019)



Tombamentos

7.701



Valor total tombamentos

R\$ 18,2 mi

Equipamentos de processamento de dados



R\$ 13,2 mi

Aparelhos de medição



R\$ 1,1 mi

Equipamento para áudio, vídeo e foto



R\$ 994 mil

Mobiliário em geral



R\$ 920 mil

Ao serem considerados os tombamentos por Unidade de Tombamento, percebe-se a concentração das aquisições na sede do IBGE (SEDE), no Rio de Janeiro. Esses números são reflexos do plano de aquisições centralizado, com entregas parceladas nas Unidades Estaduais, utilizado pela Administração Central do Instituto, como estratégia para obtenção de ganhos de escala e melhores condições de fornecimento nas licitações.

Distribuição de tombamentos por Unidade de Tombamento		
Unidade de tombamento	Quantidade (und)	Valor total (R\$)
SEDE	5.266	16.474.096,84
UE/DF	575	338.497,40
UE/GO	157	305.075,21
UE/AM	489	228.738,51
UE/PE	129	194.489,88
UE/PB	223	164.195,62
UE/BA	155	85.124,06
UE/SP	72	74.448,96
UE/CE	220	58.742,57
UE/RS	28	53.175,58
UE/AP	89	45.248,55
UE/ES	59	36.137,47
UE/MG	39	26.028,15
UE/RO	35	23.945,00
UE/MA	29	23.260,00
UE/RR	49	20.778,12
UE/PI	15	19.515,49
UE/SC	30	15.133,62
UE/SE	6	13.738,76
UE/AC	5	9.438,10
UE/RJ	3	7.071,75
UE/MS	3	3.606,57
UE/PA	16	2.770,40
UE/TO	5	2.335,00
UE/RN	1	480,80
UE/AL	1	467,89
UE/MT	2	179,00
Total Geral	7.701	18.226.719,30

Fonte: SDA/Bens Móveis (2019)

Desfazimento de ativos

Em 2019, ocorreram doações de bens em oito Unidades Estaduais, com total geral de 6.061 bens e valor contábil líquido total de R\$ 479.203,64. Além disso, foram realizados 4 leilões no IBGE, com destaque para a oferta de 51 veículos, além de equipamentos de informática e móveis diversos, tendo sido arrecadado o valor total de R\$ 432.560,00.

Doações efetuadas por Unidade de Tombamento		
Unidade de tombamento	Quantidade (und)	Valor total (R\$)
UE/RJ	4.351	259.758,82
UE/RO	1.315	127.920,75
UE/GO	161	78.314,80
UE/PA	194	9.596,32
UE/MG	30	2.404,46
UE/PE	8	587,24
UE/CE	1	520,75
UE/SP	1	100,50
Total Geral	6.061	479.203,64

Fonte: SDA/Bens Móveis (2019)

Lecilões realizados por Unidade de Tombamento		
Unidade de tombamento	Valor arrecadado (R\$)	Tipos de bens
UE/SE	99.280,00	09 Veículos
		Equipamentos de Informática Diversos
		Móveis Diversos
UE/SC	22.085,00	Equipamentos de Informática Diversos Móveis Diversos
UE/MS	167.990,00	11 Veículos
UE/PR	143.205,00	31 Veículos
Total	432.560,00	

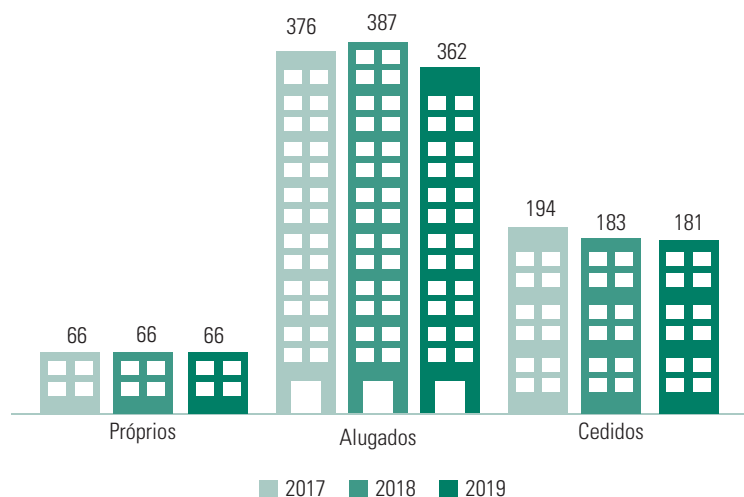
Fonte: Unidades Estaduais do IBGE (2019)

Gestão de imóveis

A presença nacional do IBGE é uma das forças que permite o cumprimento de sua missão institucional. Ela é conferida pela capilaridade de sua rede de coleta, que é materializada pela presença física das Unidades Estaduais nas 27 unidades da federação e nas 568 agências localizadas em mais de 500 municípios.

Para o desempenho de suas atividades, ao final de 2019, o IBGE contava com 66 imóveis próprios, 362 imóveis alugados e 181 cedidos. O gráfico a seguir mostra a evolução dos quantitativos de imóveis próprios, alugados e cedidos de 2017 a 2019.

Evolução de imóveis próprios, alugados e cedidos de 2017 a 2019



Fonte: SDA Imóveis (2017-2019)

A tabela a seguir apresenta a distribuição geográfica dos imóveis próprios do IBGE, considerando a sua evolução no período 2018-2019.

Em 2019, a quantidade se manteve a mesma, porém houve a atualização do valor total dos imóveis próprios do IBGE, com R\$ 75.459,50 de elevação, proveniente

de benfeitorias e reavaliações cadastradas pelas Unidades Estaduais (conforme tabela Distribuição geográfica dos imóveis próprios).

Distribuição geográfica dos imóveis próprios		
Unidade da Federação	Exercício 2018	Exercício 2019
Acre	1	1
Alagoas	1	1
Amazonas	1	1
Bahia	4	4
Ceará	7	7
Distrito Federal	2	2
Espírito Santo	0	0
Goiás	1	1
Maranhão	6	6
Minas Gerais	4	4
Mato Grosso	3	3
Mato Grosso do Sul	1	1
Pará	2	2
Pernambuco	2	2
Piauí	1	1
Paraíba	0	0
Paraná	1	1
Rio de Janeiro	16	16
Rio Grande do Norte	1	1
Rondônia	1	1
Roraima	1	1
Rio Grande do Sul	1	1
Santa Catarina	1	1
São Paulo	4	4
Sergipe	1	1
Tocantins	3	3
Total	66	66
Valor Total (R\$)	274.932.731,58	275.008.191,08

Fonte: SDA/Sistema de Imóveis e SPIUnet (2018-2019)

Conforme pode ser visto na tabela a seguir, em 2019, houve uma redução de 25 locações, em função do fechamento de algumas agências. Isso é resultado da implantação do Projeto Rede, que teve como objetivo avaliar e propor uma nova arquitetura organizacional para as Unidades Estaduais e Agências do IBGE, com o fechamento ou criação de agências nos estados.

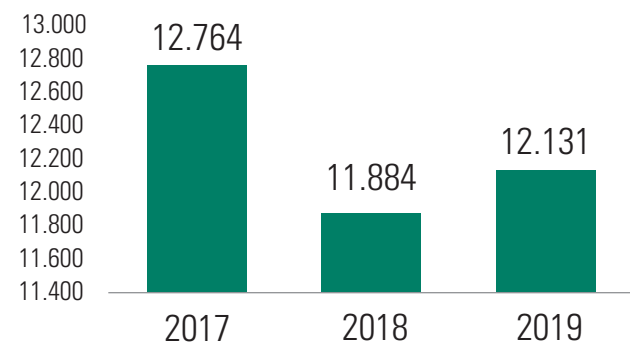
Distribuição geográfica dos imóveis alugados		
Unidade da Federação	Exercício 2018	Exercício 2019
Acre	3	3
Alagoas	5	5
Amazonas	6	5
Amapá	1	1
Bahia	37	41
Ceará	6	6
Distrito Federal	4	4
Espírito Santo	9	9
Goiás	17	17
Maranhão	20	16
Minas Gerais	38	36
Mato Grosso do Sul	10	9
Mato Grosso	8	7
Pará	10	13
Paraíba	9	7
Pernambuco	12	12
Piauí	13	11
Paraná	36	31
Rio de Janeiro	23	21
Rio Grande do Norte	5	5
Rio Grande do Sul	43	34
Rondônia	5	5
Santa Catarina	23	21
Sergipe	6	6
São Paulo	30	31
Tocantins	8	9
Total	387	362

Fonte: SDA/Sistema de Imóveis (2018-2019)

Em 2019, em função de algumas revisões contratuais e/ou novas contratações, houve um aumento das despesas com locação de imóveis de 2,08%, em relação ao ano anterior.

O Gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores gastos com locação de imóveis entre 2017 e 2019.

Evolução dos gastos com locação de imóveis de 2017 a 2019



Fonte: SDA Imóveis (2017-2019)

No que se refere a imóveis cedidos ao IBGE, em 2019, houve uma redução na quantidade, ocasionada pela suspensão de alguns convênios, conforme tabela a seguir.

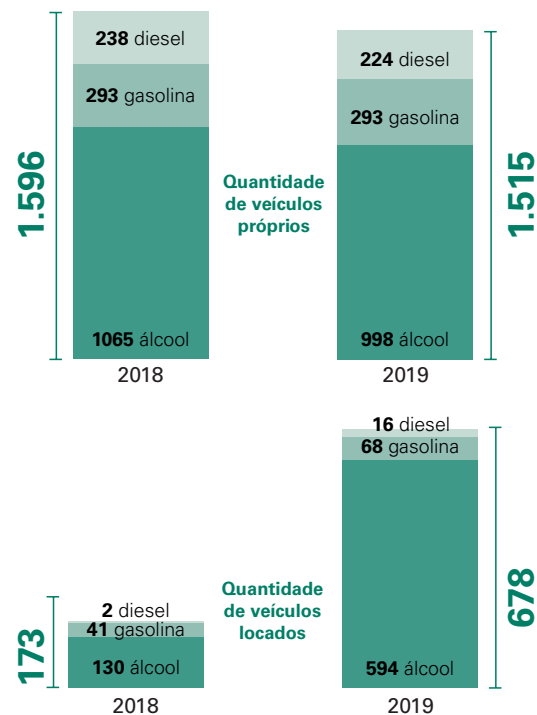
Distribuição geográfica dos imóveis cedidos		
Unidade da Federação	Exercício 2018	Exercício 2019
Acre	0	0
Alagoas	4	4
Amazonas	5	5
Amapá	0	0
Bahia	8	8
Ceará	4	4
Distrito Federal	1	1
Espírito Santo	2	2
Goiás	3	3
Maranhão	2	2
Minas Gerais	41	40
Mato Grosso do Sul	2	2
Mato Grosso	6	6
Pará	5	5
Paraíba	3	3
Pernambuco	7	7
Piauí	5	5
Paraná	5	5
Rio de Janeiro	7	7
Rio Grande do Norte	2	2
Rio Grande do Sul	4	4
Rondônia	0	0
Santa Catarina	1	1
Sergipe	0	0
São Paulo	66	65
Tocantins	0	0
Tocantins	8	9
Total	183	181

Fonte: SDA/Sistema de Imóveis (2018-2019)

Frota de veículos

Os dados são insumos fundamentais para os levantamentos geocientíficos e as pesquisas estatísticas do IBGE, sendo fundamental que a coleta e o levantamento deles ocorra no tempo devido, de maneira a garantir a tempestividade na divulgação dos resultados para a sociedade.

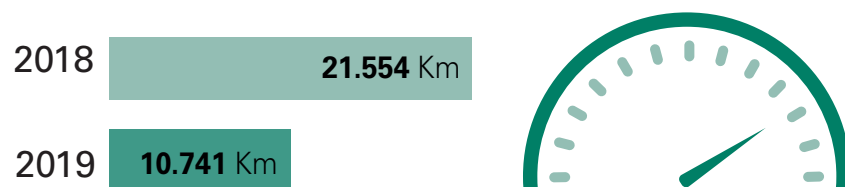
Para isso, é imprescindível que o Instituto disponha de uma frota de veículos (locados e próprios) capaz de viabilizar o levantamento e a coleta dos dados em todo o território brasileiro. A seguir, é possível ter uma visão geral da frota nos últimos dois anos.



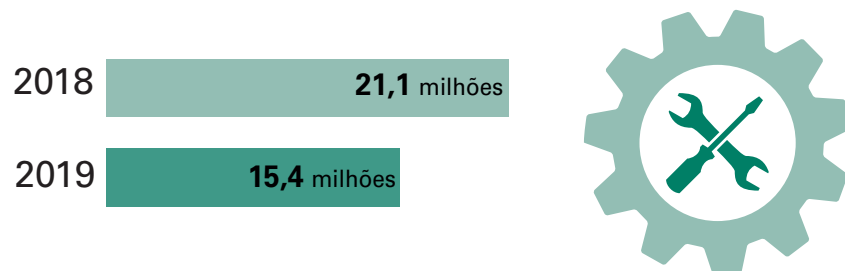
Fonte: SDA/Veículos (dez/2019)

Errata: No Relatório de Gestão 2018, página 119, foi informado uma quantidade de veículos de 1.195 diesel, 242 gasolina e 298 álcool. Os valores estavam invertidos e também foram corrigidos após o ajustes de alguns parâmetros no relatório de apuração. Com isso, a quantidade correta de veículos próprios e alugados é 1.195 álcool, 334 gasolina e 240 diesel.

Média anual de quilômetros rodados por veículo próprio e alugado



Total de gastos com veículos próprios e alugados (manutenção, combustível e outras despesas)



Fonte: SDA/Veículos (dez/2019)

Errata: No Relatório de Gestão 2018, página 119, foi registrada uma média anual de quilômetros rodados de 41.149 Km, um número superestimado em função de uma falha nos cálculos. O valor foi corrigido e média anual reduzida para 21.554 Km. Já o total de gastos com veículos, foi registrado um valor de R\$ 13,7 milhões, um número subestimado que não levou em consideração os gastos com os veículos alugados. O valor foi corrigido e os gastos com manutenção aumentaram para R\$ 21,1 milhões.

O tamanho da frota, determinado pela quantidade de veículos próprios e locados, é apurado ao final de cada ano e, por isso, sofre a influência da variação da carga de coleta das pesquisas, podendo apresentar algumas distorções que merecem ser explicadas.

O início do ano de 2018, por exemplo, foi marcado pela coleta do Censo Agro, que terminou em 28 de fevereiro, para a qual o IBGE contava com um número expressivo de veículos locados, o que já não era a realidade ao final daquele ano. Com isso, a média anual de quilômetros rodados e os gastos com veículos também refletiram essa variação apresentando um valor considerável.

Já em 2019, ocorreu o processo inverso. A locação de veículos ocorreu em maior número nos últimos meses por conta do Censo Experimental, do preparo da base territorial para o Censo 2020 e da coleta da Pesquisa Nacional de Saúde, o que reduziu expressivamente a média de quilometragem e gastos com veículos.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

A gestão de TIC é realizada formalmente no IBGE desde 2010, por meio do seu Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTI), documento atualizado regularmente e disponibilizado na página Web principal da Instituição. Seguindo os preceitos adotados nas edições anteriores, a organização deste trabalho segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), agora como Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia; bem como do Tribunal de Contas da União (TCU); da Controladoria-Geral da União (CGU); e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

Modelo de Governança de TI

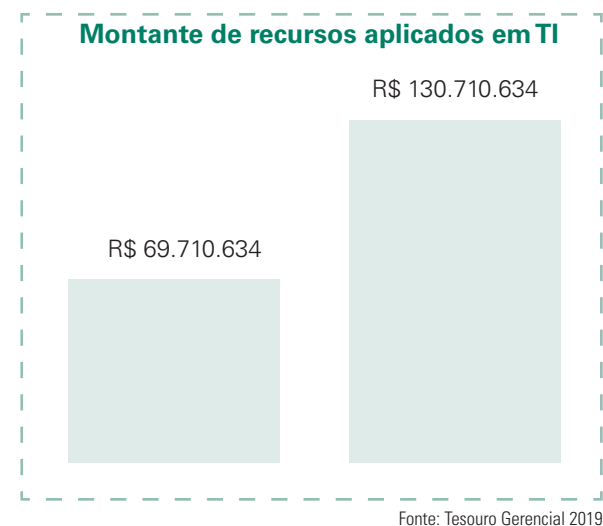
O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), responsável pela construção do PDTI do IBGE, empenha-se em novas frentes de trabalho como, por exemplo, para o aumento de maturidade da gestão das TICs, para o investimento e esforços quanto à Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (POSIC), para Gestão de Riscos em TICs e na busca de métricas consideradas relevantes pelos órgãos

fiscalizadores. Para a elaboração da décima edição do PDTI, referente aos anos de 2019-2020, foram novamente consultadas todas as áreas setoriais e as 27 Unidades Estaduais do IBGE quanto às suas demandas de TIC. Esse documento contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados pelo CTIC como aderentes aos objetivos do Planejamento Estratégico do IBGE e coerentes com as políticas da Instituição nessa área, visando, assim, à padronização e à economia de recursos. O Instituto também atualizou, em 2019, o novo documento Estratégia Geral de Tecnologias de Informação (EGTI) para o biênio 2019-2020, levando em consideração o Mapa Estratégico do IBGE para 2017-2027 e apresentando projetos e vertentes, assim como oportunidades de desenvolvimento na área. Ambos documentos, PDTI e EGTI, atualizados e vigentes, se encontram publicados na página institucional do IBGE.

Montante de recursos aplicados em TI

É necessário indicar que, em 2019, o IBGE entrou no processo de planejamento do Censo Demográfico de 2020, devendo realizar não somente estudos de metodologia e de operação mas, também, testes operacionais para que o Censo obtenha sucesso no curto espaço de tempo que se realiza. As aquisições de TIC foram iniciadas com mais de 50 processos construídos à luz da IN04 e, posteriormente, à IN01, o que trouxe ainda maior complexidade nos processos de compra. O montante de recursos foi, portanto, aumentado em razão desta operação censitária de enorme porte.

Contratações mais relevantes de recursos de TI



Contratos Continuados mais relevantes em 2019	
Objeto	
Fábrica de Software	
Contratação de UST	
Rede MPLS	
Locação de softwares Microsoft	
Manutenção de software SCE	
Comunicação de dados - Via Rede Satelital	
Manutenção de software - Diversos IBM	
Locação de equipam. de proc. de dados - Locação de Switches	

Aquisições de *Software* e *Hardware* mais relevantes em 2019

Objeto

Dispositivo Móveis de Coleta (DMCs) – aparelhos smartphones

Tablets para Supervisão Censitária

Servidores de Rack

Servidores de Lâmina (Blades)

Laptops e Desktops

Software SAS

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Apresentamos a seguir algumas iniciativas relevantes para a Instituição, com base em seu Plano Estratégico:

Objetivo Estratégico 1 – Ampliar a cobertura e o detalhamento das pesquisas estatísticas e dos levantamentos geocientíficos.

Reflexão: Ampliar cobertura e detalhamentos de pesquisas demanda maior qualidade de coleta no campo, maior capacidade de armazenamento de dados, maior conectividade para transmissões e comunicações, maior capacidade de recebimento desses dados e de seu processamento, além de interação com instituições externas, por meio de mapas de empresas que detêm imagens de satélite de alta qualidade ou acervos e bancos de dados atualizados de governos e empresas.

Trata-se, então, de inteligência para incorporação desses dados no IBGE, de capacidade de armazenamento e de processamento deles. Em todos os casos, demandar-se-á de segurança, tanto no acesso ao IBGE, quanto no acesso aos dados e nas cópias de segurança.

A cada movimentação para este fim, a área de informática deverá ser acionada, na busca da melhor operacionalização da atividade, mensurando não somente os esforços, mas, também, os recursos necessários. Trata-se, portanto, de Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs), acessos desses DMCs à Internet, links, storages, *software* de desenvolvimento, *software* de segurança de dados, *software* de backup e recuperação e outros que devem ser avaliados para cada novo projeto. Todos esses recursos devem ser devidamente adquiridos, preferencialmente, para uso compartilhado em outras atividades, parametrizados para cada operação, distribuídos e controlados devidamente e orquestrados por equipes conhecedoras desse tipo de atividade no IBGE.

Objetivo Estratégico 2 - Estruturar e promover o Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional

Reflexão: Estrategicamente o IBGE e sua TI devem ser referência perante Ministérios e Governos para que, tanto tecnicamente quanto gerencialmente, possamos administrar demandas de informações, coordenar grupos distantes e heterogêneos, tutorar instituições e empresas nas temáticas relacionadas e capitanear e organizar acervos institucionais de outros órgãos e empresas. Diante disso, a demanda por TIC se mostra

claramente na capacidade de comunicação e interação externa ao IBGE, provendo salas de videoconferência, sites de colaboração virtual, sites de organização e gerência de projetos e de infraestrutura necessária ao suporte para tais ações. A interoperabilidade entre sistemas deve ser uma preocupação adicional relevante.

Objetivo Estratégico 4 – Ampliar e aprimorar procedimentos para recepção e uso de registros administrativos

Reflexão: Objetivo dependente de acordos institucionais nos quais deverão estar explicitados os metadados dos acervos, a forma de obtenção regular dos dados, a periodicidade, o sigilo, bem como o retorno e a contrapartida, se houver. A recepção dos dados deve ser analisada tanto pela área interessada do IBGE em conjunto com a área de tecnologias e produção, para que haja infraestrutura disponibilizada (links, segurança, storage, gerenciadores de bancos/acervos, automatização de processos, janelas temporais para as transmissões e outros do gênero), quanto pela área de desenvolvimento de sistemas e de acervos, que se preocuparão em avaliar a inserção desses dados no IBGE, a entrada desses em nossos sistemas e seu uso para análise, além da incorporação ao acervo do IBGE, que poderá ser apartado ou não do acervo de produção própria, numa decisão posterior. Em outra escala, o IBGE deverá estar atento a procedimentos de digitalização, de mineração e de Gerência Eletrônica de Documentos (GED). A Governança dos dados também é muito relevante nesse objetivo, assim como de Política de proteção de dados.

Objetivo Estratégico 5 – Implementar novas estratégias de aquisição de dados

Reflexão: Dada a digitalização das operações de comércio e serviços e os grandes acervos de dados (data lakes) de concessionárias de serviços, empresas, financeiras e bancos, havendo legalidade para tal, o uso de dados, ainda que desidentificados, uma equipe de Big Data deverá estar habilitada a explorar esses acervos na busca de dados para uso do IBGE. Dados das secretarias estaduais de Fazenda, que hoje já vêm sendo conveniados pelo IBGE para uso em pesquisas estatísticas do comércio, indústria, serviços e outros, assim como dados de provedores de acesso à Internet, para uso em pesquisas de TIC e uso do tempo, ou outros tantos que podem ser explorados, com expressiva diminuição de custos de coleta e aumento significativo de qualidade, deverão ser alvo neste objetivo estratégico 5. O aumento da Rede de Coleta, as aquisições de mapas, imagens, ortofotos e de mineração que permite a extração de dados de páginas da web devem ser objeto de grupos de pesquisa e estudos nas áreas do IBGE, nos quais necessariamente as áreas de tecnologias deverão participar ativamente. Por se tratar de um objetivo que prescinde de prospecção tecnológica, a área de TIC deverá fomentar e participar ativamente de visitas técnicas na busca de melhores práticas e modelos funcionais que fomentem a aquisição de dados por novas fontes. A interoperabilidade também deve ser observada, assim como ferramentas de BI (*Business Intelligence*) e ferramentas de análise de dados.

Objetivo Estratégico 17 – Adotar soluções genéricas de TI

Reflexão: A adoção de soluções genéricas de TI já vem sendo realizada há algum tempo. Soluções ad-hoc são evitadas tanto para os ambientes de desenvolvimento de sistemas quanto nas áreas de produção e de tecnologias, não somente por terem custo, mas, também, por questões de otimização de trabalho, velocidade de implantação, adequação às boas práticas de mercado, estabilidade de rotinas e processos e outros tantos. Novas metodologias, como as Ágeis, devem ser estimuladas. As soluções genéricas podem ser uma resposta interessante a alguns fabricantes que exigem rigores e preços não vantajosos à Administração Pública, dando a esta uma independência salutar. Deve-se ter atenção também para possibilidades de, com soluções genéricas implantadas no IBGE, podermos interagir com outros órgãos e empresas internacionais, nacionais e regionais, o que pode representar não somente a inserção do IBGE em outros fóruns como membro ativo mas, também, dependendo da legislação vigente, gerar recursos e financiamentos.

Objetivo Estratégico 18 – Garantir o nivelamento tecnológico dos projetos institucionais

Reflexão: O Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação (PDTI) deverá garantir, entre outros objetivos, este de nivelamento tecnológico, avaliando rotinas, processos e pesquisas de todas as áreas setoriais do IBGE e buscando incessantemente a atualização da lista de serviços,

do parque computacional, de seus sistemas e da produção institucional. Os Censos, por seus volumes de trabalho, costumam alavancar grandes mudanças tecnológicas no IBGE e, ao fim dessas operações censitárias, é comum que esses recursos sejam transferidos para as rotinas contínuas institucionais, trazendo inovações e atualizações de todos os tipos. As pesquisas contínuas, por sua vez, podem garantir a avaliação de entrada de novas tecnologias e sua adequação às necessidades do IBGE, o que gera a demanda de que essas inovações sejam amplamente testadas e colocadas em produção, para uma avaliação pré-censitária. Espera-se, portanto, um ciclo positivo de recursos e inovações entre as pesquisas censitárias e as pesquisas contínuas, que deve ser acompanhado atentamente pelos gestores de TIC.

Segurança da informação

O compromisso legal do IBGE em manter a privacidade do informante e o sigilo das informações prestadas, conforme previsto na Lei n. 5534, de 14.11.68, torna indispensável a implementação de controles rígidos de segurança da informação e comunicações, permitindo que as atividades desempenhadas na Instituição tratem as informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica e administrativa com a devida segurança, para garantir a legalidade de suas ações.

A implementação dos controles de segurança da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), está apoiada em três pilares princi-

país: processos, pessoas e tecnologia. O Comitê de Segurança da Informação (CSI), em conjunto com a Diretoria de Informática, vem promovendo ações direcionadas a esses três pilares por meio da normatização de diversos procedimentos e processos, do investimento em novas tecnologias de segurança da informação e em ações voltadas para a capacitação e conscientização dos colaboradores da Instituição.

A POSIC, cuja primeira edição ocorreu em 2014 e atualizada em 2018, necessitará de adequação à Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, de Proteção de Dados Pessoais, que vem sendo discutida no IBGE em razão de pontos relevantes que podem impactar os trabalhos neste Instituto.

Outras ações que foram programadas no âmbito da POSIC vêm sendo cumpridas com empenho da Diretoria de Informática e outros órgãos setoriais, como:

- Curso a Distância (EAD) para todos os servidores do quadro, estagiários e terceirizados do IBGE, sobre as boas práticas a serem adotadas no uso das informações e sistemas da Instituição, para diminuir os riscos de quebra de sigilo dos dados coletados de pessoas físicas e jurídicas e o vazamento de informações sensíveis antes da data de suas publicações oficiais, iniciado em abril de 2019 e com resultados bastante satisfatórios, com 2.178 pessoas concluintes em dezembro de 2019. Para 2020, a previsão informada no Plano de Desenvolvimento de Pessoas é de 481, em razão da operação censitária;
- Cartilhas temáticas sobre o uso seguro do Correio Eletrônico e Acesso Lógico foram impressas e distribuídas

em todo território nacional, com mais de 5000 cópias, e descanso de tela sobre uso seguro da internet, dando continuidade à campanha de conscientização sobre SIC;

- Novo Plano de Gestão de Riscos em TIC, de acordo com a metodologia definida pelo Comitê de Governança, Conformidade e Riscos do IBGE;
- Plano de Continuidade de Negócios;
- Revisão do Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes;
- Capacitação em SIC para agentes de coleta e produtores de informação.

Principais desafios e ações futuras

Projetos Institucionais

Censo Demográfico 2020

Principal projeto da casa, o Censo 2020 envolve todas as coordenações da Diretoria de Informática em sua execução.

- Os prazos para o desenvolvimento de sistemas e aplicações segue o planejamento geral dos testes programados para a operação, com a execução e término da prova piloto 2 e Censo Experimental de 2019.
- Desenvolvimento e manutenção das ferramentas para formação dos arquivos de dados e cadastros necessários para a preparação do CNEFE e da Base Operacional Geográfica, bem como para a geração e distribuição de insumos descritivos dos setores, executados ao longo de 2019, dentro do planejamento operacional do CD2020.
- Projeto de infraestrutura de TIC para o Censo 2020, com a publicação do impresso Projeto Tecnológico para o Censo Demográfico de 2020, que serviu de base e parametrização de todas as aquisições realizadas em 2019.
- Projeto de Comunicações no Censo 2020, envolvendo a infraestrutura de redes de comunicação de dados, de voz e de *streaming*, se integra ao Projeto de Infraestrutura de TIC. Foram devidamente adquiridos os recursos necessários à Nova Central Telefônica do IBGE, com investimentos que traduzirão agilidade, qualidade e barateamento de despesas de telecomunicações em 2020.

O planejamento das demandas locais de infraestrutura de comunicações, como a contratação de acessos à Internet, é objeto de elaboração de padrões de contratação para execução pelas Unidades Estaduais.

- Logística de TIC no Censo 2020. O projeto de logística foi elaborado em conjunto com os demais projetos de forma a assegurar a distribuição e instalação dos recursos de TIC em todas as unidades operacionais do Censo, espalhadas por todo o Brasil. Tal publicação, acima citada é o Projeto Tecnológico do Censo Demográfico 2020.

Censo Agropecuário

Finalizados os trabalhos com as últimas divulgações do Censo Agropecuário, as tabelas de apresentação de resultados definidas pela DPE geraram cerca de 600 tabelas. Os trabalhos incluem a geração do banco de dados de resultados, catalogação de informações no Banco de Metadados, elaboração dos programas para agregação e análise e carga dos resultados no Sistema SIDRA, que é o veículo de disseminação de dados agregados desenvolvido, suportado e alimentado com informações pela equipe da Diretoria de Informática.

Projeto de Reconhecimento de Imagens

Demanda iniciada pela DI, em conjunto com a DGC e DPE, para uso de imagens obtidas de satélite, sensores orbitais ou de outras fontes, objetivando a análise do território com a finalidade de reconhecimento de cultivos, do uso do solo e de água doce e, ainda, de avaliação de habitações para auxílio à base territorial. O projeto piloto continua sendo realizado com o apoio da área de pesquisa da IBM,

utilizando técnicas de inteligência artificial, para determinadas culturas em 3 (três) municípios do país.

Ao término dessa prospecção da tecnologia, o projeto deverá ser formalizado com suas atividades identificadas e prazos programados.

Big Data: Recepção e Uso de Registros Administrativos

A utilização de Registros Administrativos e de Bases de Dados Externas ao IBGE, com características de tecnologia de Big Data, demandará esforços de inteligência e de infraestrutura de TIC para a captação, entendimento, exploração e uso de recursos administrativos para as pesquisas estatísticas e geocientíficas do IBGE.

Diversas iniciativas estão sendo negociadas pela Direção do IBGE e, quando de sua realização, irão implicar obtenção e disponibilização de infraestrutura de TIC, de *softwares* adequados a natureza e dimensão do manuseio de dados pretendidos e do desenvolvimento de sistemas e aplicações.

Destaca-se o esforço do IBGE na realização de convênios com as Secretarias Estaduais de Fazenda para acesso às bases de dados das Notas Fiscais Eletrônicas, essenciais a reformulação das pesquisas de comércio e serviços ao conhecimento dos fluxos de bens na economia. Outras bases de dados administrativos ou orgânicos também são de grande interesse para o IBGE e alguns gestores já estão empenhados na tarefa de obtenção de acesso a tais bases, como o INSS, da ANATEL, da Receita Federal (CPF) e ANEEL.

Projetos de TIC

Reestruturação do Ambiente Tecnológico do IBGE

Em razão do Censo Demográfico de 2020 e de acordo com o Projeto Tecnológico do CD 2020, foi planejada uma atualização de servidores de aplicação, de servidores de armazenamento, de elementos ativos de rede (como *switches* e outros), de equipamentos de funcionários (desktops e laptops) e de recursos computacionais de *software* e comunicação. Tal planejamento indica que, no segundo trimestre de 2020, uma grande rodada de substituições e atualizações tecnológicas ocorrerão no IBGE, o que é não somente desejável como também salutar a uma Instituição que obtém, trabalha e dissemina informações.

Plataforma de Produção e Análise de Informações

Em 2019, foram efetivamente realizadas as ações voltadas ao aperfeiçoamento e otimização dos processos na Plataforma de Informações do IBGE:

- O eData, tabulador e analisador de dados, que disponibilizou uma ferramenta para seleção espacial de áreas de interesse;
- A integração de dados entre o SIDRA e o tabulador recebeu funcionalidades que otimizam os tempos necessários à publicação de resultados.

Estas atividades se somam aos esforços também efetuados no BME, com o objetivo de traduzir os dados divulgados pelo IBGE em ferramentas ami-

gáveis aos usuários, que resolvam problemas no conhecimento das informações sobre a realidade do Brasil.

Acervo Institucional de Informações

Com áreas de dados cada vez maiores, dado o volume de informações produzidas e agora também recebidas de outros órgãos como citado anteriormente, o IBGE se esforça no desenvolvimento de mais ferramentas para acesso aos dados com a tecnologia hoje utilizada nos arquivos de microdados do BME, num processo de melhoria contínua bastante salutar.

Projeto de Convergência de Comunicações: Telefonia

No final do ano de 2019, houve recursos para executarmos o pedido relativo à ata de registro de preços realizada pelo IBGE. Os produtos e *softwares* adquiridos chegarão ao longo de 2020, para que em julho deste ano tenhamos implantada a nova telefonia na Sede e em todas as capitais dos Estados.

Centro de Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador - CETAC

O CETAC, que funciona como um *Call Center* para realizar entrevistas e dar apoio a entrevistas presenciais de pesquisas do IBGE, encontrava-se no limite de sua capacidade técnica e sem possibilidade de aumento. Com o novo projeto de telefonia institucional e de acordo com o Projeto Tecnológico do Censo Demográfico de 2020, o IBGE

dobrou sua capacidade de assentos no CETAC, e no primeiro semestre de 2020, espera-se a sua operacionalização.

Novos *Data Centers* - RJ e SP

Construção e Mudança dos *Data Centers*, principal e secundário, para novos locais, de acordo com o projeto elaborado e em fase de licitação. A mudança dos *Data Centers* objetiva modernizar as salas de instalação dos equipamentos com aumento do nível de segurança e com redução dos custos com utilidades. Os novos *Data Centers* foram projetados para instalação dos equipamentos em modo de confinamento, em locais com segurança contra enchentes e de menor exposição.

O Projeto encontra-se na Diretoria Executiva à espera de recursos para licitar as obras, sendo conveniente que o término do projeto, obras, instalações e mudança dos equipamentos ocorra antes da realização do Censo 2020.

Mudança do Correio Eletrônico

O *software* de correio eletrônico do IBGE, Lotus Notes, foi instalado nos anos 90, dentro de um projeto maior que juntava as facilidades de mensageria com *workflow* e aplicações. Hoje, as aplicações desenvolvidas no Notes foram todas substituídas por novas tecnologias, os recursos de *workflow* não são mais utilizados, restando somente os recursos de mensageria em uso.

Toda a Diretoria de Informática já foi migrada em 2019 para o produto Exchange, da Microsoft, as-

sim como o correio de todo pessoal contratado por tempo determinado nas 27 Unidades da Federação, em razão de já termos as licenças advindas de outro projeto, sendo o ano de 2020 crucial para a saída definitiva do Lotus Notes.

Gestão de custos

O processo de desenvolvimento do sistema de informações e da metodologia de apuração de custos se encontra em processo de implantação no IBGE. Os resultados alcançados em 2019 foram modestos, em decorrência da insuficiência de recursos humanos capacitados na linguagem de programação, além de outras demandas de desenvolvimento de sistemas da mesma natureza em diversas áreas administrativas, principalmente, aquelas relacionadas à implementação do Censo Demográfico 2020. Ademais, vale registrar ainda, que os preparativos para a operação censitária aumentaram o envolvimento de todas as unidades e elevaram a carga de atividades complexas ligadas à sua implementação.

É oportuno ressaltar que o modelo abaixo é o principal referencial analítico e de trabalho para implementação na instituição do Sistema de Custos, que

possibilitará acompanhar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme prevê o inciso XIX do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009.

Com base no modelo, no ano de 2019, o IBGE priorizou o planejamento orientado à apuração dos custos de despesas correntes (quadrante B1) nas diversas unidades do IBGE, mantendo a consistência entre a base de unidades do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) com a do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG).

Em suporte a tal perspectiva de trabalho, o IBGE avançou, também, no Objeto de Custo “3. Processo”, com sugestões de iniciativas de uso da Cadeia de Valor do IBGE, para que a orientação por processo com foco em resultados seja internalizada na organização.

		Objetos de custo		
		1. Unidade Organizacional (UORG)	2. Produto	3. Processo
Dimensões do gasto	A. Pessoal	A1. Gasto com pessoal por UORG	A2. Gasto com pessoal por produto finalístico	A3. Gasto com pessoal por processo de trabalho
	B. Despesas correntes	B1. Gasto com despesas correntes por UORG	B2. Gasto com despesas correntes por produto finalístico	B3. Gasto com despesas correntes por processo de trabalho
	C. Depreciação e amortização	C1. Depreciação e amortização por UORG	C2. Depreciação e amortização por produto finalístico	C3. Depreciação e amortização por processo de trabalho
		Custo por UORG	Custo por Produto	Custo por Processo

Sustentabilidade ambiental

Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE

O PLS do IBGE (2019-2023) possui nove eixos temáticos, que tiveram como referência os temas do Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração Pública (IASA), criado pelo Tribunal de Contas da União. Os nove eixos são apresentados a seguir:



As ações de sustentabilidade do IBGE estão sendo implementadas através de planos de trabalho anuais nos quais são propostas ações em mais de um eixo temático do PLS. A cada ano, ações em novos eixos são acrescidas de forma gradual, de modo que, ao término da vigência do PLS, este-

jam sendo desenvolvidas ações em todos os temas. Cabe destacar que a adoção dessa abordagem busca trazer foco aos esforços institucionais envidados em cada novo tema trabalhado, viabilizando a gestão e implementação das ações, bem como o monitoramento de indicadores.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O IBGE, como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas licitações de compra de material de consumo, aquisição de equipamentos de informática, mobiliário em geral, e obras de manutenção. As contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificados nos editais de licitação. Nesse sentido, continua a utilizar o seu poder de compra para implementar a política de aquisições sustentáveis, sinalizando para as empresas a necessidade de se adaptarem ao novo cenário mundial, adotando processos de produção com novos padrões ambientais, sociais e econômicos. Assim, o IBGE mantém a adoção das seguintes práticas:

Licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00

Licitações para aquisições de bens de natureza divisível com cota reservada de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte

Licitações voltadas exclusivamente para aquisição de materiais com critérios de sustentabilidade

Direito de Preferência: quando ocorrência de empate é assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas

Redução de resíduos poluentes

O IBGE, a fim de reduzir os poluentes gerados por suas atividades, celebrou no ano de 2019 um termo de compromisso com cooperativas para a destinação ambientalmente adequada de coletes, pastas e bonés do Censo Agropecuário 2017 no âmbito da Unidade Estadual do Rio Grande do Sul. Tal termo pode servir de referência para a destinação ambientalmente adequada de materiais das futuras operações censitárias em diferentes Unidades Estaduais da Instituição.

No âmbito do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do IBGE (2019-2023), Grupos de Sustentabilidade foram criados em diferentes Unidades Estaduais, a saber: Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Tais grupos vem contribuindo para a disseminação de práticas de sustentabilidade no IBGE. Em unidades como as do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul foram criadas Comissões para a

Coleta Seletiva Solidária a fim de destinar os seus respectivos resíduos recicláveis a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto nº 5.940/06.

Cabe destacar que o IBGE mantém, em algumas de suas unidades, as seguintes práticas para a redução de poluentes: (i) adoção de coletores de pilhas e baterias; e (ii) utilização de coletores distintos para a separação de materiais recicláveis e lixo orgânico.

Ações para redução no consumo de recursos naturais

Dentre as ações realizadas para a redução no consumo de recursos naturais, destacam-se:

- Publicação de Resolução da Diretoria-Executiva limitando a aquisição de copos descartáveis para atendimento de demandas excepcionais, como eventos e recepção de convidados externos à Instituição; e
- Campanha de racionalização do consumo de copos descartáveis, com a divulgação de cartazes com a mensagem que convida os servidores a fazerem uso de canecas pessoais, conforme figura abaixo:



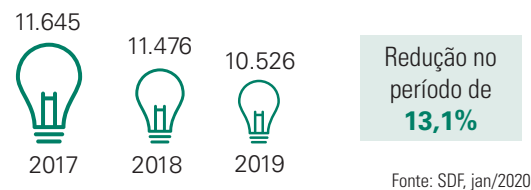
No que diz respeito ao consumo de água, energia, papel e copo, o IBGE deu continuidade à adoção de práticas de racionalização comprovadamente exitosas em anos passados. Tais práticas, bem como os dados de consumo da Instituição, são apresentadas a seguir:

Energia Elétrica

(consumo em kWh x 1.000)

São exemplos de ações realizadas em maior ou menor escala nas unidades do IBGE:

- Substituição de lâmpadas fluorescentes por LED.
- Manutenção sistemática de quadros parciais de energia elétrica.
- Instalação de sensores de presença em corredores e banheiros.

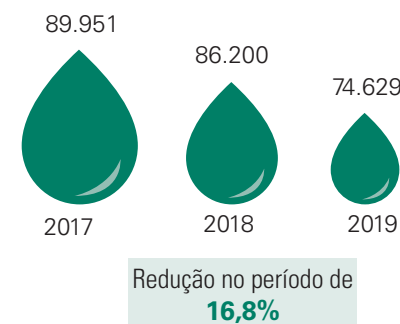


Água e esgoto

(consumo em m³)

São exemplos de ações realizadas em maior ou menor escala nas unidades do IBGE:

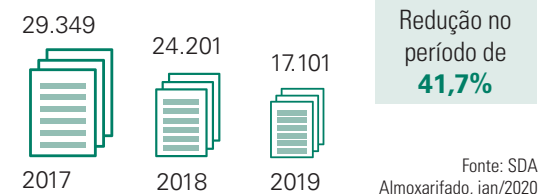
- Substituição de hidrômetros.
- Instalação de torneiras com temporizador e de válvulas de descarga com duplo acionamento.
- Verificação diária dos registros, torneiras e válvulas de descarga, além do monitoramento de hidrômetros, a fim de identificar e tratar possíveis vazamentos.



Papel

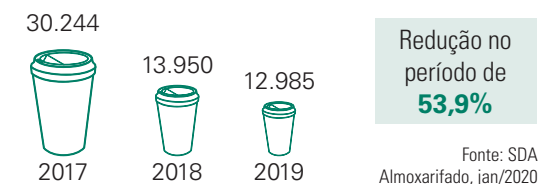
(consumo em resmas)

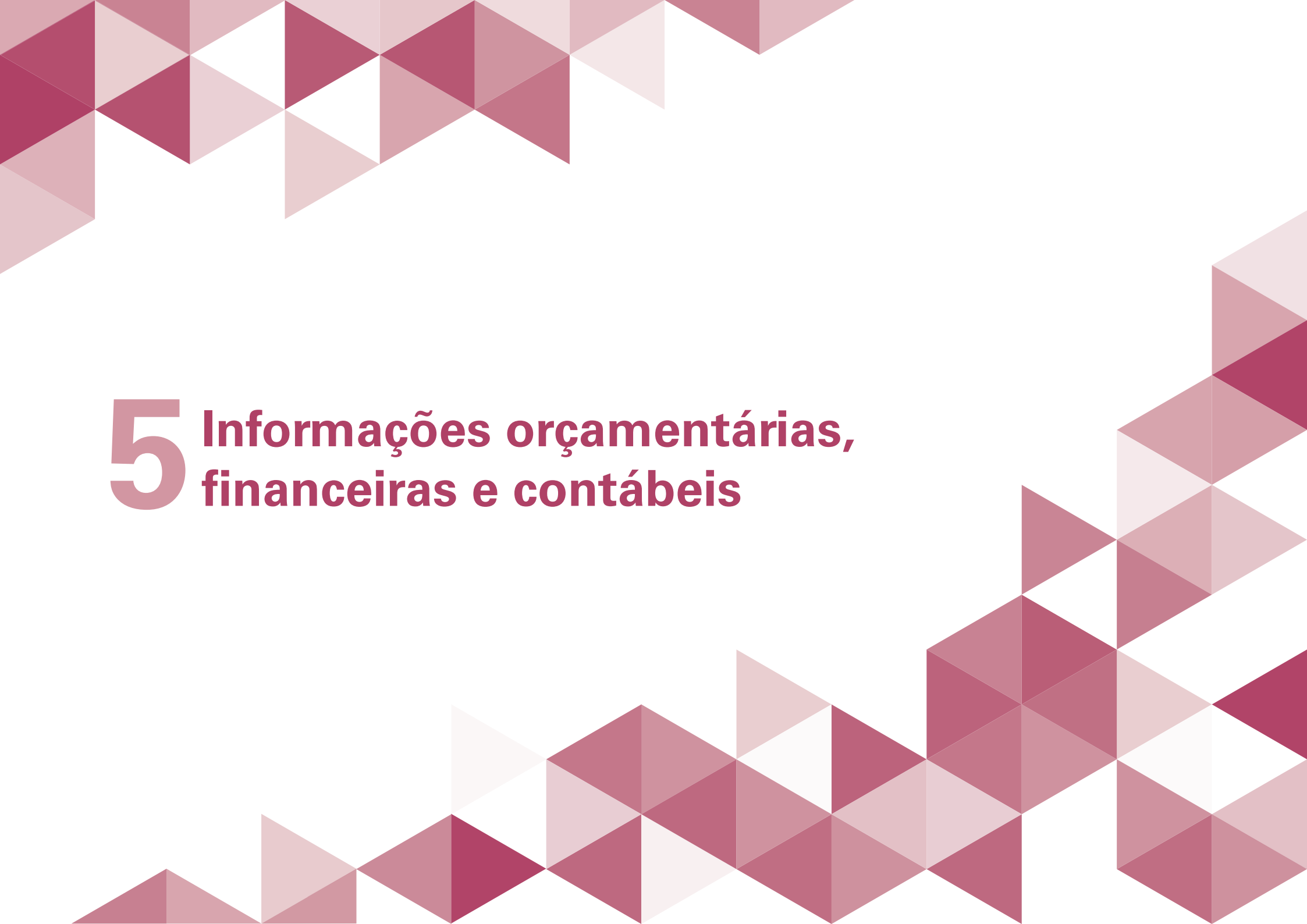
- Configuração das impressoras no modo de impressão frente e verso.
- Utilização de impressoras departamentais.



Consumo de copos descartáveis

(consumo em 100 unidades)





5 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Demonstrações contábeis

Balanço orçamentário - 2019

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.807.122,00	3.807.122,00	6.638.717,32	2.831.595,32
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	3.510.345,00	3.510.345,00	623.590,45	-2.886.754,55
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	160.414,00	160.414,00	140.568,89	-19.845,11
Valores Mobiliários	3.349.931,00	3.349.931,00	483.021,56	-2.866.909,44
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	199.188,00	199.188,00	5.865.902,26	5.666.714,26
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	199.188,00	199.188,00	5.865.902,26	5.666.714,26
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	97.589,00	97.589,00	149.224,61	51.635,61
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	85.397,00	85.397,00	130.424,18	45.027,18
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	12.192,00	12.192,00	18.800,43	6.608,43
RECEITAS DE CAPITAL	1.594.279,00	1.594.279,00	965.727,00	-628.552,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	1.594.279,00	1.594.279,00	965.727,00	-628.552,00
Alienação de Bens Móveis	1.594.279,00	1.594.279,00	965.727,00	-628.552,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.401.401,00	5.401.401,00	7.604.444,32	2.203.043,32

(continua)

(continuação)

REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	5.401.401,00	5.401.401,00	7.604.444,32	2.203.043,32
DEFICIT	-	-	2.724.839.461,60	2.724.839.461,60
TOTAL	5.401.401,00	5.401.401,00	2.732.443.905,92	2.727.042.504,92
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

Balanco orçamentário - 2019

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.732.020.156,00	2.700.576.031,00	2.521.649.383,00	2.464.033.090,99	2.310.813.639,94	178.926.648,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.337.110.292,00	2.276.912.680,00	2.149.046.369,91	2.149.045.369,91	2.005.992.105,13	127.866.310,09
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	394.909.864,00	423.663.351,00	372.603.013,09	314.987.721,08	304.821.534,81	51.060.337,91
DESPESAS DE CAPITAL	162.760.639,00	227.872.927,00	210.794.522,92	7.178.671,30	7.178.203,41	17.078.404,08
Investimentos	162.760.639,00	227.872.927,00	210.794.522,92	7.178.671,30	7.178.203,41	17.078.404,08
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.894.780.795,00	2.928.448.958,00	2.732.443.905,92	2.471.211.762,29	2.317.991.843,35	196.005.052,08

(continua)

(continuação)

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.894.780.795,00	2.928.448.958,00	2.732.443.905,92	2.471.211.762,29	2.317.991.843,35	196.005.052,08
TOTAL	2.894.780.795,00	2.928.448.958,00	2.732.443.905,92	2.471.211.762,29	2.317.991.843,35	196.005.052,08

Anexo 1 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.300.136,14	25.447.759,23	19.865.119,82	19.865.119,82	7.089.724,02	793.051,53
Pessoal e Encargos Sociais	-	104.849,02	40.916,68	40.916,68	63.932,34	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.300.136,14	25.342.910,21	19.824.203,14	19.824.203,14	7.025.791,68	793.051,53
DESPESAS DE CAPITAL	88.694,76	20.830.161,01	20.641.859,08	20.641.859,08	274.031,99	2.964,70
Investimentos	88.694,76	20.830.161,01	20.641.859,08	20.641.859,08	274.031,99	2.964,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.388.830,90	46.277.920,24	40.506.978,90	40.506.978,90	7.363.756,01	796.016,23

Fonte: SIAFI

Anexo 2 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20,16	151.860.596,69	151.852.014,39	8.602,46	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	142.141.836,30	142.141.836,30	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20,16	9.718.760,39	9.710.178,09	8.602,46	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.521,00	1.521,00	-	-
Investimentos	-	1.521,00	1.521,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20,16	151.862.117,69	151.853.535,39	8.602,46	-

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor Executivo
CPF: 337.746.337-20

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente
CPF: 056.864.797-12

Balanço patrimonial - 2019

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	%	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	%
ATIVO CIRCULANTE	193.655.324,66	206.285.453,47	-6,12%	PASSIVO CIRCULANTE	226.356.685,92	166.476.299,75	35,97%
Caixa e Equivalentes de Caixa	165.742.171,31	175.467.939,24	-5,54%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	178.387.168,86	131.697.797,59	35,45%
Créditos a Curto Prazo	-	24,50	-100%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Clientes	-	24,50	-100%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	163.631,03	1.259.554,23	-87,01%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	19.662.689,40	21.892.920,91	-10,19%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	547.530,10	-100%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-
Estoques	8.250.463,95	8.917.668,34	-7,48%	Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	47.805.886,03	32.971.417,83	44,99%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	6.900,48	-100%				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	476.284.870,15	487.976.377,13	-2,40%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	136.015,00	388.080,46	-64,95%
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.023.505,34	1.645.134,06	23%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	22.881,47	170.503,42	-86,58%
Créditos a Longo Prazo	632.804,37	709.124,55	-10,76%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	2.362.406,70	2.256.593,97	4,69%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-1.729.602,33	-1.547.469,42	11,77%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.390.700,97	936.009,51	48,58%	Provisões a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos	-	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	113.133,53	217.577,04	-48,00%
Participações Permanentes	-	-	-	Resultado Diferido	-	-	-

(continua)

(continuação)

Imobilizado	460.046.149,21	476.564.106,66	-3,47%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	226.492.700,92	166.864.380,21	35,73%
Bens Móveis	159.935.688,62	175.321.553,25	-8,78%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis	348.556.814,78	338.186.939,73	3,07%				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-188.621.126,16	-162.865.386,48	15,81%	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	%
Bens Imóveis	300.110.460,59	301.242.553,41	-0,38%				
Bens Imóveis	308.325.500,72	307.199.426,19	0,37%	Resultados Acumulados	443.447.493,89	527.397.450,39	-15,92%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-8.215.040,13	-5.956.872,78	37,91%	Resultado do Exercício	-83.937.090,10	-73.322.299,36	14,48%
Intangível	14.215.215,60	9.767.136,41	45,54%	Resultados de Exercícios Anteriores	527.397.450,39	600.675.542,02	-12,20%
Softwares	14.215.215,60	9.767.136,41	45,54%	Ajustes de Exercícios Anteriores	-12.866,40	44.207,73	-129,10%
Softwares	21.412.399,99	16.769.760,84	27,68%	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-7.197.184,39	-7.002.624,43	2,78%	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	443.447.493,89	527.397.450,39	-15,92%
TOTAL DO ATIVO	669.940.194,81	694.261.830,60	-3,50%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	669.940.194,81	694.261.830,60	-3,50%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor Executivo
CPF: 337.746.337-20

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente
CPF: 056.864.797-12

Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	165.742.204,11	175.467.939,24	PASSIVO FINANCEIRO	415.891.499,69	201.187.656,98
ATIVO PERMANENTE	504.197.990,70	518.793.891,36	PASSIVO PERMANENTE	72.584.296,00	14.228.808,15
			SALDO PATRIMONIAL	181.464.399,12	478.845.365,47

(continuação)

Quadro de compensações

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2019	2018	%	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2019	2018	%
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	115.013.107,64	46.870.651,24	145,38%	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	235.481.109,34	196.055.688,21	20,11%
Execução dos Atos Potenciais Ativos	115.013.107,64	46.870.651,24	145,38%	Execução dos Atos Potenciais Passivos	235.481.109,34	196.055.688,21	20,11%
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	12.309.598,24	21.739.954,79	-43,38%	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	102.703.509,40	25.130.696,45	308,68%	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	1.854.958,77	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	233.626.150,57	196.055.688,21	19,16%
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-	-
TOTAL	115.013.107,64	46.870.651,24	145,38%	TOTAL	235.481.109,34	196.055.688,21	20,11%

Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-205.146.440,46
Recursos Vinculados	-45.002.855,12
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-29.876.418,34
Previdência Social (RPPS)	58.598,52
Receitas Financeiras	-21.015.702,24
Alienação de Bens e Direitos	2.097.496,71
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.733.170,23
TOTAL	-250.149.295,58

Fonte: SIAFI

(continua)

Demonstração das variações patrimoniais - 2019

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2019	2018	%
	2.691.031.221,63	2.932.488.663,39	-8,23%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.012.364,43	326.733,91	1740,14%
Venda de Mercadorias	156.557,04	156.623,87	-0,04%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.855.807,39	170.110,04	3342,36%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	513.358,45	3.341.863,42	-84,64%
Juros e Encargos de Mora	806,50	66,39	1114,79%
Variações Monetárias e Cambiais	18.954,35	133,57	14090,57%
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	493.597,60	3.341.663,46	-85,23%
Transferências e Delegações Recebidas	2.626.250.087,34	2.918.369.321,87	-10,01%
Transferências Intragovernamentais	2.602.169.899,39	2.890.631.466,93	-9,98%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	24.080.187,95	27.737.854,94	-13,19%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	51.150.884,84	5.338.495,98	858,15%
Reavaliação de Ativos	13.791.791,29	3.405.571,40	304,98%
Ganhos com Alienação	107,96	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	20.434.841,08	1.914.929,69	967,13%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	16.924.144,51	17.994,89	93949,72%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.104.526,57	5.112.248,21	38,97%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	73.850,00	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	530.093,33	63.714,77	731,98%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.500.583,24	5.048.533,44	28,76%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.774.968.311,73	3.005.810.962,75	-7,68%
Pessoal e Encargos	1.061.514.570,22	1.359.304.032,57	-21,91%
Remuneração a Pessoal	815.561.354,70	1.056.852.185,96	-22,83%
Encargos Patronais	157.532.986,51	218.480.946,97	-27,90%
Benefícios a Pessoal	88.024.975,12	83.241.838,91	5,75%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	395.253,89	729.060,73	-45,79%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.240.481.063,72	1.168.694.426,53	6,14%

(continua)

(continuação)

Aposentadorias e Reformas	1.015.783.727,98	937.979.317,18	8,29%
Pensões	223.243.931,12	228.902.181,00	-2,47%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.453.404,62	1.812.928,35	-19,83%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	253.325.475,29	285.536.002,35	-11,28%
Uso de Material de Consumo	18.866.232,47	25.510.558,38	-26,05%
Serviços	199.647.887,72	222.850.194,56	-10,41%
Depreciação, Amortização e Exaustão	34.811.355,10	37.175.249,41	-6,36%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	247.594,90	561.792,73	-55,93%
Juros e Encargos de Mora	239.253,50	552.759,59	-56,72%
Variações Monetárias e Cambiais	2.358,05	1.914,16	23,19%
Descontos Financeiros Concedidos	5.983,35	7.118,98	-15,95%
Transferências e Delegações Concedidas	136.988.448,51	155.644.536,97	-11,99%
Transferências Intragovernamentais	112.450.460,74	129.553.341,90	-13,20%
Transferências ao Exterior	27.715,30	17.079,18	62,28%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	24.510.272,47	26.074.115,89	-6,00%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	69.529.503,47	8.832.814,87	687,17%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.711.511,35	1.053.244,34	347,33%
Perdas com Alienação	1.352.241,31	1.628.837,65	-16,98%
Perdas Involuntárias	220.370,38	361.308,65	-39,01%
Incorporação de Passivos	30.602.976,67	-	-
Desincorporação de Ativos	32.642.403,76	5.789.424,23	463,83%
Tributárias	866.137,40	959.411,28	-9,72%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	152.252,48	158.744,25	-4,09%
Contribuições	713.884,92	800.667,03	-10,84%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	42.523,02	55.005,93	-22,69%
Custo das Mercadorias Vendidas	42.523,02	55.005,93	-22,69%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.972.995,20	26.222.939,52	-54,34%
Premiações	-	132.261,37	-100,00%
Incentivos	344.700,00	424.960,00	-18,89%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	11.628.295,20	25.665.718,15	-54,69%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-83.937.090,10	-73.322.299,36	14,48%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor Executivo
CPF: 337.746.337-20

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente
CPF: 056.864.797-12

Demonstração dos fluxos de caixa - 2019

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.130.088,56	112.759.267,75	-84,81%
INGRESSOS	2.622.566.787,34	2.904.863.611,44	-9,72%
Receitas Derivadas e Originárias	6.638.717,32	3.808.398,68	74,32%
Receita Patrimonial	140.568,89	162.525,15	-13,51%
Receita de Serviços	5.865.902,26	157.111,52	3633,59%
Remuneração das Disponibilidades	483.021,56	3.341.663,46	-85,55%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	149.224,61	147.098,55	1,45%
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.615.928.070,02	2.901.055.212,76	-9,83%
Ingressos Extraorçamentários	10.425.930,68	8.141.470,84	28,06%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.934,27	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.602.163.618,80	2.890.631.466,93	-9,98%
Arrecadação de Outra Unidade	3.313.152,37	2.255.872,53	46,87%
Demais Recebimentos	20.433,90	26.402,46	-22,61%
DESEMBOLSOS	-2.605.436.698,78	-2.792.104.343,69	-6,69%
Pessoal e Demais Despesas	-2.325.021.049,22	-2.435.970.561,06	-4,55%
Administração	-1.076.488.644,26	-1.312.751.140,32	-18,00%
Segurança Pública	-	-230.707,78	-100,00%
Previdência Social	-1.235.221.972,16	-1.120.845.841,04	10,20%
Saúde	-10.269.740,45	-1.779.176,58	477,22%
Educação	-24.417,80	-22.678,69	7,67%
Direitos da Cidadania	-1.399.108,35	-	-
Comércio e Serviços	-1.564.794,93	-270.000,00	479,55%
Encargos Especiais	-47.728,00	-41.976,00	13,70%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-4.643,27	-29.040,65	-84,01%
Transferências Concedidas	-157.514.368,20	-218.171.628,94	-27,80%
Intragovernamentais	-157.487.340,82	-218.155.004,96	-27,81%
Outras Transferências Concedidas	-27.027,38	-16.623,98	62,58%
Outros Desembolsos Operacionais	-122.901.281,36	-137.962.153,69	-10,92%
Dispêndios Extraorçamentários	-10.455.394,19	-8.409.280,33	24,33%
Transferências Financeiras Concedidas	-112.445.887,17	-129.552.873,36	-13,20%

(continua)

(continuação)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-26.855.856,49	-34.982.906,59	-23,23%
INGRESSOS	965.727,00	920.526,00	4,91%
Alienação de Bens	965.727,00	920.526,00	4,91%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-
DESEMBOLSOS	-27.821.583,49	-35.903.432,59	-22,51%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-22.865.046,88	-29.212.062,62	-21,73%
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.956.536,61	-6.691.369,97	-25,93%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-9.725.767,93	77.776.361,16	-112,50%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	175.467.939,24	97.691.578,08	79,61%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	165.742.171,31	175.467.939,24	-5,54%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor Executivo
CPF: 337.746.337-20

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente
CPF: 056.864.797-12

Balanço financeiro - 2019

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	%	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	%
Receitas Orçamentárias	7.604.444,32	4.728.924,68	60,81%	Despesas Orçamentárias	2.732.443.905,92	2.756.947.523,58	-0,89%
Ordinárias	-	-	-	Ordinárias	1.426.437.734,13	2.365.787.925,46	-39,71%
Vinculadas	7.943.678,23	4.770.512,41	66,52%	Vinculadas	1.306.006.171,79	391.159.598,12	233,88%
Previdência Social (RPPS)	-	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	983.577.825,45	54.101.194,96	1718,03%
Alienação de Bens e Direitos	1.293.329,00	924.576,00	39,88%	Previdência Social (RPPS)	295.311.516,29	299.365.474,07	-1,35%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.650.349,23	3.845.936,41	72,92%	Receitas Financeiras	21.385.702,24	-	-
Recursos a Classificar	-	-	-	Alienação de Bens e Direitos	691.447,81	351.842,98	96,52%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-339.233,91	-41.587,73	715,71%	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.039.680,00	37.318.407,42	-86,50%
	-	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	22.678,69	-100,00%
Transferências Financeiras Recebidas	2.602.163.618,80	2.890.631.466,93	-9,98%	Recursos a Classificar	-	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.562.451.936,62	2.794.556.131,77	-8,31%	Transferências Financeiras Concedidas	112.445.887,17	129.552.873,36	-13,20%
Repasse Recebido	2.463.935.407,60	2.681.686.415,72	-8,12%	Resultantes da Execução Orçamentária	99.756.552,72	113.156.627,27	-11,84%
Sub-repasse Recebido	98.516.529,02	112.869.716,05	-12,72%	Repasse Concedido	1.145.041,23	42.118,51	2618,62%
Independentes da Execução Orçamentária	39.711.682,18	96.075.335,16	-58,67%	Sub-repasse Concedido	98.516.529,02	112.869.716,05	-12,72%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	37.456.250,37	83.513.562,45	-55,15%	Repasse Devolvido	94.982,47	244.792,71	-61,20%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.255.431,81	12.561.772,71	-82,05%	Independentes da Execução Orçamentária	12.689.334,45	16.396.246,09	-22,61%
Aporte ao RPPS	-	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	9.358.250,37	14.102.214,29	-33,64%
Aporte ao RGPS	-	-	-	Demais Transferências Concedidas	5.485,97	-	-
				Movimento de Saldos Patrimoniais	3.325.598,11	2.294.031,80	44,97%
				Aporte ao RPPS	-	-	-

(continua)

(continuação)

Recebimentos Extraorçamentários	428.216.513,79	208.558.336,95	105,32%	Aporte ao RGPS	-	-	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	153.219.918,94	151.856.670,88	0,90%	Pagamentos Extraorçamentários	202.820.551,75	139.641.970,46	45,24%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	261.232.143,63	46.277.920,24	464,49%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	151.853.535,39	2.749.905,45	5422,14%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.425.930,68	8.141.470,84	28,06%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	40.506.978,90	128.453.744,03	-68,47%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.338.520,54	2.282.274,99	46,28%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.455.394,19	8.409.280,33	24,33%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.934,27	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	4.643,27	29.040,65	-84,01%
Arrecadação de Outra Unidade	3.313.152,37	2.255.872,53	46,87%	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	4.643,27	29.040,65	-84,01%
Demais Recebimentos	20.433,90	26.402,46	-22,61%		-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	175.467.939,24	97.691.578,08	79,61%	Saldo para o Exercício Seguinte	165.742.171,31	175.467.939,24	-5,54%
Caixa e Equivalentes de Caixa	175.467.939,24	97.691.578,08	79,61%	Caixa e Equivalentes de Caixa	165.742.171,31	175.467.939,24	-5,54%
TOTAL	3.213.452.516,15	3.201.610.306,64	0,37%	TOTAL	3.213.452.516,15	3.201.610.306,64	0,37%

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor Executivo
CPF: 337.746.337-20

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente
CPF: 056.864.797-12

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - 2018

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	600.675.542,02	-	-	600.675.542,02
Variação Cambial	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	169.642,18	-	-	169.642,18
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-125.434,45	-	-	-125.434,45
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-73.322.299,36	-	-	-73.322.299,36
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	527.397.450,39	-	-	527.397.450,39

Fonte: SIAFI

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - 2019

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	527.397.450,39	-	-	527.397.450,39
Variação Cambial	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	126.602,95	-	-	126.602,95
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-139.469,35	-	-	-139.469,35
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-83.937.090,10	-	-	-83.937.090,10
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	443.447.493,89	-	-	443.447.493,89

Fonte: SIAFI

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 095720-0/9
CPF: 759.819.717-20

Antonio Carlos Mantuano
Coordenador de Orçamento e Finanças
CPF: 401.413.737-68

Fernando José de Araújo Abrantes
Diretor Executivo
CPF: 337.746.337-20

Susana Leite Ribeiro Cordeiro Guerra
Presidente
CPF: 056.864.797-12

Notas explicativas

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 8ª edição, as notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. Contêm informações adicionais em relação à apresentada no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas Demonstrações Contábeis.

As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis.

As notas explicativas devem evidenciar, ainda, o reconhecimento de inconformidades provavelmente relevantes para a avaliação de responsabilidades *accountability*, que pode afetar a avaliação do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro. Essa evidenciação pode também influenciar as decisões sobre os recursos a serem alocados na entidade, no futuro.

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

As notas explicativas podem ser apresentadas tanto descritivamente quanto no formato de quadros analíticos ou mesmo englobar outras demonstrações complementares necessárias para a melhor evidenciação dos resultados e da situação financeira da entidade. Devem ser apresentadas de maneira sistemática, de modo que cada item constante das demonstrações contábeis faça referência à sua respectiva informação adicional relacionada nas notas.

Resumo das políticas contábeis significativas

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis estão resumidas da seguinte forma:

Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado até o segundo semestre de 2019, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente principalmente de ajustes de bens móveis e depreciação, registros de algumas despesas de exercícios anteriores e outros ajustes patrimoniais feitos intempestivamente.

Amortização do Ativo Intangível

A amortização dos bens intangíveis foi de fato registrada a partir do segundo semestre de

2016, quando foram feitas as primeiras classificações de softwares com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de Tecnologia da Informação em função de sua utilização e obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pro-rata.

Bens Bibliográficos

Englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O ajuste contábil se dá a partir do Relatório de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da Resolução do Conselho Diretor (RCD) nº 22/2013, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção da Biblioteca Ibegeana, da Diretoria de Geociências (DGC) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 123119910 – Material de Uso Duradouro (consumo).

As seguintes bibliotecas passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executados na conta 123110402 – Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente) são elas: Ibegeana, Diretoria de Geociências (DGC) e Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

O Centro de Documentação e Disseminação da Informação (CDDI) publicou a Nota de Serviço

001/2014, de 04 de novembro de 2014, que dá publicidade e regulamenta o uso do Manual da Rede de Bibliotecas do IBGE.

Os bens bibliográficos caracterizados como imobilizado ainda não estão sofrendo depreciação. Após análise dessa situação foi feito contato com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que por meio da mensagem SIAFI 2016/0973048 orientou que a depreciação dos bens classificados nesse grupo fosse implementada. A Gerência de Contabilidade, pertencente à Coordenação de Orçamento e Finanças, está em contato com o Centro de Documentação e Disseminação da Informação (CDDI) com o intuito de implementar esse procedimento.

Venda de Publicações

O IBGE realiza a fabricação e venda de publicações diversas. No entanto, esta rotina ainda não está em conformidade com os princípios contábeis vigentes e com a nova contabilidade pública nacional, relativos à apuração de resultados. Dessa maneira, o IBGE está se organizando para implantar a adoção dos procedimentos de apropriação de custos para o adequado registro contábil desta produção, a fim de que seja efetivamente calculado o valor fidedigno dos bens produzidos por esta casa e eventual perda ou ganho com as vendas.

Devido ao exposto acima, atualmente, registramos as transações referentes a publicações na conta 11.511.01.01 – Mercadorias para venda ou revenda. Até o momento não temos como fa-

zer a contabilização correta, que seria na conta 11.521.01.00 – Produtos Acabados. Para a realização dessa contabilização, seria necessária a apuração de custo do processo produtivo destas publicações.

Ajuste para Perdas

Em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidência desse ativo, o procedimento adequado em termos contábeis é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em Créditos Administrativos e Dívida Ativa.

O ajuste vai ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade, estando embasado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluiu o procedimento nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	FASE	PERÍODO DE ATRASO (ANOS)	PERCENTUAL APLICADO (%)
Baixa dificuldade de recuperação	A	0-1	5
Média dificuldade de recuperação	B	1-2	10
	C	2-3	25
Alta dificuldade de recuperação	D	3-4	50
	E	4-5	80

Fonte: IBGE

A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na Ordem de Serviço 01/2016 que regulamenta as Normas sobre os Registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa. A seguir a tabela utilizada para os cálculos.

Informações e Detalhamentos das Demonstrações Contábeis

Análise do Balanço Orçamentário

Ao final de 2019, a receita arrecadada acumulada representa 140,79% da receita prevista. Tanto o grupo de “Receitas de Serviços” quanto o grupo “Outras Receitas Correntes” superaram o valor previsto. Os valores de “Inscrição em Concursos e Processos Seletivos” não haviam sido previstos para o exercício, mas representaram 75,07% do total arrecadado. Essa elevada participação na arrecadação é consequência da realização de concurso para o Censo 2020. O valor arrecadado com alienação de bens representou 60,57% da previsão para esse grupo.

O Balanço Orçamentário do IBGE apresenta déficit orçamentário de R\$ 2.724.839.461,60, por sua característica de não ser um agente arrecadador, e por isso executa suas despesas orçamentárias e realiza seus investimentos dependendo de recursos do Tesouro. Este fato, de acordo com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), não representa irregularidade.

Análise do Balanço Patrimonial

Destacamos que o Ativo Circulante ao final do 2º semestre de 2019 apresentou uma redução de 6,12%, em comparação com o 2º semestre de 2018. A conta de “Caixa e Equivalentes de Caixa” também apresentou decréscimo em relação ao exercício anterior, de 5,54%. Como explicado anteriormente, um fator que impactou a variação no saldo de caixa foi a redução das solicitações de adiantamento de 13º salário e de adiantamento de férias, no final de 2019 em relação a 2018, com isso o saldo a ser pago em janeiro foi menor.

Já o grupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” diminuiu 10,19% neste 2º semestre de 2019. As principais reduções foram nas contas referentes à “Adiantamento de Férias” e “Adiantamento de 13º Salário”, que estavam com saldos mais altos em dezembro do exercício anterior. Em contrapartida, nesse mesmo grupo as contas de crédito administrativo referente a folha de pagamento e a conta de “Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada” (TED), enviado pelo IBGE visando a realização de campanha publicitária do censo experimental 2019, apresentaram variações positivas em relação a dezembro de 2018.

No Ativo Não Circulante a variação de saldo total foi uma redução 2,40%. Porém, o grupo Ativo Realizável a Longo Prazo aumentou 23%. Isso se deve, principalmente, à reclassificação de créditos administrativos do curto para o longo prazo. Com relação ao crescimento nos Bens Móveis, houve maior volume de aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação

(TIC) e de Aparelhos de Medição e Orientação devido ao preparo para a realização do Censo Demográfico 2020. No que diz respeito ao grupo dos Ativos Intangíveis, houve um crescimento de 45,54% referente aos softwares do IBGE, dos quais a maioria possui vida útil indefinida.

O Passivo Circulante apresenta um aumento de 35,97% em relação ao 2º semestre de 2018. O crescimento de 35,45% no grupo “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” se deve, principalmente, a inclusão na folha de pagamento dos contratados temporários, visando a realização do Censo Demográfico 2020. Além disso, houve variação qualitativa em contas desse grupo, na qual valores que antes eram classificados na conta de “Benefícios Previdenciários” passaram a ser incluídos na conta de “Salários, remunerações e benefícios” conforme mensagem de orientação da Setorial Contábil do Ministério da Economia. A conta de “Precatórios de Pessoal” apresentou variação aumentativa substancial, de R\$ 42.332.934,78, devido ao registro de precatórios alimentícios a pagar aos tribunais regionais federais.

Outro fator que contribuiu para o crescimento do Passivo Circulante foi a contabilização das “Transferências Financeiras a Comprovar – TED”, no grupo de “Demais Obrigações a Curto Prazo”, que passou a ser registrada em janeiro de 2019 no patrimônio do IBGE. Até o exercício de 2018, os registros dos TED’s a comprovar eram feitos apenas em contas de controle, passando a ser escriturados também no passivo a partir deste exercício. Por outro lado, a conta de “Precatório de Terceiros” apresentou uma redução de 90,13%,

em relação ao exercício anterior, pois houve diversos pagamentos ao longo de 2019.

O Passivo não circulante sofreu um decréscimo de 64,95% devido à baixa dos registros de precatórios no grupo de “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo”. Esse registro, assim como no passivo circulante, passou a ser efetuado em 2018 diretamente pelos respectivos tribunais em nosso balanço e durante o exercício de 2019 alguns valores foram reclassificados para o curto prazo.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

No 2º semestre de 2019, as Variações Patrimoniais Aumentativas foram inferiores em 3,025% às Variações Patrimoniais Diminutivas, o que gerou um resultado patrimonial negativo de R\$ 83.937.090,10.

O grupo “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos”, comparado com o mesmo período do exercício anterior, apresentou um crescimento de 3342,36%, este alto percentual deve-se às taxas de inscrição de concursos destinados a selecionar candidatos para contratação temporária de pessoal, visando a realização do Censo Experimental 2019 e do Censo Demográfico 2020.

O grupo “Transferências e Delegações Recebidas” corresponde a 97,59% das Variações Patrimoniais Aumentativas (VAP) variações patrimoniais do órgão, visto que o IBGE depende de transferências financeiras do Tesouro para realizar as suas atividades por não ser um agente arre-

cadador. Esse grupo apresentou uma redução de 10%. É importante salientar que essa variação final do exercício de 2019 em relação a 2018, representa uma melhora em relação aos demais trimestres cujas, consideráveis, variações negativas justificavam-se pelo contingenciamento orçamentário e limitação de pagamento, como também, pelo término das atividades com o Censo Agropecuário. Essa atenuação da discrepância deve-se principalmente à necessidade de recursos para realizar o Censo Experimental 2019 e ao início das atividades do Censo Demográfico 2020.

O aumento de 858% no grupo “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” se deve, principalmente, à baixa de Precatórios e TED’s a Comprovar registrados no passivo, que foram contabilizados patrimonialmente a partir do final de 2018 e início de 2019 enquanto, anteriormente, eram escriturados somente em contas de controle. O registro e a reavaliação de imóveis de uso especial em cinco UG’s, Ceará, Piauí, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, contribuíram também para essa variação. Ressalta-se que essa expressiva variação não é, no entanto, tão relevante para o total das variações patrimoniais aumentativas, uma vez que esse grupo representa 1,90%.

Com relação às Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), houve uma redução de 7,68% em relação à 2018. O grupo de “Pessoal e Encargos” representa 38,25% das VPD’s em 2019. Nesse grupo ocorreu um decréscimo de 21,91%. Ao longo de 2018, a folha de pagamento foi afetada com os servidores temporários contratados para o Censo Agropecuário.

O grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” apresentou um decréscimo de 11,28% em relação ao exercício anterior e sua representatividade perante ao total das Variações Patrimoniais Diminutivas foi de 9,13%. A variação mais relevante se deu no subgrupo Serviços, uma vez que teve uma redução na ordem de R\$ 23.202.306,84, o equivalente a 10,05% da variação nas VPD’s. Essa diminuição dos gastos com serviços deve-se, principalmente, ao término das atividades do Censo Agropecuário e à contenção orçamentária.

Acompanhando a redução da VPA no subgrupo de “Transferências Intragovernamentais”, os valores concedidos às unidades estaduais foram menores em 2019, apresentando uma redução de 13,20%. Assim como o volume de transferências de bens móveis entre as unidades, registrado em “Outras Transferências e Delegações Concedidas”, também foi inferior devido ao encerramento do Censo Agropecuário.

No grupo “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” ocorreu um crescimento de 687,17%. A partir de 2019, conforme mencionado anteriormente, o registro dos TED’s a Comprovar em contas de passivo refletiu nas contas de variações patrimoniais, o que não ocorria até 2018. A relevante variação no subgrupo de “Desincorporação de Ativos” ocorreu devido a registros específicos nas UG’s do Amazonas, Rondônia, Piauí e Ceará por baixa de imóveis no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Já no subgrupo “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas”, a variação foi, principalmente, proveniente do registro de

desvalorização de bens imóveis de uso especial no SPIUnet na UG do Ceará, em maio de 2019.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, a principal fonte de ingresso financeiro das atividades operacionais do IBGE são as transferências financeiras recebidas, sendo 99,22% do valor dos ingressos nessa atividade.

Já no fluxo de caixa referente a Investimentos o desembolso com aquisição de Ativo não Circulante é responsável por 82,18% do saldo dessa atividade. Dos R\$ 27821.583,49 desembolsados em Investimentos, 74,19% foram para pagamento de Restos a Pagar Não Processados, 0,01% para pagamento de Restos a Pagar e 25,80% para liquidação e pagamento de créditos empenhados nesse exercício.

Análise do Balanço Financeiro

Ao analisar o Balanço Financeiro do 2º semestre de 2019, verifica-se que a redução na disponibilidade de caixa durante o período foi de 5,54%, totalizando R\$ 9.725.767,93. O efetivo pagamento da folha de dezembro ocorre somente no mês de janeiro, e como houve a redução de solicitações de adiantamento de 13º salário e de férias, no final de 2019 em comparação com 2018, consequentemente houve a redução de saldo na conta de caixa e equivalentes de caixa.

O total dos recebimentos orçamentários reduziu 9,86%, em comparação com o mesmo período em 2018, já o somatório dos dispêndios orçamen-

tários diminuiu apenas 1,44%. O valor dos recebimentos é inferior aos dispêndios em 8,26% ao final de 2019. No entanto, cabe destacar que do total das Despesas Orçamentárias de 2019, parte não afetou o saldo de caixa do exercício, pois foi inscrito em restos a pagar processados e não processados, compondo o saldo de Recebimentos Extraorçamentários.

O saldo referente a Recebimentos Extraorçamentários apresentou um aumento em 2019 de 105,32%. O crescimento significativo de 464,49% de inscrição de restos a pagar não processados é reflexo do início da preparação para o Censo 2020, que inclui, entre outros, empenhos a liquidar de equipamentos para sua realização.

Com relação ao pagamento de Restos a Pagar Processados, verifica-se que houve um aumento de 5422,14% no exercício de 2019. Isso ocorreu devido à mudança de rotina, ao final de 2018, no sistema para pagamento de Ordens Bancárias (OB), que incluiu a folha de pagamento de dezembro/2018 nos valores de Restos a Pagar Processados, sendo paga em janeiro de 2019.

Normas e Procedimentos

No âmbito da gestão orçamentária e financeira, o IBGE se submete ao Plano Plurianual (PPA); à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); à Lei Orçamentária Anual (LOA); ao Decreto 93.872/86, alterado pelo Decreto 9.428/2018, o qual versa, dentre outros assuntos, sobre a gestão dos Restos a Pagar na instituição; a Lei Complementar 101/2000

(Lei de Responsabilidade Fiscal); e ao Decreto 9.711/2019 (e atualizações), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019.

Já nas atividades contábeis, o órgão se submete ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP 9ª ed.; a Lei 4320/64; as NBC TSP (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público); NBC's TSP numerada em diversos assuntos; NBC T 16.11 (Sistema e Informações de Custos do Setor Público).

A Coordenação de Orçamento e Finanças, visando controlar e garantir a confiabilidade da regularidade e da completude de todos os registros contábeis dos atos permutativos e modificativos da instituição, adotou os seguintes procedimentos:

1) Elaborou manuais para as rotinas que mais geram dúvidas por parte dos usuários:

a) Manual para cadastro de senha SERPRO e SIAFI;

b) Manual de operacionalização de bens bibliográficos;

c) Manual de operacionalização de mercadoria para venda e revenda;

d) Manual de operacionalização de suprimento de fundos;

e) Manual do cadastro do rol de responsáveis;

f) Manual para registro da dívida ativa;

g) Manual para registro de bens móveis;

h) Manual para registro de crédito administrativo;

i) Manual prático de cadastramento do documento fiscal e o reconhecimento do fato gerador;

2) Implantou sistema informatizado interno (Sistema de Dados Administrativos-SDA). Com esse sistema, é possível a instituição controlar as finanças, o orçamento, os bens móveis e imóveis, os contratos, a gestão de pessoas, entre outros.

3) A administração dispõe de gestores administrativos responsáveis pelas contratações, um sistema de captura dos documentos fiscais que é transversal a um outro sistema de controle dos contratos, através do qual é feita toda a gestão, emissão das autorizações de pagamentos, com base na utilização dos empenhos extraídos diretamente do SIAFI. O acesso ao sistema é feito de forma segregada, de acordo com as fases de empenho, liquidação e pagamento, de acordo com o perfil de acesso de cada uma das áreas responsáveis;

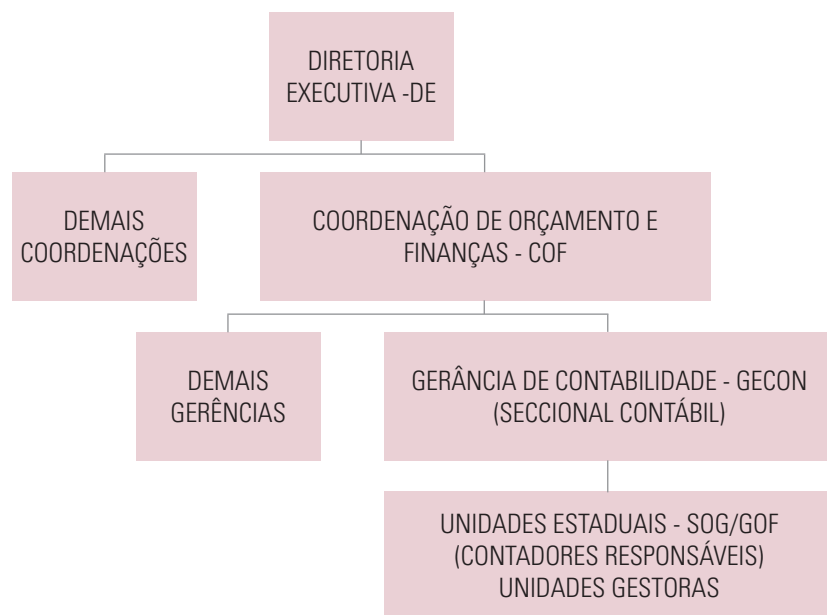
4) Disponibilizou o curso a distância de suprimento de fundos para capacitar os servidores responsáveis por valores na modalidade de Suprimentos de fundos, sendo a realização do curso obrigatória para os novos supridos.

Informações acerca do setor de contabilidade do IBGE

Estrutura

A Gerência de Contabilidade está subordinada à Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), da Diretoria Executiva (DE). Funciona como uma setorial contábil de órgão e conta com a colaboração dos contadores lotados na Seção/Gerência de Orçamento e Finanças (SOF/GOF) das Unidades Estaduais.

Composição:



Fonte: IBGE

A Gerência de Contabilidade (SEDE) é composta por 6 (seis) Analistas - Contadores e 1 (um) Técnico. Há, também, o apoio local dos Contadores das Unidades Estaduais (27 Unidades Gestoras).

Competências

Compete à Gerência de Contabilidade do IBGE, entre outras atribuições:

- analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras pertencentes ao IBGE;
- orientar as Unidades Estaduais quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;
- acompanhar as atividades contábeis das unidades, no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- efetuar nas unidades, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados pelas unidades gestoras executoras;
- Realizar treinamentos na área de contabilidade para as unidades;
- Elaborar manuais e procedimentos necessários para orientar os servidores responsáveis.

Responsabilidades:

Como Seccional de Órgão contábil, a gerência de contabilidade da Sede é a Unidade Gestora (UG) responsável pelo acompanhamento da execução contábil do IBGE e pelo registro da conformidade contábil a nível de órgão.

Nomes, cargos e período de atuação dos responsáveis pela contabilidade:

CONTABILIDADE IBGE - CONTADORES RESPONSÁVEIS				
LOTAÇÃO SEDE	NOME	Cargo	PERÍODO DE ATUAÇÃO	
114601	Adm. Central	Vera Lucia Ahnert dos Santos	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/06/2010
NORTE				
114602	RO	Aecio Trigueiro Monte	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/02/2012
114603	AC	Tiago Nogueira Marques	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114604	AM	Miguel Carlos Viana Negreiros	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/05/2010
114605	RR	Hudson Adriano da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
114606	PA	José de Anchieta Teixeira Trindade	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	05/03/2012
114607	AP	Ibere de Souza Batista	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	11/05/2010
114639	TO	Ismael Carvalho do Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/02/2012
NORDESTE				
114608	MA	Lourivaldo de Andrade Ribeiro	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/12/2015
114609	PI	Priscila Magalhaes Costa	Analista Censitário - Contador	09/10/2019
114610	CE	Deusivania Muniz Nunes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/01/2002
114612	RN	Paula Frassinetti de Lima Barroso	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	03/05/2005
114613	PB	Antonio Gouveia Junior	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/03/2012
114614	PE	Gerlane Pereira de Albuquerque Rodrigues	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/12/2010
114615	AL	Artur Angelo Ramos Lamenh	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	02/09/2002
114616	SE	Alexandre Fonseca Menezes	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/09/2002
114617	BA	Isabela da Silva Brandão	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	10/01/2002
SUDESTE				
114618	MG	Aluizbi dos Santos Veiga	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/10/1969
114619	ES	Simei Del Pupo da Rocha	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	04/10/2016
114622	SP	Rosano Maroso Goncalves	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114631	RJ	Jorge Alves da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/02/1972

SUL				
114623	PR	Edson Henrique Loch	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	24/05/2010
114624	SC	Julia Gonçalves Peres	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	26/09/2016
114625	RS	Maik Antonio Moraes da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/05/2010
CENTRO-OESTE				
114620	MS	Maria Regina de Miranda Nascimento	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	17/09/2002
114626	MT	Lodomiro Pedroso da Silva	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	01/10/1973
114627	GO	João Fernando Carolina	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	09/12/2002
114629	DF	Talyssa Cristine Cardoso Razini	Analista Plan Gest. Inf. Infor Geog. Estatística	28/08/2006

Créditos

O Relatório de Gestão do exercício 2019 é produto da construção coletiva de todas as unidades da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Instituição está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e nº 72, de 15 de maio de 2013, das Decisões Normativas TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019 e nº 180, de 11 de dezembro de 2019 e da Portaria TCU nº 378, de 5 de dezembro de 2019.

Gerente do Projeto

Massashige Takiguchi

Equipe Técnica

Alberto Amorelli Coelho

André Fernandes Chaves

Queisse Valente Ximene de Araújo

Programação Visual e Editoração

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Infográficos

Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI)

Helena Maria Mattos Pontes

Helga Szpiz

Colaboradores

Affonso Henriques de Lacerda Marçal Duarte

Amaury da Silva Pereira Júnior

Arnaldo Lyrio Barreto

Bárbara Conceição Teixeira Coelho

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Cláudio Marques Barbosa

Edson Chun Ichi Ebara

Isabela Mateus de Araújo Torres

Marcelo Henrique Ferreira Barbosa

Marcos Vinicius Amaral de Souza

Nélio Ferreira Machado

Rafael Magalhães Costa

Raissa Batista Madureira

Ricardo Almeida de Carvalho

Sandra Martins Lino

Sheila Souza Fonseca

Silvia Regina Cunningham Broering

Sonia Val Dias

Vera Lúcia Ahnert dos Santos

Vivaldi Campos Junior

Waldir Fortunato Júnior

Willyam Gonçalves da Silva

